

Prospecto Definitivo de Distribuição Pública das Quotas da Primeira Emissão do

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTICARTEIRA NÃO-PADRONIZADO - CAMPOS

CNPJ/MF nº 08.607.660/0001-47

ISIN: BRFNPCCTF004

Administração - Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Avenida Presidente Wilson, nº 231, 11º andar, Rio de Janeiro, RJ

Gestão da Carteira - Mellon Global Investments S/C Ltda.

Avenida Almirante Barroso, nº 52, sala 3.301, Rio de Janeiro, RJ

Classificação de Risco das Quotas: BB - Austin Rating Serviços Financeiros Ltda.

R\$ 25.000.000,00

(vinte e cinco milhões de reais)

Distribuição pública de 25 (vinte e cinco) quotas de classe única da primeira emissão ("Quotas" e "Primeira Emissão", respectivamente) do **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTICARTEIRA NÃO-PADRONIZADO - CAMPOS** ("Fundo").

O objetivo do Fundo é proporcionar rendimento de longo prazo aos seus quotistas ("Quotistas"), por meio do investimento dos recursos do Fundo na aquisição de carteiras de direitos de crédito vencidos e não adimplidos pelos respectivos devedores, originados de operações financeiras, comerciais, imobiliárias, de arrendamento mercantil e/ou industriais realizadas por instituições financeiras, sociedades de arrendamento mercantil e outras companhias atuantes no mercado brasileiro nos segmentos referidos acima, que sejam ou não objeto de cobrança ou execução judicial à época de aquisição pelo Fundo ("Direitos de Crédito"). Para maiores esclarecimentos e informações sobre os Direitos de Crédito, vide a Seção 5 deste Prospecto.

As Quotas serão objeto de distribuição pública no mercado de balcão não organizado ("Oferta"). A Primeira Emissão é composta por 25 (vinte e cinco) Quotas com preço inicial de emissão de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) cada uma, totalizando um montante de até R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais). Não haverá valor mínimo de colocação de Quotas no âmbito da Primeira Emissão.

O regulamento do Fundo foi aprovado em 10 de abril de 2007 e registrado no 6º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, em 10 de abril de 2007, sob nº 1078152 ("Regulamento"). A Primeira Emissão foi aprovada mediante ato do Administrador datado de 31 de janeiro de 2007, sendo a Oferta registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") sob o nº [•], em [•] de [•] de 2007, nos termos da Instrução CVM nº 356/01, da Instrução CVM nº 444/06 e da Instrução CVM nº 400/03.

Os investidores devem ler a Seção Fatores de Risco nas páginas 19 a 21 deste Prospecto. Ainda que o Administrador mantenha sistema de gerenciamento de riscos da carteira de investimentos do Fundo ("Carteira"), não há garantia de completa eliminação de possibilidade de perdas para o Fundo e para o investidor. Além disso, qualquer rentabilidade que venha a ser obtida pelo Fundo não representará garantia de rentabilidade futura. **O Fundo não conta com garantia do Administrador, do gestor da Carteira, do custodiante do Fundo, dos cedentes dos Direitos de Crédito, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Crédito - FGC.**

As informações contidas neste Prospecto estão em consonância com o Regulamento do Fundo, porém não o substituem. É recomendada a leitura cuidadosa tanto deste Prospecto quanto do Regulamento, com especial atenção às cláusulas do Regulamento relativas ao objetivo do Fundo, à sua política de investimento e à composição de sua Carteira, bem como às disposições deste Prospecto que tratam sobre os fatores de risco aos quais o Fundo está sujeito.

Todo quotista, ao ingressar no Fundo, deverá atestar, por meio de termo de ciência de risco e adesão ao Regulamento, que recebeu exemplar deste Prospecto e do Regulamento do Fundo, que tomou ciência dos objetivos do Fundo, de sua política de investimento, da composição da Carteira, da taxa de administração devida ao Administrador, dos riscos associados ao seu investimento no Fundo e da possibilidade de ocorrência de variação e perda no patrimônio líquido do Fundo, e, conseqüentemente, de perda, parcial ou total, do capital investido pelo investidor.

O Fundo busca aplicar seus recursos em Ativos Financeiros (conforme definido neste Prospecto com prazo médio superior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, o que pode levar a uma maior oscilação no valor das Quotas do Fundo se comparada à oscilação no valor de quota de fundos de investimento similares cuja carteira é representada por ativos financeiros com prazo médio inferior.

O tratamento tributário aplicável a alguns Quotistas do Fundo pode depender do período de permanência dos respectivos investimentos no Fundo, bem como da manutenção da Carteira representada por Ativos Financeiros com prazo médio superior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias. Alterações nessas características podem levar a um aumento do Imposto de Renda incidente sobre a rentabilidade auferida pelos Quotistas. Para maiores informações sobre a tributação aplicável aos Quotistas e ao Fundo, vide Seção 4 deste Prospecto, item "Regras de Tributação do Fundo".

"Este Prospecto foi preparado com as informações necessárias ao atendimento das disposições do Código de Auto-Regulação da Associação Nacional dos Bancos de Investimento ("ANBID") para a Indústria de Fundos de Investimento, bem como às normas emanadas da CVM. A autorização para funcionamento e/ou oferta das Quotas não implica, por parte da CVM e da ANBID, garantia de veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade do Fundo, do Administrador e demais instituições prestadoras de serviços ao Fundo."

Quaisquer solicitações de esclarecimentos sobre a Oferta e o Fundo devem ser feitas exclusiva e diretamente ao Administrador.

Administrador e Distribuidor



Mellon

Mellon Serviços Financeiros

Custodiante



Bradesco

Custódia
Qualificada

Agência de Classificação de Risco



Assessoria Jurídica



A data deste Prospecto é 14 de maio de 2007

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ÍNDICE

1. DEFINIÇÕES	5
2. TERMOS E CONDIÇÕES DA OFERTA	11
2.1. Características da Oferta.....	11
2.2. Negociação das Quotas.....	13
2.3. Custos da Distribuição Pública das Quotas	13
2.4. Outras Informações.....	13
2.5. Declaração do Administrador.....	15
3. FATORES DE RISCO.....	19
3.1. Riscos Associados ao Fundo e aos Direitos de Crédito	19
3.2. Riscos Associados aos Ativos Financeiros	20
4. FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTICARTEIRA NÃO-PADRONIZADO - CAMPOS	25
4.1. Base Legal.....	25
4.2. Público Alvo.....	25
4.3. Administração e Gestão da Carteira	25
4.4. Custódia, Controladoria e Escrituração das Quotas do Fundo.....	25
4.5. Agência Classificadora de Risco das Quotas.....	26
4.6. Auditoria	26
4.7. Objetivo de Investimento	26
4.8. Política de Investimento e Composição da Carteira	26
4.9. Características, Direitos, Condições de Emissão, Subscrição e Integralização das Quotas.....	27
4.10. Condições de Amortização e Resgate das Quotas.....	29
4.11. Assembléia Geral de Quotistas.....	30
4.12. Avaliação dos Ativos do Fundo.....	31
4.13. Eventos de Liquidação Antecipada do Fundo	31
4.14. Amortização Extraordinária para Reenquadramento da Carteira do Fundo	32
4.15. Política de Divulgação de Informações Relativas ao Fundo	32
4.16. Forma de Divulgação de Informações	32
4.17. Atendimento aos Quotistas.....	33
4.18. Taxas e Encargos do Fundo.....	33
4.19. Regras de Tributação do Fundo	34
5. OPERAÇÕES DE CESSÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO AO FUNDO.....	39
5.1. Direitos de Crédito	39
5.2. Procedimentos e Formalização das Operações de Cessão de Direitos de Crédito ao Fundo.....	39
6. RELACIONAMENTO ENTRE AS PARTES ENVOLVIDAS COM O FUNDO E A OFERTA	43
6.1. Informações sobre as Partes.....	43
6.2. Relacionamento entre as Partes	44
7. ANEXOS	45
Anexo I - Sumário dos Contratos da Operação.....	47
Anexo II - Deliberação Aprovando o Regulamento e o Suplemento da Primeira Emissão.....	51
Anexo III - Deliberação de Alteração do Regulamento e Regulamento do Fundo em vigor	83
Anexo IV - Relatório da Agência Classificadora de Risco das Quotas.....	113
Anexo V - Declaração do Administrador nos termos do artigo 56 da Instrução CVM nº 400/03.....	119

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

1. DEFINIÇÕES

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

DEFINIÇÕES

Para fins deste Prospecto, os termos e expressões contidos nesta Seção, no singular ou no plural, terão o seguinte significado:

Administrador	Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Wilson, n.º 231, 11º andar, inscrita no C.N.P.J./M.F. sob n.º 02.201.501/0001-61.
Agência Classificadora de Risco	Na data deste Prospecto, a agência classificadora de risco das Quotas do Fundo era a Austin Rating Serviços Financeiros Ltda., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Júnior, n.º 110, 7º andar, conjunto 73, inscrita no C.N.P.J./M.F. n.º 05.803.488/0001-09.
Agente(s) de Cobrança	Agente(s) de cobrança qualificado(s) a ser(em) contratado(s) pelo Fundo para prestar serviços de cobrança extrajudicial e/ou judicial dos Direitos de Crédito objeto de aquisição pelo Fundo. O Fundo poderá ter Agentes de Cobrança distintos para a prestação de serviços de cobrança extrajudicial e/ou judicial dos Direitos de Crédito vencidos. A definição e contratação do(s) Agente(s) de Cobrança deverão ser objeto de aprovação pela mesma Assembléia Geral de Quotistas que deliberar sobre cada operação de aquisição de Direitos de Crédito pelo Fundo.
Agente(s) de Depósito	Agente(s) de custódia qualificado(s) a ser(em) contratado(s) pelo Fundo para prestar serviços de custódia, armazenamento, conservação e guarda dos Documentos Comprobatórios de Crédito referentes aos Direitos de Crédito objeto de aquisição pelo Fundo.
Amortização Extraordinária	Amortização extraordinária das Quotas do Fundo em circulação, que poderá ser realizada pelo Administrador a qualquer tempo, mediante a aprovação dos Quotistas do Fundo reunidos em Assembléia Geral, exclusivamente para fins de enquadramento do patrimônio do Fundo à alocação mínima em Direitos de Crédito estabelecida no Regulamento.
Anúncio de Início	Anúncio de início da distribuição pública das Quotas da Primeira Emissão do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multicarteira Não-Padronizado - Campos.
Ativos Financeiros	Títulos de emissão do Tesouro Nacional, títulos de emissão do Banco Central do Brasil, operações compromissadas com lastro em títulos públicos federais, quotas de emissão de fundos de investimento cujas carteiras de investimento sejam compostas exclusivamente por títulos públicos federais, administrados pelas Instituições Financeiras Autorizadas, e certificados de depósito bancário emitidos pelas Instituições Financeiras Autorizadas.
Auditores Independentes	KPMG Auditores Independentes, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Doutor Renato Paes de Barros, n.º 33, inscrita no C.N.P.J./M.F. n.º 57.755.217/0001-29.
Carteira	Carteira de Direitos de Crédito e Ativos Financeiros do Fundo.

Cedente(s)	Instituições financeiras, sociedades de arrendamento mercantil e/ou outras entidades privadas atuantes no mercado brasileiro no segmento comercial, imobiliário e/ou industrial que, mediante celebração de Contrato de Cessão, cederão Direitos de Crédito ao Fundo.
CETIP	CETIP – Câmara de Custódia e Liquidação.
Contrato(s) de Cessão	Contratos de Cessão e Aquisição de Direitos de Crédito e Outras Avenças, a serem celebrados entre cada um dos Cedentes e o Fundo.
Contrato(s) de Cobrança	Contratos de Cobrança de Direitos de Crédito e Outras Avenças, a serem celebrados entre o Custodiante e o(s) Agente(s) de Cobrança, com interveniência do Fundo.
Contrato de Custódia	Contrato de Prestação de Serviços de Custódia Qualificada e Controladoria do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multicarteira Não-Padronizado - Campos, celebrado entre o Custodiante e o Administrador.
Contrato(s) de Depósito	Contrato(s) de Custódia Física de Documentos Comprobatórios de Crédito e Outras Avenças, a serem celebrados entre o Custodiante e o(s) Agente(s) de Depósito, com interveniência do Fundo.
Contratos da Operação	O Contrato de Custódia, em conjunto com os Contratos de Cessão, Contratos de Cobrança e Contratos de Depósito, referentes a cada operação de aquisição de Direitos de Crédito pelo Fundo.
Compromisso de Investimento	"Instrumento Particular de Compromisso de Investimento para Subscrição e Integralização de Quotas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizado - Campos" a ser celebrado entre o Fundo e cada um dos Quotistas, no momento da subscrição de Quotas do Fundo.
CPMF	Contribuição Provisória sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira.
Critério de Elegibilidade	Requisito mínimo a ser verificado pelo Custodiante, ao qual os Direitos de Crédito devem atender para serem objeto de cessão ao Fundo.
Custodiante	Banco Bradesco S.A.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.
Devedores	Clientes dos Cedentes, devedores e/ou garantidores dos Direitos de Crédito que venham a ser adquiridos pelo Fundo.
Direitos de Crédito	Direitos de crédito vencidos e não adimplidos pelos respectivos Devedores, originados de operações financeiras, de arrendamento mercantil, comerciais, imobiliárias e/ou industriais realizadas por instituições financeiras, sociedades de arrendamento mercantil e/ou outras companhias atuantes no mercado brasileiro nos segmentos referidos acima, que sejam ou não objeto de cobrança ou execução judicial à época da aquisição pelo Fundo.

Documentos Comprobatórios de Crédito	Os documentos que formalizam a origem e a exeqüibilidade dos Direitos de Crédito, que consistirão basicamente em contratos celebrados entre os Cedentes e respectivos Devedores e/ou instrumentos representativos de dívida nos quais figurem os Devedores, bem como todos os demais documentos suficientes à comprovação da existência, validade e cobrança dos Direitos de Crédito objeto de aquisição pelo Fundo.
Gestor	Mellon Global Investments S/C Ltda., com sede no Estado do Rio de Janeiro, Cidade do Rio de Janeiro, na Avenida Almirante Barroso, n.º 52, sala 3301, inscrita no C.N.P.J./M.F. sob o nº 05.236.848/0001-38.
Instituições Financeiras Autorizadas	(i) Banco Itaú S.A, (ii) UNIBANCO - União de Bancos Brasileiros S.A. - Unibanco, (iii) Banco Bradesco S.A., (iv) HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo, (v) Banco ABN Amro Real S.A. e (vi) Banco Citibank S.A.
Instrução CVM n.º 356/01	Instrução CVM n.º 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada.
Instrução CVM n.º 400/03	Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2004, conforme alterada.
Instrução CVM n.º 409/04	Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada.
Instrução CVM n.º 444/06	Instrução CVM n.º 444, de 8 de dezembro de 2006.
IOF	Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio, Seguro e relativas a Títulos ou Valores Mobiliários.
Patrimônio Inicial	O patrimônio inicial do Fundo, após a colocação da Primeira Emissão, compreendido de 25 Quotas, com o preço inicial de emissão de R\$ 1.000.000,00 cada uma, totalizando um montante de R\$ 25.000.000,00, na Primeira Data de Emissão.
Prazo de Colocação	Período durante o qual as Quotas da Primeira Emissão poderão ser colocadas, conforme indicado no Anúncio de Início.
Preço de Emissão	O preço inicial de emissão das Quotas da Primeira Emissão, que corresponde a R\$ 1.000.000,00 por Quota, na Primeira Data de Emissão.
Primeira Emissão	A Primeira Emissão de Quotas do Fundo.
Primeira Data de Emissão	A data em que houver a primeira integralização de Quotas representativas do Patrimônio Inicial do Fundo.
Quota(s)	Quota(s) de emissão do Fundo.

Quota(s) da Primeira Emissão	Quotas da Primeira Emissão do Fundo, objeto da Oferta.
Regulamento	Regulamento do Fundo, anexo ao presente Prospecto.
Suplemento	Suplemento a ser elaborado na forma do modelo do Anexo I ao Regulamento, que indicará as características de cada emissão de Quotas do Fundo.
Suplemento da Primeira Emissão	Suplemento elaborado na forma do modelo do Anexo I do Regulamento, que indica as características da Primeira Emissão de Quotas do Fundo.
Termo de Adesão	Termo de ciência de risco e adesão ao Regulamento.

Outros termos e expressões contidos neste Prospecto, que não tenham sido definidos nesta Seção, terão o significado que lhes for atribuído no próprio Prospecto, bem como nos Contratos da Operação.

2. TERMOS E CONDIÇÕES DA OFERTA

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

TERMOS E CONDIÇÕES DA OFERTA

2.1. Características da Oferta

2.1.1. A Oferta

As Quotas da Primeira Emissão serão objeto de distribuição pública exclusivamente no mercado brasileiro, em mercado de balcão não organizado. A Oferta será conduzida pelo Administrador, sob o regime de melhores esforços.

2.1.2. Público Alvo

O Fundo é destinado a investidores qualificados, conforme disposto na Instrução CVM n.º 409/04, residentes e domiciliados no Brasil e/ou não residentes no Brasil, que busquem rentabilidade, no longo prazo, compatível com a política de investimento do Fundo, conforme prevista no Regulamento, e que aceitem os riscos associados aos investimentos do Fundo.

2.1.3. Registro da Oferta das Quotas

A Oferta foi registrada na CVM nos termos da Instrução CVM n.º 356/01, da Instrução CVM n.º 444/06 e da Instrução CVM n.º 400/03.

2.1.4. Quantidade de Quotas da Primeira Emissão

A Primeira Emissão é composta por 25 Quotas de classe única, todas correspondentes a frações ideais do patrimônio líquido do Fundo.

2.1.5. Preço de Emissão das Quotas

O Preço de Emissão das Quotas da Primeira Emissão foi fixado em R\$ 1.000.000,00 por Quota na Primeira Data de Emissão, totalizando a Oferta o valor de R\$ 25.000.000,00. Não haverá valor mínimo de colocação de Quotas no âmbito da Primeira Emissão.

2.1.6. Subscrição das Quotas durante o Prazo de Colocação

As Quotas da Primeira Emissão deverão ser subscritas dentro do prazo máximo de colocação de 180 (cento e oitenta) dias corridos contados da data de publicação do Anúncio de Início e serão integralizadas em moeda corrente nacional, conforme solicitação que venha a ser apresentada pelo Administrador aos Quotistas nos termos do item 4.9.5. abaixo.

Exceto se de outra forma autorizado pela CVM, as Quotas da Primeira Emissão que não sejam subscritas dentro do prazo máximo de colocação acima referido serão canceladas pelo Administrador, com o conseqüente aditamento do Suplemento da Primeira Emissão, sem necessidade de aprovação de tal aditamento em Assembléia Geral de Quotistas do Fundo.

No ato da primeira subscrição de Quotas da Primeira Emissão, o subscritor (i) assinará o boletim individual de subscrição, que será autenticado pelo Administrador e (ii) receberá exemplar deste Prospecto e do Regulamento, declarando, por meio da assinatura de Termo de Adesão, estar ciente, entre outras informações: (a) das disposições contidas no Regulamento e neste Prospecto, especialmente aquelas referentes à política de investimento e à taxa de administração cobrada pelo Administrador, (b) dos riscos inerentes ao investimento no Fundo, conforme descritos no Regulamento e neste Prospecto, (c) da possibilidade de perdas decorrentes das características dos Direitos de Crédito que integram e/ou venham a integrar a Carteira do Fundo e (d) dos procedimentos descritos nos itens 9.13.2. e 17.4.1. do Regulamento. No caso de aquisição de Quotas da Primeira Emissão no mercado secundário, o novo investidor também receberá exemplar do Regulamento, deste Prospecto e assinará Termo de Adesão.

2.1.7. Integralização das Quotas do Fundo

As Quotas representativas do Patrimônio Inicial serão integralizadas pelo Preço de Emissão atualizado desde a Primeira Data de Emissão até a data de integralização, em moeda corrente nacional, por meio de crédito do respectivo valor em recursos disponíveis em conta corrente do Fundo a ser indicada pelo Administrador, conforme solicitação que venha a ser apresentada pelo Administrador nos termos do item 4.9.5. abaixo.

2.1.8. Valor Mínimo de Investimento

O valor mínimo individual da primeira aplicação de cada investidor interessado em adquirir Quotas no âmbito da Oferta será de R\$ 1.000.000,00, sendo que aplicações posteriores deverão ter valor mínimo de R\$ 25.000,00. Não existe valor mínimo para manutenção de investimentos no Fundo após a aplicação inicial de cada Quotista.

2.1.9. Parâmetro de Rentabilidade das Quotas

As Quotas do Fundo não terão parâmetro de rentabilidade pré-determinado.

2.1.10. Cronograma da Oferta

Início da Oferta	A Oferta, devidamente registrada perante a CVM, terá início após a publicação do Anúncio de Início.
Prazo de Colocação	As Quotas deverão ser subscritas dentro do prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data de publicação do Anúncio de Início.
Distribuição junto ao público	As Quotas serão colocadas junto a investidores qualificados, conforme definidos na Instrução CVM n.º 409/04, residentes e domiciliados no Brasil e/ou não residentes no Brasil, que busquem rentabilidade, no longo prazo, compatível com a política de investimento do Fundo, conforme prevista no Regulamento e neste Prospecto, e que aceitem os riscos associados aos investimentos do Fundo.
Divulgação do Resultado da Oferta	O resultado da Oferta será divulgado ao término da Oferta, por meio da publicação de anúncio de encerramento no periódico utilizado para realizar as publicações referentes ao Fundo, qual seja, o jornal Diário Mercantil do Rio de Janeiro.

2.1.11. Modificação ou Revogação da Oferta

Eventual modificação ou revogação da Oferta será imediatamente divulgada pelo Administrador aos investidores pelos mesmos meios utilizados para divulgação do Anúncio de Início.

Na hipótese de modificação das condições da Oferta, os investidores que já tiverem aderido à Oferta terão que confirmar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da comunicação do Administrador referida acima, seu interesse em manter a sua aceitação da Oferta, sendo presumida a manutenção da aceitação em caso de silêncio.

Na hipótese de modificação ou revogação da Oferta nos termos dos artigos 25 e 26 da Instrução CVM n.º 400/03, os montantes eventualmente entregues pelos investidores na subscrição e integralização de Quotas serão integralmente restituídos pelo Administrador aos respectivos investidores, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da comunicação do Administrador referida acima, deduzidos dos encargos e tributos devidos. Neste caso, os investidores deverão fornecer um recibo de quitação ao Administrador referente aos valores restituídos, bem como efetuar a devolução dos boletins de subscrição referentes às Quotas já integralizadas.

2.2. Negociação das Quotas

As Quotas da Primeira Emissão serão admitidas para negociação na CETIP.

Na hipótese de negociação das Quotas em operações no mercado secundário, o agente intermediário da respectiva negociação será responsável por comprovar a qualificação do investidor que estiver adquirindo tais Quotas, de forma a cumprir com o disposto no item 2.1.2. acima, inclusive mediante a exigência de assinatura de Termo de Adesão.

2.3. Custos da Distribuição Pública das Quotas

A tabela abaixo apresenta os custos relacionados à distribuição pública das Quotas da Primeira Emissão:

Descrição do Custo	Montante (R\$)
Despesas de Registro	82.870,00
Prospectos e Publicações	4.000,00
Despesas com Agência Classificadora de Risco	18.000,00
Assessoria Legal	100.000,00
Total	204.870,00

Custo Unitário da Distribuição		
Preço por Quota (R\$)*	Custo por Quota (R\$)	Percentual sobre o Preço de Emissão*
1.000.000,00	8.194,80	0,82%

*com base no Preço de Emissão na Primeira Data de Emissão

Tendo em vista que o Administrador, na qualidade de sociedade integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, será o único responsável pela colocação das Quotas da Primeira Emissão junto ao público investidor, não serão devidas pelo Fundo comissões de coordenação da Oferta, colocação das Quotas e/ou quaisquer outras comissões referentes à Oferta.

Os custos relativos à contratação dos Auditores Independentes não estão diretamente relacionados com a Oferta.

2.4. Outras Informações

2.4.1. Esclarecimentos acerca do Fundo e Cópias do Regulamento e deste Prospecto

Para maiores esclarecimentos a respeito da Oferta e do Fundo, bem como para obtenção de cópias do Regulamento e deste Prospecto, os interessados deverão dirigir-se à CVM, à CETIP ou à sede do Administrador, nos endereços indicados abaixo, sendo que este Prospecto encontra-se à disposição dos investidores na CVM apenas para consulta e reprodução.

Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Avenida Presidente Wilson, n.º 231, 11º andar

Rio de Janeiro - RJ

At.: Carla Lopes

Tel.: (21) 3974.4500

Fax.: (21) 3974.4501

Correio Eletrônico: fidc@mellonbrasil.com.br

Website: www.mellonbrasil.com.br

Comissão de Valores Mobiliários
Rua Sete de Setembro, n.º 111, 5º andar
Rio de Janeiro - RJ
Website: www.cvm.gov.br

Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP
Avenida República do Chile, n.º 230, 11º andar
Rio de Janeiro - RJ

Rua Líbero Badaró, n.º 425, 24º andar
São Paulo - SP
Website: www.cetip.com.br

2.4.2. Identificação dos demais Prestadores de Serviços ao Fundo

Gestor:

Mellon Global Investments S.C. Ltda.
Avenida Almirante Barroso, n.º 52, 13º andar
Rio de Janeiro – RJ
Tel.: (21) 2510.9900
Fax.: (21) 2510.9901

Custodiante:

Banco Bradesco S.A.
Prédio Novo, 4º andar, Vila Yara
Cidade de Deus - Osasco – SP
Tel.: (11) 2178.6600
Fax.: (11) 3684 5645

Assessoria Jurídica:

Mattos Filho, Veiga, Filho, Marrey Jr. e Quiroga
Alameda Joaquim Eugênio de Lima, n.º 447
São Paulo – SP
Tel.: (11) 3147.7600
Fax.: (11) 3147.7770

Auditores Independentes:

KPMG Auditores Independentes
Rua Doutor Renato Paes de Barros, n.º 33
São Paulo – SP
Tel.: (11) 2183.3000
Fax.: (11) 2183.3001

Agência Classificadora de Risco:

Austin Rating Serviços Financeiros Ltda.
Rua Leopoldo Couto de Magalhães Júnior, n.º 110, 7º andar, conjunto 73
São Paulo – SP
Tel.: (11) 3377.0707
Fax.: (11) 3377.0739

2.5. Declaração do Administrador

Nos termos do artigo 56 da Instrução CVM n.º 400/03, o Administrador, na qualidade de instituição responsável pela distribuição das Quotas da Primeira Emissão, declara que (i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante o período de realização da Oferta; e (ii) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que as informações prestadas por ocasião do registro e durante o período de realização da Oferta sejam verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta. Ademais, as informações eventuais ou periódicas e que venham a integrar este Prospecto, serão suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta.

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

3. FATORES DE RISCO

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

FATORES DE RISCO

Antes de tomar uma decisão de investimento no Fundo, os potenciais investidores devem, considerando sua própria situação financeira, seus objetivos de investimento e o seu perfil de risco, avaliar cuidadosamente todas as informações disponíveis neste Prospecto e no Regulamento do Fundo, inclusive, mas não se limitando, àquelas relativas à política de investimento e composição da Carteira do Fundo e aos fatores de risco descritos a seguir.

3.1. Riscos Associados ao Fundo e aos Direitos de Crédito

Os fundos de investimento em direitos creditórios, tal como o Fundo, enfrentam baixa liquidez no mercado secundário brasileiro. Por conta dessa característica e do fato do Fundo ter sido constituído na forma de condomínio fechado, ou seja, sem admitir a possibilidade de resgate de suas Quotas a qualquer momento, os Quotistas podem ter dificuldade em vender suas Quotas no mercado secundário.

O investimento do Fundo em Direitos de Crédito apresenta peculiaridades em relação às aplicações usuais da maioria dos fundos de investimento brasileiros, haja vista que não existe, no Brasil, mercado secundário com liquidez para tais Direitos de Crédito. Caso o Fundo precise vender os Direitos de Crédito, poderá não haver mercado comprador ou o preço de alienação de tais Direitos de Crédito poderá causar perda de patrimônio do Fundo.

A propriedade das Quotas não confere aos Quotistas propriedade direta sobre os Direitos de Crédito. Os direitos dos Quotistas são exercidos sobre todos os ativos da Carteira de modo não individualizado, proporcionalmente ao número de Quotas possuídas.

O Regulamento estabelece algumas hipóteses em que a Assembléia Geral de Quotistas poderá optar pelo resgate antecipado das Quotas, quando o resgate das Quotas poderá ser realizado mediante a entrega de Direitos de Crédito e/ou Ativos Financeiros. Nessas situações, os Quotistas poderão encontrar dificuldades (i) para vender os Direitos de Crédito e/ou Ativos Financeiros recebidos quando do pagamento de resgate de suas Quotas ou (ii) cobrar os valores devidos pelos devedores dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros.

O Fundo tem por objetivo adquirir carteiras variadas de Direitos de Crédito, vencidos e não pagos, sendo que a valorização dos investimentos do Fundo e, conseqüentemente, dos Quotistas, está diretamente associada aos resultados dos esforços de cobrança dos Direitos de Crédito a serem realizados pelos Agentes de Cobrança contratados pelo Fundo. O Fundo, o Administrador, o Gestor, o Custodiante e os Agentes de Cobrança não assumem qualquer responsabilidade pelo pagamento ou pela recuperação dos Direitos de Crédito ou pela solvência dos Devedores dos Direitos de Crédito, bem como o Fundo, o Administrador, o Gestor e o Custodiante não assumem responsabilidade pelo cumprimento, pelos Agentes de Cobrança, de suas obrigações de cobrança dos Direitos de Crédito, de acordo com os termos e condições que venham a ser acordados com o Fundo. O Fundo sofrerá o impacto da não recuperação dos pagamentos referentes aos Direitos de Crédito e do eventual não cumprimento, pelos Agentes de Cobrança, de suas obrigações para com o Fundo, o que poderá resultar em perda total do capital investido pelos Quotistas no Fundo ou até na ocorrência de patrimônio líquido negativo, quando os Quotistas terão que aportar recursos adicionais no Fundo. Adicionalmente. O Fundo somente procederá à amortização e/ou ao resgate das Quotas em moeda corrente nacional na medida em que os pagamentos dos Direitos de Crédito sejam recuperados por meio dos esforços de cobrança a serem realizados pelos Agentes de Cobrança.

Tendo em vista que o Fundo buscará adquirir, de tempos em tempos, Direitos de Crédito originados por Cedentes distintos e que cada carteira de Direitos de Crédito terá sido objeto de processos de origem e de políticas de concessão de crédito distintos, os investimento do Fundo em Direitos de Crédito estarão sujeitos a uma série de fatores de risco peculiares a cada operação de cessão de Direitos de Crédito ao Fundo, os quais poderão impactar negativamente nos resultados do Fundo, inclusive riscos relacionados:

- a. aos critérios adotados pelos Cedentes para concessão de Direitos de Crédito;
- b. aos negócios e a situação patrimonial e financeira dos Devedores;
- c. à possibilidade de os Direitos de Crédito virem a ser alcançados por obrigações dos Devedores ou de terceiros, inclusive em decorrência de pedidos de recuperação judicial ou de falência, ou planos de recuperação extrajudicial, ou em outro procedimento de natureza similar;
- d. a eventuais restrições de natureza legal ou regulatória que possam afetar adversamente a validade da constituição e da cessão dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, bem como o comportamento do conjunto dos Direitos de Crédito cedidos e os fluxos de caixa a serem gerados; e
- e. a eventos específicos com relação à operação de cessão de Direitos de Crédito ao Fundo que possam dar ensejo ao inadimplemento ou determinar a antecipação, liquidação ou amortização dos pagamentos.

Nos termos do Regulamento, o Custodiante está isento de sua obrigação de realizar a verificação do lastro dos Direitos de Crédito, ou seja, dos Documentos Comprobatórios de Crédito. A ausência de verificação do lastro dos Direitos de Crédito pelo Custodiante poderá resultar na aquisição, pelo Fundo, de Direitos de Crédito que não sejam amparados por Documentos Comprobatórios de Crédito de forma completa e suficiente, o que poderá dificultar ou até mesmo inviabilizar a recuperação de parte ou da totalidade dos pagamentos referentes aos respectivos Direitos de Crédito por meio de esforços de cobrança a serem realizados pelos Agentes de Cobrança. Nessas hipóteses, o Fundo, o Administrador, o Gestor e o Custodiante não poderão ser responsabilizados por qualquer perda que venha a ser imposta ao Fundo ou aos Quotistas.

As aplicações realizadas no Fundo não contam com garantia do Administrador, do Gestor, do Custodiante, dos Cedentes ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC, podendo ocorrer perda total do capital investido pelos Quotistas.

3.2. Riscos Associados aos Ativos Financeiros

Os Ativos Financeiros estão sujeitos às oscilações de preços e cotações de mercado, e a outros riscos, tais como riscos de crédito e de liquidez, de oscilação de mercados e de precificação de ativos, o que pode afetar negativamente o desempenho do Fundo e do investimento realizado pelos Quotistas. O Administrador e/ou o Gestor, em hipótese alguma, excetuadas as ocorrências resultantes de comprovado dolo ou má-fé, serão responsabilizados por qualquer depreciação dos bens da Carteira do Fundo, ou por eventuais prejuízos em caso de liquidação do Fundo ou resgate de Quotas. Para maiores detalhes a respeito desses fatores de risco, vide itens (a) a (d) abaixo.

- a. Os Ativos Financeiros estão sujeitos a oscilações nos seus preços em função da reação dos mercados frente a notícias econômicas e políticas, tanto no Brasil como no exterior, podendo ainda responder a notícias específicas a respeito dos respectivos emissores. As variações de preços dos Ativos Financeiros poderão ocorrer também em função de alterações nas expectativas dos participantes do mercado, podendo inclusive ocorrer mudanças nos padrões de comportamento de preços dos Ativos Financeiros sem que haja mudanças significativas no contexto econômico e/ou político nacional e internacional.

- b. Os Ativos Financeiros estão também sujeitos à capacidade dos seus emissores em honrar os compromissos de pagamento de juros e principal referentes a tais Ativos Financeiros. Alterações nas condições financeiras dos emissores dos Ativos Financeiros e/ou na percepção que os investidores têm sobre tais condições, bem como alterações nas condições econômicas e políticas que possam comprometer a sua capacidade de pagamento, podem trazer impactos significativos nos preços e na liquidez dos Ativos Financeiros. Mudanças na percepção da qualidade dos créditos dos emissores, mesmo que não fundamentadas, poderão também trazer impactos nos preços e na liquidez dos Ativos Financeiros.
- c. O Fundo poderá, ainda, incorrer em risco de crédito na liquidação das operações realizadas por meio de corretoras e distribuidoras de valores mobiliários que venham a intermediar as operações de compra e venda de Ativos Financeiros em nome do Fundo. Na hipótese de falta de capacidade e/ou falta de disposição de pagamento de qualquer dos emissores de Ativos Financeiros ou das contrapartes nas operações integrantes da Carteira do Fundo, o Fundo poderá sofrer perdas, podendo inclusive incorrer em custos para conseguir recuperar os seus créditos.
- d. A precificação dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo deverá ser realizada de acordo com os critérios e procedimentos para registro e avaliação de títulos, valores mobiliários e demais operações estabelecidos na regulamentação em vigor. Referidos critérios de avaliação de ativos, tais como os de marcação a mercado ("*mark-to-market*") poderão ocasionar variações nos valores dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo, resultando em aumento ou redução no valor das Quotas do Fundo.

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

**4. FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTICARTEIRA
NÃO-PADRONIZADO - CAMPOS**

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTICARTEIRA NÃO-PADRONIZADO - CAMPOS

Os termos utilizados nesta Seção do Prospecto terão o mesmo significado que lhes for atribuído no Regulamento e na Seção "Definições" deste Prospecto. Esta Seção traz um breve resumo dos capítulos do Regulamento, mas a sua leitura não substitui a leitura do Regulamento.

4.1. Base Legal

O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multicarteira Não-Padronizado – Campos, constituído sob a forma de condomínio fechado, tem como base legal a Resolução do Conselho Monetário Nacional n.º 2.907/2001, a Instrução CVM n.º 356/01 e a Instrução CVM n.º 444/06, conforme alterada pela Instrução CVM n.º 393/03. O Fundo é regulado pelo Conselho Monetário Nacional e pela CVM, estando sujeito aos termos e condições de seu Regulamento.

O Fundo tem prazo de duração indeterminado, sendo que cada emissão de Quotas do Fundo terá prazo determinado de vencimento, ou seja, prazo determinado para resgate.

4.2. Público Alvo

O Fundo é destinado a investidores qualificados, conforme disposto na Instrução CVM n.º 409/04, residentes e domiciliados no Brasil e/ou não residentes no Brasil, que busquem rentabilidade, no longo prazo, compatível com a política de investimento do Fundo, conforme prevista no Regulamento, e que aceitem os riscos associados aos investimentos do Fundo.

4.3. Administração e Gestão da Carteira

O Fundo é administrado pela Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Wilson, n.º 231, 11º andar, inscrita no C.N.P.J./M.F. sob n.º 02.201.501/0001-61, sociedade devidamente autorizada pela CVM para administrar fundos de investimento.

O Administrador contratou a Mellon Global Investments S/C Ltda., com sede no Estado do Rio de Janeiro, Cidade do Rio de Janeiro, na Avenida Almirante Barroso, n.º 52, sala 3301, inscrita no C.N.P.J./M.F. sob n.º 05.236.848/0001-38, sociedade devidamente autorizada a administrar carteira de valores mobiliários pela CVM, para ser responsável pela gestão da Carteira do Fundo.

4.4. Custódia, Controladoria e Escrituração das Quotas do Fundo

Para a prestação dos serviços de custódia qualificada e controle dos ativos integrantes da Carteira do Fundo, o Fundo contratou o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, Prédio Novo, 4º andar, na Vila Yara, inscrita no C.N.P.J./M.F. sob n.º 60.746.948/0001-12.

Além dos serviços de custódia qualificada acima mencionados, o Banco Bradesco S.A. também prestará ao Fundo os serviços de escrituração de Quotas.

Os Direitos de Crédito e os Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo serão custodiados pelo Custodiante, sendo que, conforme o caso, serão registrados e/ou mantidos (i) em conta de depósito diretamente em nome do Fundo, ou (ii) em contas específicas abertas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - Selic ou (iii) em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo Banco Central do Brasil ou (iv) em outras entidades autorizadas à prestação de serviços de custódia pelo Banco Central do Brasil e/ou pela CVM.

4.5. Agência Classificadora de Risco das Quotas

As Quotas do Fundo são avaliadas pela Agência Classificadora de Risco. A avaliação das Quotas do Fundo será revisada trimestralmente e divulgada aos Quotistas do Fundo na forma prevista no Regulamento.

Tendo em vista a natureza dos Direitos de Crédito que o Fundo pretende adquirir, o rebaixamento da classificação de risco (*rating*) originalmente atribuída às Quotas do Fundo, após a realização da Primeira Emissão do Fundo e/ou durante o prazo de funcionamento do Fundo, não implicará a adoção, pelo Administrador, pelo Custodiante e/ou pelos Quotistas, de quaisquer medidas para liquidação do Fundo, além da notificação aos Quotistas, na forma do item 19.2 do Regulamento.

4.6. Auditoria

A empresa de auditoria contratada pelo Fundo é a KPMG Auditores Independentes, ou seu sucessor no exercício dessas funções, responsável pela revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo e pela análise de sua situação e da atuação do Administrador.

4.7. Objetivo de Investimento

O objetivo do Fundo é proporcionar rendimento de longo prazo a seus Quotistas por meio do investimento dos recursos do Fundo na aquisição de carteiras de Direitos de Crédito vencidos e não adimplidos pelos respectivos Devedores, originados de operações financeiras, de arrendamento mercantil, comerciais, imobiliárias e/ou industriais realizadas por instituições financeiras, sociedades de arrendamento mercantil e/ou outras companhias atuantes no mercado brasileiro nos segmentos referidos acima, que sejam ou não objeto de cobrança ou execução judicial à época de aquisição pelo Fundo

4.8. Política de Investimento e Composição da Carteira

Os recursos do Fundo serão utilizados para a aquisição de, no mínimo, 50% do patrimônio líquido do Fundo em Direitos de Crédito.

A parcela do patrimônio líquido do Fundo que não seja alocada em Direitos de Crédito será necessariamente alocada em moeda corrente nacional e/ou nos seguintes Ativos Financeiros, de acordo com os critérios abaixo indicados:

- (i) títulos de emissão do Tesouro Nacional;
- (ii) títulos de emissão do Banco Central do Brasil;
- (iii) operações compromissadas com lastro em títulos públicos federais;
- (iv) quotas de emissão de fundos de investimento cujas carteiras de investimento sejam compostas exclusivamente por títulos públicos federais, administrados pelas Instituições Financeiras Autorizadas; e
- (v) certificados de depósito bancário emitidos pelas Instituições Financeiras Autorizadas.

São consideradas Instituições Financeiras Autorizadas as seguintes instituições financeiras: (i) Banco Itaú S.A, (ii) UNIBANCO - União de Bancos Brasileiros S.A. - Unibanco, (iii) Banco Bradesco S.A., (iv) HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo, (v) Banco ABN Amro Real S.A. e (vi) Banco Citibank S.A.

O Gestor envidará seus melhores esforços para adquirir Ativos Financeiros cujos vencimentos propiciem ao Fundo classificação de investimento de “longo prazo”, para fins de tributação dos Quotistas.

O Fundo não poderá realizar operações de *day trade*, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente de o Fundo possuir estoque ou posição anterior do mesmo Ativo Financeiro.

Até 100% do patrimônio líquido do Fundo poderá ser representado por Ativos Financeiros de emissão e/ou obrigação de uma mesma instituição/de uma mesma entidade e/ou de Direitos de Crédito devidos por um mesmo Devedor.

O Fundo poderá contratar operações com o Administrador e/ou com o Gestor, com empresas controladoras, controladas, coligadas e/ou subsidiárias do Administrador ou ainda com carteiras e/ou fundos de investimento administrados e/ou geridos pelo Administrador e/ou pelo Gestor ou pelas pessoas a eles ligadas acima mencionadas, desde que observados os percentuais de concentração e diversificação previstos neste item 4.8. e no Capítulo Seis do Regulamento. As operações descritas neste item serão objeto de registro segregado das demais operações da Carteira do Fundo, de modo a serem facilmente identificáveis.

O Administrador e o Gestor são sociedades distintas e, embora pertencentes a um mesmo grupo econômico, são independentes entre si, de forma que as atividades relacionadas à administração de recursos de terceiros do Gestor são totalmente segregadas das demais atividades do Administrador, nos termos da regulamentação em vigor. Em virtude da referida segregação de atividades, não há conflitos de interesses na hipótese de contratação, pelo Fundo, das operações de que trata o parágrafo acima.

Na hipótese de desenquadramento da Carteira do Fundo com relação aos percentuais de composição, concentração e diversificação indicados acima por período superior a 15 dias consecutivos ("Prazo para Reenquadramento da Carteira"), o Administrador deverá convocar, no 1º dia útil após o encerramento do Prazo para Reenquadramento da Carteira, Assembléia Geral de Quotistas para deliberar sobre (i) a aquisição de novos Direitos de Crédito para fins de reenquadramento da Carteira; e/ou (ii) realização de Amortização Extraordinária das Quotas do Fundo, observado o disposto no item 4.14. abaixo, no que couber; e/ou (iii) prorrogação do Prazo para Reenquadramento da Carteira em até 60 dias; e/ou, ainda, (iv) liquidação antecipada do Fundo, mediante resgate antecipado das Quotas.

4.9. Características, Direitos, Condições de Emissão, Subscrição e Integralização das Quotas

4.9.1. Patrimônio Inicial

As Quotas do Fundo correspondem a frações ideais de seu patrimônio, o qual é formado por uma única classe de Quotas. Todas as Quotas do Fundo terão forma escritural e serão mantidas em conta de depósito em nome dos respectivos titulares, mantida pelo Custodiante. O Patrimônio Inicial do Fundo será formado pelas Quotas da Primeira Emissão.

As Quotas representativas do Patrimônio Inicial serão emitidas, distribuídas, subscritas e integralizadas em observância ao disposto no Regulamento e de acordo com os termos previstos no Anúncio de Início.

4.9.2. Direitos Patrimoniais

Não haverá qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os Quotistas titulares de Quotas do Fundo, sendo que emissões/séries distintas de Quotas do Fundo poderão ter prazos distintos de resgate, conforme previsto nos respectivos Suplementos.

4.9.3. Direitos de Voto das Quotas

As Quotas terão direito de voto, correspondendo cada Quota a um voto nas Assembléias Gerais de Quotistas do Fundo.

4.9.4. Distribuição e Subscrição das Quotas do Fundo

As distribuições públicas de Quotas do Fundo serão objeto de registro nos termos da Instrução CVM n.º 356/01, da Instrução CVM n.º 444/06 e da Instrução CVM n.º 400/03. As Quotas deverão ser subscritas dentro do prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias corridos contados da data de publicação do anúncio de início da distribuição pública de tais Quotas e serão integralizadas em moeda corrente nacional, conforme solicitação que venha a ser apresentada pelo Administrador aos Quotistas nos termos do item 4.9.5. abaixo.

Exceto se de outra forma autorizado pela CVM, as Quotas de cada emissão do Fundo que não sejam subscritas dentro do prazo máximo de colocação de 180 dias corridos acima referido serão canceladas pelo Administrador, com o conseqüente aditamento do suplemento da emissão respectiva, sem necessidade de aprovação de tal aditamento em Assembléia Geral de Quotistas do Fundo.

No ato da primeira subscrição de Quotas do Fundo, o subscritor (i) assinará o boletim individual de subscrição e recibo de integralização, que será autenticado pelo Administrador e (ii) receberá exemplar do Regulamento do Fundo e deste Prospecto, declarando, por meio da assinatura de Termo de Adesão ao Regulamento, estar ciente (a) das disposições contidas no Regulamento e neste Prospecto, especialmente aquelas referentes à política de investimento e à taxa de administração cobrada pelo Administrador e (b) dos riscos inerentes ao investimento no Fundo, conforme descritos no Regulamento e neste Prospecto.

O anúncio de início de distribuição pública das Quotas de cada emissão do Fundo apresentará os termos e condições da distribuição de tais Quotas, bem como informará as condições e os prazos para subscrição e integralização das Quotas, observado o disposto no Regulamento.

Eventuais emissões de Quotas do Fundo após a conclusão da Primeira Emissão ("Novas Quotas") deverão ser realizadas mediante aprovação da Assembléia Geral de Quotistas.

Na hipótese de emissão de Novas Quotas do Fundo, os Quotistas já ingressos no Fundo não terão direito de preferência na aquisição de tais Novas Quotas.

Cada distribuição pública de Novas Quotas emitidas pelo Fundo dependerá de prévio registro na CVM.

4.9.5. Integralização das Quotas do Fundo

As Quotas do Fundo serão integralizadas pelo Preço de Emissão atualizado desde a Primeira Data de Emissão até a data de integralização, em moeda corrente nacional, por meio de crédito do respectivo valor em recursos disponíveis em conta corrente do Fundo a ser indicada pelo Administrador, conforme solicitação que venha a ser apresentada pelo Administrador nos termos definidos abaixo.

Na medida em que sejam necessários aportes de recursos no Fundo para a aquisição de carteiras de Direitos de Crédito (conforme aprovada pela Assembléia Geral de Quotistas), os Quotistas serão notificados pelo Administrador para realizar a integralização parcial ou total das Quotas que tenham sido por eles subscritas durante o prazo de colocação de tais Quotas ("Notificação para Integralização de Quotas"), de acordo com os termos e condições dos respectivos Compromissos de Investimento.

Ao receberem a Notificação para Integralização de Quotas, os Quotistas serão obrigados a integralizar parte ou a totalidade das Quotas que tenham subscrito, conforme notificação do Administrador e de acordo com o disposto nos respectivos Compromissos de Investimento.

O procedimento disposto nos parágrafos acima será repetido para cada Notificação para Integralização de Quotas, até que 100% (cem por cento) das Quotas representativas do Patrimônio Inicial subscritas pelos Quotistas tenham sido integralizadas.

4.9.6. Critérios para Apuração do Valor das Quotas

A partir do primeiro dia útil seguinte à Primeira Data de Emissão, cada Quota do Fundo terá seu valor unitário calculado diariamente, para fins de integralização e/ou nas hipóteses de pagamento de amortização e/ou resgate das Quotas do Fundo, conforme o caso.

O valor de cada Quota do Fundo será equivalente ao resultado da divisão do valor do patrimônio líquido do Fundo na data do cálculo, pelo número total de Quotas emitidas e em circulação à época.

4.9.7. Negociação das Quotas do Fundo

As Quotas serão admitidas à negociação na CETIP.

Na hipótese de negociação das Quotas em operações no mercado secundário, o agente intermediário da respectiva negociação será responsável por comprovar a qualificação do novo investidor que estiver adquirindo tais Quotas, inclusive mediante a exigência de assinatura, pelo investidor adquirente de Quotas do Fundo no mercado secundário, de Termo de Adesão.

4.10. Condições de Amortização e Resgate das Quotas

Cada Suplemento ao Regulamento, referente a cada nova emissão de Quotas do Fundo, indicará o cronograma de amortizações das Quotas de cada emissão do Fundo, bem como a data de resgate dessas Quotas. O Suplemento da Primeira Emissão estabelece os termos e condições de amortização e resgate das Quotas da Primeira Emissão.

A distribuição de quaisquer ganhos e rendimentos do Fundo aos Quotistas será feita exclusivamente mediante a amortização parcial ou total e/ou resgate de suas Quotas, observado o disposto nos Capítulos Dez, Doze e Treze do Regulamento.

O Administrador promoverá amortizações parciais ou total e/ou o resgate das Quotas, a qualquer momento durante o prazo de duração do Fundo, mediante deliberação dos Quotistas do Fundo reunidos em Assembléia Geral, na medida em que o valor de ganhos e rendimentos do Fundo, conforme orientação a ser dada pelo Administrador aos Quotistas, seja suficiente para o pagamento do valor de exigibilidades e provisões do Fundo.

Sem prejuízo do disposto no parágrafo acima, o resgate de Quotas do Fundo somente ocorrerá após a amortização do valor total das Quotas objeto do resgate e/ou ao término do prazo de duração do Fundo ou da respectiva emissão/série de Quotas, o que ocorrer primeiro.

Quaisquer distribuições a título de amortização de Quotas deverão abranger todas as Quotas do Fundo, em benefício de todos os Quotistas. Os pagamentos de resgate de Quotas do Fundo deverão abranger todas as Quotas de uma mesma emissão/série de Quotas do Fundo, em benefício de todos os Quotistas titulares de Quotas de tal emissão/série.

O pagamento de amortizações e/ou resgate das Quotas do Fundo será efetuado por meio de depósito em conta corrente de titularidade dos Quotistas do Fundo, mediante qualquer mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil, pelo valor da Quota no dia do respectivo pagamento.

Nas hipóteses de liquidação antecipada do Fundo, os titulares de Quotas do Fundo poderão receber Direitos de Crédito e/ou Ativos Financeiros no resgate de suas Quotas, em observância aos procedimentos descritos no Capítulo Doze do Regulamento.

Quando a data estipulada para pagamento de amortização ou resgate de Quotas coincidir com dia que seja feriado de âmbito nacional, tal pagamento será efetuado no primeiro dia útil subsequente, pelo valor da Quota no dia do pagamento.

4.11. Assembléia Geral de Quotistas

Nos termos do Regulamento do Fundo, é da competência da Assembléia Geral de Quotistas do Fundo:

- (i) examinar, anualmente, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pelo Administrador, em até 4 meses contados do encerramento do exercício social do Fundo;
- (ii) alterar o Regulamento, além das hipóteses de alteração do Regulamento mencionadas nos demais subitens deste item 4.11;
- (iii) deliberar sobre a substituição do Administrador e/ou do Gestor;
- (iv) aprovar a emissão de Novas Quotas;
- (v) eleger e destituir eventual(is) representante(s) dos Quotistas do Fundo, nomeado(s) conforme o disposto no Regulamento;
- (vi) deliberar sobre a elevação da taxa de administração praticada pelo Administrador, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução;
- (vii) deliberar sobre a fusão, incorporação e cisão do Fundo;
- (viii) deliberar sobre a liquidação do Fundo;
- (ix) alterar os critérios para apuração do valor das Quotas;
- (x) deliberar sobre a amortização parcial ou total e/ou o resgate antecipado das Quotas, inclusive para fins de enquadramento do patrimônio do Fundo à alocação mínima em Direitos de Crédito, nos termos do item 4.14. abaixo;
- (xi) aprovar os procedimentos a serem adotados no resgate das Quotas do Fundo mediante a entrega de Direitos de Crédito e/ou Ativos Financeiros;
- (xii) alterar os quoruns de deliberação das Assembléias Gerais de Quotistas do Fundo, conforme previsto no Regulamento;
- (xiii) deliberar sobre a aquisição de Direitos de Crédito pelo Fundo e sobre os critérios de precificação e reavaliação de tais Direitos de Crédito, bem como sobre a contratação do(s) Agente(s) de Cobrança para prestar serviços de cobrança extrajudicial e/ou judicial dos Direitos de Crédito objeto de aquisição pelo Fundo; e
- (xiv) deliberar sobre a eventual constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa referente aos Direitos de Crédito integrantes da Carteira do Fundo.

Os Quotistas titulares de Quotas do Fundo terão direito a voto em todas as matérias indicadas acima.

As deliberações sobre as matérias indicadas acima poderão ser aprovadas em Assembléia Geral de Quotistas, em primeira e segunda convocação, mediante a aprovação de Quotistas que representem a maioria das Quotas do Fundo emitidas e em circulação.

4.12. Avaliação dos Ativos do Fundo

Entende-se por patrimônio líquido do Fundo a soma algébrica dos valores correspondentes aos Direitos de Crédito e aos Ativos Financeiros disponíveis na Carteira, menos as exigibilidades do Fundo.

Para cálculo do valor da Carteira, (i) os Direitos de Crédito serão precificados de acordo com os critérios de avaliação e reavaliação determinados pela Assembléia Geral de Quotistas que deliberar sobre a aquisição, pelo Fundo, dos referidos Direitos de Crédito, e (ii) os Ativos Financeiros serão precificados de acordo com os critérios e procedimentos para registro e avaliação de títulos e valores mobiliários previstos na regulamentação em vigor (tais como o critério de marcação a mercado), observado o disposto no Contrato de Custódia. Os rendimentos auferidos com os Direitos de Crédito serão reconhecidos em razão do recebimento de seu valor pelo Fundo, computando-se a valorização e eventuais amortizações em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.

Os Quotistas poderão deliberar pela reavaliação dos Direitos de Crédito integrantes da Carteira do Fundo, bem como sobre a eventual constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, de acordo com os critérios definidos nos termos da alínea (i) do parágrafo acima. O Custodiante constituirá provisão para créditos de liquidação duvidosa referente a Ativos Financeiros de acordo com os critérios estabelecidos no Contrato de Custódia, nos termos da regulamentação aplicável.

4.13. Eventos de Liquidação Antecipada do Fundo

Além das hipóteses previstas na regulamentação, são considerados eventos de liquidação antecipada do Fundo ("Eventos de Liquidação"), quaisquer das seguintes ocorrências:

- (i) renúncia do Custodiante, sem que uma nova instituição assuma suas funções no prazo de até 45 dias;
- (ii) renúncia do Agente de Cobrança, sem que uma nova instituição assuma suas funções no prazo de até 45 dias;
- (iii) renúncia do Agente de Depósito, sem que uma nova instituição assuma suas funções no prazo de até 45 dias;
- (iv) renúncia do Administrador de suas funções, sem que a Assembléia Geral de Quotistas do Fundo nomeie instituição habilitada para substituir o Administrador, nos termos estabelecidos no Regulamento;
- (v) renúncia do Gestor, sem que uma nova instituição assuma suas funções no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias; e
- (vi) na hipótese da Assembléia Geral de Quotistas determinar a liquidação do Fundo, observado o quorum de deliberação de que trata o item 4.11 acima, mesmo sem qualquer justificativa ou razão.

Na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Liquidação descritos acima, serão observados os procedimentos do item 14.2. do Regulamento.

4.14. Amortização Extraordinária para Reenquadramento da Carteira do Fundo

O Administrador poderá realizar, a qualquer tempo, mediante a aprovação dos Quotistas do Fundo reunidos em Assembléia Geral (observado o quorum previsto no item 4.11. acima), a Amortização Extraordinária das Quotas em circulação, pelo valor atualizado das Quotas em circulação, exclusivamente para fins de enquadramento do patrimônio do Fundo à alocação mínima em Direitos de Crédito estabelecida no Regulamento.

Na hipótese de realização de Amortização Extraordinária das Quotas nos termos deste item, todos os Quotistas do Fundo serão informados, inclusive sobre o valor total envolvendo cada Amortização Extraordinária.

Qualquer Amortização Extraordinária afetará todos os Quotistas titulares de Quotas, de forma proporcional e em igualdade de condições.

4.15. Política de Divulgação de Informações Relativas ao Fundo

O Administrador divulgará, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato relevante relativo ao Fundo, de modo a garantir aos Quotistas do Fundo acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influenciar as decisões dos Quotistas do Fundo quanto à permanência no mesmo ou, no caso de potenciais investidores, quanto à aquisição de Quotas do Fundo.

O Administrador colocará à disposição dos Quotistas do Fundo, em sua sede e nas sedes das instituições intermediárias que venham a ser contratadas pelo Administrador para participar das distribuições de Quotas do Fundo, no prazo máximo de 10 dias corridos após o encerramento de cada mês, as seguintes informações, além de outras exigidas nos termos do Regulamento e da regulamentação aplicável: (i) o número de Quotas de propriedade de cada Quotista do Fundo e o respectivo valor; (ii) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês a que se referirem; e (iii) dados acerca do comportamento da Carteira, abrangendo discussão quanto ao desempenho obtido e o esperado.

O Administrador deverá colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição de quaisquer interessados que as solicitarem em sua sede social, observados os seguintes prazos máximos: (i) 20 dias corridos após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e (ii) 60 dias corridos após o encerramento do exercício social, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

4.16. Forma de Divulgação de Informações

A divulgação de informações do Fundo será feita mediante publicação no jornal Diário Mercantil do Rio de Janeiro, utilizado para veicular as informações relativas ao Fundo, e serão disponibilizadas aos Quotistas nas sedes e agências do Administrador e das instituições intermediárias que venham a ser contratadas pelo Administrador para participar das distribuições de Quotas do Fundo, devendo todos os documentos e informações correspondentes ser remetidos à CVM na mesma data de sua divulgação. Tal divulgação será feita sempre no mesmo periódico e qualquer alteração deverá ser precedida de aviso aos Quotistas do Fundo.

4.17. Atendimento aos Quotistas

Para solicitar maiores informações sobre o Fundo, os Quotistas do Fundo poderão entrar em contato conforme dados a seguir:

Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Avenida Presidente Wilson, n.º 231, 11º andar

Rio de Janeiro - RJ

At.: Carla Lopes

Tel.: (21) 3974.4500

Fax.: (21) 3974.4501

Correio Eletrônico: fidc@mellonbrasil.com.br

Website: www.mellonbrasil.com.br

4.18. Taxas e Encargos do Fundo

Pela administração do Fundo, o Administrador receberá taxa de administração equivalente a 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) ao ano do valor do Patrimônio Líquido do Fundo.

A taxa de administração será provisionada diariamente, por dia útil, e paga mensalmente, por período vencido, até o 5º dia útil do mês subsequente ao dos serviços prestados.

Os percentuais referidos acima serão calculados sobre o valor diário do patrimônio líquido do Fundo do dia anterior à realização do referido cálculo, à taxa de "1/252" de forma linear, da porcentagem referida acima, e informada mensalmente ao Custodiante.

O Administrador não receberá taxa de desempenho ou de performance.

Constituem encargos do Fundo, além da taxa de administração referida acima, as seguintes despesas:

- (i) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais, ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos ou obrigações do Fundo;
- (ii) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas no Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- (iii) despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Quotistas do Fundo;
- (iv) honorários e despesas com auditores encarregados do exame das demonstrações financeiras e contas do Fundo e da análise de sua situação e da atuação do Administrador;
- (v) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo, bem como despesas referentes à cobrança judicial e/ou extrajudicial dos Direitos de Crédito;
- (vi) honorários de advogados, custas e despesas correlatas realizadas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o Fundo venha a ser vencido;
- (vii) quaisquer despesas inerentes à constituição ou liquidação do Fundo ou à realização de Assembléia Geral de Quotistas;

- (viii) taxas de custódia de ativos integrantes da Carteira do Fundo;
- (ix) contribuição anual devida às bolsas de valores ou à entidade do mercado de balcão organizado em que o Fundo tenha as suas Quotas admitidas à negociação;
- (x) despesas com eventual profissional contratado para zelar pelos interesses dos Quotistas; e
- (xi) despesas com a contratação da Agência Classificadora de Risco.

As despesas decorrentes de serviços de consultoria para seleção de Ativos Financeiros, aquelas decorrentes da delegação de poderes para a gestão da Carteira do Fundo, bem como quaisquer outras não previstas no Regulamento, não serão consideradas como encargos do Fundo e correrão por conta do Administrador.

O pagamento das despesas de que trata o parágrafo acima pode ser efetuado diretamente pelo Fundo à pessoa contratada, desde que os correspondentes valores sejam computados para efeito da taxa de administração cobrada pelo Administrador.

O Fundo não cobrará taxa de ingresso ou taxa de saída dos seus Quotistas.

4.19. Regras de Tributação do Fundo

O disposto a seguir foi elaborado com base na legislação brasileira em vigor na data deste Prospecto e tem por objetivo descrever genericamente o tratamento tributário aplicável aos Quotistas do Fundo e ao Fundo. Existem algumas exceções e tributos adicionais que podem ser aplicados, motivo pelo qual os Quotistas do Fundo devem consultar seus assessores jurídicos com relação à tributação aplicável nos investimentos realizados no Fundo.

4.19.1. Tributação Aplicável ao Fundo

IOF sobre Operações com Títulos e Valores Mobiliários ("IOF/Títulos")

As aplicações realizadas pelo Fundo estão sujeitas atualmente à incidência do IOF/Títulos à alíquota de 0%, sendo possível sua majoração a qualquer tempo, mediante ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,50% ao dia.

CPMF

As operações realizadas pelo Fundo, desde que relacionadas em Portaria emitida pelo Ministro da Fazenda, incluindo a movimentação da carteira e o pagamento realizado pelo Fundo no resgate das Quotas, estão sujeitas à incidência de CPMF à alíquota de 0%.

Imposto de Renda

Os rendimentos e ganhos apurados nas operações da Carteira do Fundo são isentos do Imposto de Renda.

4.19.2. Tributação Aplicável aos Quotistas do Fundo

IOF/Títulos

O IOF/Títulos é cobrado à alíquota de 1% ao dia sobre o valor do resgate ou das Quotas do Fundo, limitado a um percentual do rendimento da operação, em função do prazo, conforme a tabela regressiva anexa ao Decreto n.º 4.494/02, sendo este limite igual a 0% do rendimento para as operações com prazo igual ou superior a 30 dias. Outras operações não abrangidas anteriormente, realizadas com Quotas do Fundo, estão sujeitas, atualmente, à alíquota de 0% do IOF/Títulos. Em qualquer caso, a alíquota do IOF/Títulos pode ser majorada a qualquer tempo, por ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,5% ao dia.

IOF sobre Operações de Câmbio ("IOF/Câmbio")

Conversões de moeda estrangeira para a moeda Brasileira, bem como de moeda Brasileira para moeda estrangeira, porventura geradas no investimento em Quotas do Fundo, estão sujeitas ao IOF/Câmbio. À exceção de situações bastante específicas e não aplicáveis ao caso, a alíquota do IOF/Câmbio, atualmente é de 0%. De toda forma, a alíquota do IOF/Câmbio pode ser majorada a qualquer tempo por ato do Poder Executivo, até o percentual de 25%, relativamente a transações ocorridas após este eventual aumento.

CPMF

A CPMF incide nas aquisições das Quotas do Fundo efetuadas com recursos detidos pelos (i) Quotistas residentes no Brasil (a) nas contas correntes de depósito a vista, à alíquota de 0,38%; e/ou (b) nas contas investimento, à alíquota de 0%; e pelos (ii) Quotistas residentes no exterior, em contas de sua titularidade, até o limite dos valores ingressados, registrados no Banco Central do Brasil.

Imposto de Renda

O Imposto de Renda aplicável aos Quotistas do Fundo tomará por base (a) a residência dos Quotistas: (i) no Brasil; e (ii) no exterior; e (b) três eventos financeiros que caracterizam o auferimento de rendimento e a sua consequente tributação: (i) a cessão ou alienação de Quotas; (ii) o resgate de Quotas do Fundo; e (iii) a amortização de Quotas do Fundo.

I. Quotistas Residentes no Brasil:

1. Cessão ou Alienação de Quotas: Os ganhos auferidos na cessão ou alienação das Quotas devem ser tributados à alíquota de 15%. Adicionalmente, sobre os ganhos em ambiente de bolsa, mercado de balcão organizado ou mercado de balcão não organizado com intermediação, haverá retenção do Imposto de Renda, à alíquota de 0,005%.

2. Resgate das Quotas: Na situação de resgate de Quotas, o rendimento será constituído pela diferença positiva entre o valor de resgate e o custo de aquisição das Quotas, sendo tributado na fonte conforme a seguir descrito.

A Carteira do Fundo será avaliada como de longo ou de curto prazo, em observância do disposto na legislação pertinente.

Caso a Carteira do Fundo seja classificada como de longo prazo, ou seja, cuja carteira de títulos tenha prazo médio superior a 365 dias, os Quotistas do Fundo serão tributados de acordo com as seguintes alíquotas: (i) 22,5% para prazo de aplicação de até 180 dias; (ii) 20% para prazo de aplicação de 181 dias até 360 dias; (iii) 17,5% para prazo de aplicação de 361 dias até 720 dias e (iv) 15% para prazo de aplicação superior a 720 dias.

Caso a Carteira do Fundo seja classificada como de curto prazo, ou seja, cuja carteira de títulos tenha prazo médio igual ou inferior a 365 dias, os Quotistas do Fundo serão tributados à alíquota de 20%, ou, caso o resgate/liquidação ocorra em prazo inferior a 180 dias, à alíquota de 22,5%.

3. Amortização de Quotas: No caso de amortização de Quotas, o imposto deverá incidir na fonte sobre o valor que exceder o respectivo custo de aquisição, em relação à parcela amortizada, à alíquota aplicável com base no prazo médio dos títulos componentes da carteira do Fundo, às alíquotas regressivas descritas relativamente à hipótese de resgate das Quotas, definidas em função do prazo do investimento do Quotista respectivo.

II. Quotistas Residentes no Exterior

Aos Quotistas residentes e domiciliados no exterior, por ingressarem recursos no Brasil por intermédio do mecanismos previstos na Resolução do Conselho Monetário Nacional n.º 2.689/00 ("Quotistas Qualificados"), é aplicável tratamento tributário específico determinado em função de (i) residirem em país ou jurisdição que não tribute a renda ou capital, ou que a tribute a alíquota máxima inferior a 20% ou, ainda, cuja legislação interna oponha sigilo relativo à composição societária de pessoas jurídicas ou à sua titularidade localidade ("Paraíso Fiscal"); ou (ii) não residirem em país ou jurisdição não considerados Paraíso Fiscal.

II.a. Quotistas Qualificados Não Residentes em Paraíso Fiscal

1. Cessão ou Alienação de Quotas: Os ganhos auferidos na cessão ou alienação das Quotas (i) estão isentos em caso de negociação conduzida em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado; ou (ii) serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota de 15%, em caso de negociação conduzida em outro ambiente, tal como em mercado de balcão não organizado.

2. Resgate das Quotas: Na situação de resgate de Quotas, o rendimento será constituído pela diferença positiva entre o valor de resgate e o custo de aquisição das Quotas, sendo tributado à alíquota de 15%.

3. Amortização de Quotas: No caso de amortização de Quotas, o imposto deverá incidir sobre o valor que exceder o respectivo custo de aquisição, em relação à parcela amortizada, proporcionalmente aos juros amortizados, à alíquota de 15% na modalidade fonte.

II.b. Quotistas Qualificados Residentes em Paraíso Fiscal

Os Quotistas Qualificados Residentes em Paraíso Fiscal, não se beneficiam do tratamento privilegiado descrito no item II.a., sujeitando-se ao mesmo tratamento tributário quanto ao Imposto de Renda aplicável aos Quotistas do Fundo residentes no Brasil, no que tange à tributação da amortização e resgate.

Os ganhos auferidos na cessão ou alienação das Quotas (i) serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota de 15% em caso de negociação conduzida em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado; ou (ii) serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota de 25%, em caso de negociação conduzida em outro ambiente, tal como em mercado de balcão não organizado. Adicionalmente, sobre os ganhos em ambiente de bolsa, mercado de balcão organizado ou mercado de balcão não organizado com intermediação, haverá retenção do Imposto de Renda, à alíquota de 0,005%.

5. OPERAÇÕES DE CESSÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO AO FUNDO

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

OPERAÇÕES DE CESSÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO AO FUNDO

5.1. Direitos de Crédito

O Fundo buscará adquirir, de tempos em tempos, Direitos de Crédito vencidos e não adimplidos pelos respectivos Devedores, originados de operações financeiras, comerciais, imobiliárias, de arrendamento mercantil e/ou industriais realizadas por instituições financeiras, sociedades de arrendamento mercantil e outras companhias atuantes no mercado brasileiro nos segmentos referidos acima.

Não poderão compor o patrimônio do Fundo Direitos de Crédito cuja existência e/ou validade dependa de qualquer entrega ou prestação futura dos respectivos Cedentes.

Tendo em vista que o Fundo buscará adquirir, Direitos de Crédito originados por Cedentes distintos e que cada carteira de Direitos de Crédito será objeto de processos de origem e de políticas de concessão de crédito distintos, o Regulamento e este Prospecto não trazem a descrição dos processos de origem e das políticas de concessão dos Direitos de Crédito que serão adquiridos pelo Fundo.

Os Direitos de Crédito que serão adquiridos pelo Fundo terão processos de origem e de políticas de concessão de crédito variados e distintos, e, portanto, o Fundo adotará, por meio de Agente(s) de Cobrança, para cada um dos Direitos de Crédito, diferentes procedimentos de cobrança extrajudicial e/ou judicial dos Direitos de Crédito. Dessa forma, o Regulamento e este Prospecto não trazem a descrição genérica de processo de cobrança dos Direitos de Crédito, o qual será acordado caso a caso entre o Fundo e o(s) Agente(s) de Cobrança, de acordo com a natureza específica e das condições de pagamento dos Direitos de Crédito que serão adquiridos pelo Fundo.

5.2. Procedimentos e Formalização das Operações de Cessão de Direitos de Crédito ao Fundo

5.2.1. Critério de Elegibilidade dos Direitos de Crédito

Somente poderão integrar a Carteira do Fundo Direitos de Crédito cuja aquisição tenha sido objeto de aprovação pela Assembléia Geral de Quotistas, de acordo com o quorum de deliberação de que trata o item 4.11. acima, na forma descrita no item 5.2.2. abaixo.

O Custodiante será a instituição responsável por verificar e validar o atendimento dos Direitos de Crédito ao Critério de Elegibilidade nas operações de aquisição de Direitos de Crédito pelo Fundo.

5.2.2. Formalização das Operações de Cessão de Direitos de Crédito ao Fundo

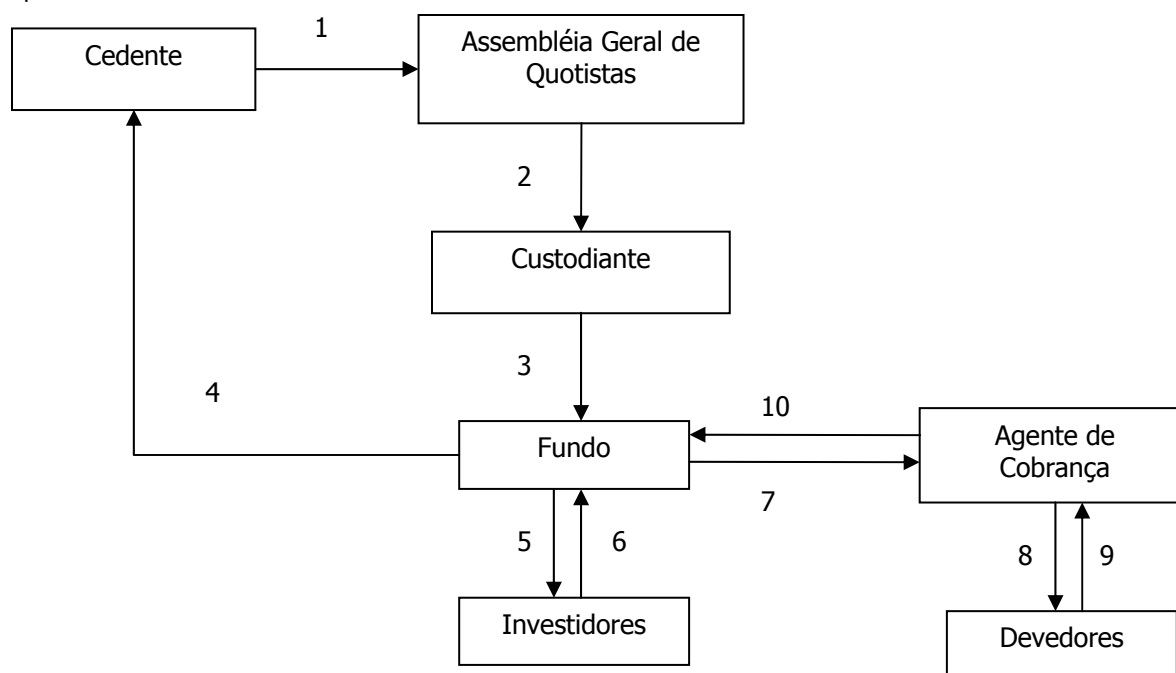
Somente poderão ceder Direitos de Crédito ao Fundo Cedentes que tenham celebrado Contrato de Cessão com o Fundo e que estejam aptos a observar todos os termos e condições do Regulamento.

Toda e qualquer operação de aquisição de Direitos de Crédito pelo Fundo será realizada em estrita observância ao disposto no Contrato de Cessão e será amparada, ao menos, mas não se limitando, pelos seguintes documentos:

- a. Ata da Assembléia Geral de Quotistas que deliberar sobre a aquisição de determinada carteira de Direitos de Crédito, devidamente assinada e registrada em cartório, a qual identificará e indicará os Direitos de Crédito que serão objeto de aquisição pelo Fundo e a precificação de tais Direitos de Crédito;
- b. Contrato de Cessão celebrado entre o Fundo e o Cedente dos Direitos de Crédito objeto de aquisição pelo Fundo que determinará as regras e condições referentes à operação de aquisição de tais Direitos de Crédito pelo Fundo;

- c. Apresentação, pelo Gestor, ao Administrador, ao Custodiante, e à CVM, de Opinião Legal referente a cada Contrato de Cessão;
- d. Contrato(s) de Cobrança, por meio do(s) qual(is) será(ão) contratado(s) Agente(s) de Cobrança prestar serviços de cobrança extrajudicial e/ou judicial dos Direitos de Crédito objeto de aquisição pelo Fundo, observado que poderão ser contratados Agentes de Cobrança distintos para realizar a cobrança extrajudicial e/ou judicial dos Direitos de Crédito objeto de aquisição pelo Fundo. A definição e contratação do(s) Agente(s) de Cobrança deverão ser objeto de aprovação pela mesma Assembléia Geral de Quotistas que deliberar sobre cada operação de aquisição de Direitos de Crédito pelo Fundo;
- e. Contrato de Depósito, por meio do qual será contratado Agente de Depósito para prestar serviços de custódia, armazenamento, conservação e guarda dos Documentos Comprobatórios de Crédito referentes aos Direitos de Crédito objeto de aquisição pelo Fundo.

O diagrama abaixo apresenta o fluxo físico e financeiro que explica, didaticamente, o funcionamento operacional do Fundo:



- (1), (2) e (3) O Cedente oferece Direitos de Crédito para cessão ao Fundo, os quais devem ser objeto de aprovação pela Assembléia Geral de Quotistas e atenderem aos critérios de elegibilidade, a serem verificados pelo Custodiante;
- (4) O Fundo paga ao Cedente o preço de aquisição dos Direitos de Crédito;
- (5) O Administrador realiza a distribuição pública das quotas ao público alvo da Oferta;
- (6) Os Quotistas realizam a subscrição e a integralização das Quotas no âmbito da Oferta;
- (7) O Fundo celebra Contrato de Cobrança com o Agente de Cobrança;
- (8) O Agente de Cobrança realiza os esforços de cobrança extrajudicial e/ou judicial dos Direitos de Crédito objeto de aquisição pelo Fundo;
- (9) Mediante a realização dos esforços de cobrança, o Agente de Cobrança obtém o pagamento de parte ou da totalidade dos valores referentes aos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo; e
- (10) Os valores obtidos pelo Agente de Cobrança são repassados ao Fundo.

6. RELACIONAMENTO ENTRE AS PARTES ENVOLVIDAS COM O FUNDO E A OFERTA

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

RELACIONAMENTO ENTRE AS PARTES ENVOLVIDAS COM O FUNDO E A OFERTA

6.1. Informações sobre as Partes

6.1.1. O Administrador

O Administrador, subsidiária do Mellon Bank Corporation (EUA), é uma sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, à Avenida Presidente Wilson, n.º 231, 11º andar, inscrita no C.N.P.J./M.F. sob n.º 02.201.501/0001-61, devidamente autorizada a administrar fundos de investimento pela CVM, por meio do Ato Declaratório n.º 4.620, de 19 de dezembro de 1997.

Fundado em 1869 e com sede em Pittsburgh, Pennsylvania, o Mellon Bank Corporation é, atualmente, um dos maiores administradores de recursos do mundo, sendo responsável pela administração de aproximadamente USD 808 bilhões. Seu foco em administração de fundos de investimento é amplamente reconhecido por publicações internacionais especializadas, tais como pela Morningstar, edição de setembro de 1998. Em abril de 1998, o Mellon Bank Corporation recebeu o prêmio de melhor família de fundos pela Worth Magazine.

A grande experiência do Mellon Bank Corporation no ramo de administração de recursos de terceiros permitiu ao Administrador ingressar no mercado brasileiro, bem como oferecer serviços de alto padrão de qualidade em administração de fundos de investimentos, atendendo, ainda, aos mais destacados e prestigiados administradores de carteiras independentes de recursos de terceiros, nos mercados nacional e internacional.

6.1.2. O Gestor

A Mellon Global Investments, autorizada a administrar carteira de valores mobiliários pela CVM por meio do Ato Declaratório n.º 6.977, de 2 de outubro de 2002, é uma subsidiária do Mellon Group e, no Brasil, é uma sociedade independente voltada exclusivamente para a gestão de recursos de terceiros.

Os recursos geridos pelo Gestor são custodiados no Banco Itaú S.A., auditados pela KPMG Auditores Independentes e administrados pela Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. A separação entre gestor, administrador e custodiante possibilita à Mellon Global Investments dedicar-se exclusivamente à gestão de recursos, evitando qualquer tipo de conflito de interesses e proporcionando transparência com relação aos serviços prestados. O Mellon Group atua no Brasil desde 1998.

Na data deste Prospecto, a Mellon Global Investments possuía R\$ 4,5 bilhões em ativos sob gestão, distribuídos em fundos de renda fixa, derivativos e ações voltados para pessoas físicas, pessoas jurídicas e clientes institucionais, além da gestão de empresas, observando as práticas de governança corporativa.

6.1.3. O Custodiante

O Banco Bradesco S.A. é uma instituição financeira com sede na Avenida Yara, s/n.º, Cidade de Deus, Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, inscrito no C.N.P.J./M.F. sob o n.º 60.746.948/0001/12.

O Custodiante, por meio do Departamento de Ações e Custódia, está estruturado para a prestação de serviços qualificados para o mercado de capitais em geral, tais como custódia, controladoria, escrituração de ativos, banco mandatário, fundo de investimento em direitos creditórios, trustee, agente de compensação, brazilian deposit receipts e deposit receipts há mais de 30 anos.

O Departamento de Ações e Custódia do Custodiante presta serviços somente para recursos de terceiros, apresentando estrutura e sistemas totalmente segregados das demais áreas da instituição, mantendo assim total sigilo das posições e operações dos clientes para os quais presta serviços. Essa segregação é garantida pelo *compliance* corporativo, cujos serviços, especificamente para a custódia e controladoria de fundos e carteiras, são complementados por *compliance* específico, que garantem a alocação dos investimentos de acordo com as regras e legislação aplicável.

Os serviços de custódia e controladoria do Custodiante têm a qualidade dos seus processos atestada pela norma NBR ISO 9001:2000, cuja manutenção se dá mediante auditorias documentais e de campo, realizadas periodicamente por organismos certificadores credenciados.

O Custodiante também aderiu ao Código de Auto-Regulação da ANBID - Associação Nacional dos Bancos de Investimento ("ANBID"), para o Serviço de Custódia Qualificada, ratificando assim que todos os seus procedimentos e processos estão adequados às normas e exigências da ANBID.

Especificamente para a área de custódia são mantidos os melhores sistemas do mercado, existindo contingência de sistemas e ambiente físico, o que garante a continuidade das atividades em eventual necessidade, a qualquer momento, sem prejuízo ao atendimento de seus clientes.

6.2. Relacionamento entre as Partes

Relacionamento entre o Administrador e o Custodiante

Na data deste Prospecto, o Administrador e o Custodiante não mantinham qualquer relacionamento comercial além daqueles descritos neste Prospecto.

Relacionamento entre o Administrador e o Gestor

Na data deste Prospecto, o Administrador e o Gestor pertenciam ao mesmo grupo econômico, o Mellon Group. O Administrador e o Gestor mantêm uma política de segregação de suas atividades, de forma que a prestação dos serviços de administração e gestão da carteira de investimentos do Fundo pelo Administrador e pelo Gestor não conflita de nenhuma maneira com os interesses do Fundo.

Relacionamento entre o Gestor e o Custodiante

Na data deste Prospecto, o Gestor e o Custodiante não mantinham qualquer relacionamento comercial além daqueles descritos neste Prospecto.

7. ANEXOS

- Anexo I** - Sumário dos Contratos da Operação
- Anexo II** - Deliberação Aprovando o Regulamento e o Suplemento da Primeira Emissão
- Anexo III** - Deliberação de Alteração do Regulamento e Regulamento do Fundo em vigor
- Anexo IV** - Relatório da Agência Classificadora de Risco das Quotas
- Anexo V** - Declaração do Administrador nos termos do artigo 56 da Instrução CVM nº 400/03

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Anexo I

Sumário dos Contratos da Operação

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Sumário dos Contratos da Operação

Contrato de Prestação de Serviços de Custódia Qualificada e Controladoria do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multicarteira – Não Padronizado – Campos.

O Contrato de Custódia, conforme definido neste Prospecto, celebrado entre o Custodiante e o Administrador, tem por objeto a prestação, pelo Custodiante, dos serviços de custódia qualificada e controladoria dos Direitos de Crédito e demais Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo, de forma a cumprir com o artigo 38 da Instrução CVM n.º 356/01.

Adicionalmente ao Contrato de Custódia, toda e qualquer operação de aquisição de Direitos de Crédito pelo Fundo será amparada, ao menos, mas não se limitando, pelos seguintes documentos:

Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos de Crédito e Outras Avenças

Os Contratos de Cessão serão celebrados entre o Fundo e os Cedentes dos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo. Os Contratos de Cessão estabelecerão as regras e condições referentes a cada operação de aquisição de Direitos de Crédito pelo Fundo.

Contrato de Cobrança de Direitos de Crédito e Outras Avenças

Por meio da celebração do(s) Contrato(s) de Cobrança, será(ão) contratado(s) agente(s) de cobrança qualificado(s) para prestar serviços de cobrança extrajudicial e/ou judicial dos Direitos de Crédito objeto de aquisição pelo Fundo, observado que poderão ser contratados Agentes de Cobrança distintos para realizar a cobrança extrajudicial e/ou judicial dos Direitos de Crédito objeto de aquisição pelo Fundo.

Contrato de Custódia Física de Documentos Comprobatórios de Crédito e Outras Avenças

Por meio do Contrato de Depósito, será contratado agente de custódia qualificado para prestar serviços de custódia, armazenamento, conservação e guarda dos Documentos Comprobatórios de Crédito referentes aos Direitos de Crédito objeto de aquisição pelo Fundo.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Anexo II

Deliberação Aprovando o Regulamento e o Suplemento da Primeira Emissão

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

6ºRTD-RJ - 1072461

Emol:127,41;Dist:10,30;Lei:11105,6,88
Mútuu/ACOTER:17,82 / FETJ:27,54
Lei:4.664/06,6,08 / Tot Emol: 186,83
PARÂM:Vias 2 / Nome(s):1 / Págs:30
Proc Estr: N / Averb S / Dila:

107246101-02-07



**MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS
E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**
CNPJ/MF n.º 02.201.501/0001-61

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO
M168 FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO**
CNPJ/MF n.º 08.607.660/0001-47

1. Por este instrumento particular, a **MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, sociedade devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") a administrar fundos de investimento e gerir carteiras de valores mobiliários, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Wilson, n.º 231, 11º andar, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 02.201.501/0001-61 ("Administrador"), na qualidade de instituição administradora do **M168 FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO**, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 08.607.660/0001-47 ("Fundo"), em razão da inexistência de qualquer quotista do Fundo nesta data, resolve:
 - a. Modificar a estrutura do regulamento do Fundo ("Regulamento"), que passará a ter a natureza de um fundo de investimento em direitos creditórios, em regime de condomínio fechado, nos termos da regulamentação aplicável;
 - b. Aprovar a nova versão do Regulamento do Fundo, o qual é parte integrante do presente instrumento particular de alteração como Anexo I;
 - c. Em razão das deliberações referidas nos itens "a" e "b" acima, modificar a denominação do Fundo, que passará a ser denominado **"FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTICARTEIRA – NÃO-PADRONIZADO – CAMPOS"**;
 - d. Designar como responsável pela gestão, supervisão e acompanhamento do Fundo, o Sr. José Carlos Xavier de Oliveira, brasileiro, divorciado, economista, portador da Cédula de Identidade RG n.º 04.667.892-6, inscrito no C.P.F./M.F. sob n.º 003.888.737-10, com domicílio comercial na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Wilson, n.º 231, 11º andar, diretor do Administrador;



Marco André da A. S. Santos - 2.º Substituto
CTPS n.º 25076/015-RN

RJS35087



107246101-02-07

- e. Assumir as funções de administração do Fundo e contratar a Mellon Global Investments Brasil S/C Ltda. para ser responsável pela gestão da carteira de investimentos do Fundo;
- f. Contratar (i) o Banco Bradesco S.A. para prestar os serviços de custódia qualificada e controladoria dos ativos do Fundo; (ii) a Austin Rating Serviços Financeiros Ltda., agência classificadora de risco, para prestar os serviços de classificação de risco (*rating*) das quotas do Fundo; e (iii) a KPMG Auditores Independentes, empresa de auditoria, para prestar serviços de auditoria independente para o Fundo;
- g. Deliberar sobre a primeira emissão de quotas do Fundo, composta por 25 (vinte e cinco) quotas ("Quotas"), correspondentes a frações ideais do patrimônio líquido do Fundo, com valor inicial de emissão de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) por Quota e aprovar o primeiro suplemento ao Regulamento do Fundo, com os termos e condições da primeira emissão de Quotas do Fundo, o qual é parte integrante do presente instrumento de alteração como Anexo II. A distribuição das Quotas serão objeto de registro perante a CVM e as Quotas serão distribuídas pelo Administrador, nos termos da regulamentação aplicável; e
2. Submeter à aprovação da CVM a presente deliberação de alteração do Regulamento do Fundo e os demais documentos exigidos pela regulamentação para a obtenção de aprovação da CVM relativa ao funcionamento do Fundo e à distribuição das Quotas.

Estando assim deliberada a alteração do Regulamento do Fundo, vai a presente assinada em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

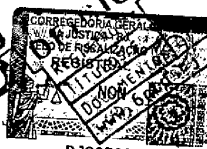
Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 2007

Mellon
MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

6.º RTD - RUA BUENOS AIRES, 55 - 4.º ANDAR - CENTRO - R.J.
TELEFONE: (21) 2233-7878 / www.mellon.com.br
REGISTRADO EM MICROFILME SOB O Nº E DATA DECLARADOS
A MARGEM, O QUE CERTIFICO.

☐ Sonia Maria Andrade dos Santos - Oficiala
☐ Paulo César Andrade dos Santos - 1.º Substituto
CTPS n.º 28.122/024-RJ

☒ Marco André da A. S. Santos - 2.º Substituto
CTPS n.º 25076/015-RJ



AVERBADO ao registro n.º 1069126 do
livro protocolo feito neste 6.º Ofício de Registro
de Títulos e Documentos - RJ
Data fé.

RJ, 31/01/07

Oficial *[assinatura]*



107246101-02-07

**REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS
CREDITÓRIOS MULTICARTEIRA - NÃO-PADRONIZADO - CAMPOS**

C.N.P.J./M.F. 08.607.660/0001-47

**CAPÍTULO UM - DA DENOMINAÇÃO, FORMA,
PRAZO DE DURAÇÃO E COMPOSIÇÃO DO PATRIMÔNIO DO FUNDO**

1.1. - O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multicarteira - Não-Padronizado - Campos ("Fundo"), constituído sob a forma de condomínio fechado, é regido pelo presente regulamento ("Regulamento") e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis.

1.2. - O patrimônio do Fundo é formado por uma única classe de quotas ("Quotas"), sendo que as características e os direitos, bem como as condições de emissão, subscrição, integralização, remuneração, amortização e resgate das Quotas estão descritas nas Cláusulas Nove a Treze deste Regulamento.

1.3. - O Fundo terá prazo de duração indeterminado, sendo que cada emissão de Quotas do Fundo terá prazo determinado de vencimento, ou seja, prazo determinado para resgate.

**CAPÍTULO DOIS - DO PÚBLICO ALVO DO FUNDO
E DO INVESTIMENTO INICIAL MÍNIMO NO FUNDO**

2.1. - O Fundo é destinado a investidores qualificados, conforme disposto na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 409/04, residentes e domiciliados no Brasil e/ou não residentes no Brasil, que busquem rentabilidade, no longo prazo, compatível com a política de investimento do Fundo, conforme prevista neste Regulamento, e que aceitem os riscos associados aos investimentos do Fundo (os investidores que venham a adquirir Quotas de emissão do Fundo referidos como "Quotistas").

2.1.1. O Fundo deverá observar o limite máximo de 20 (vinte) Quotistas. Dessa forma, as negociações de Quotas do Fundo estarão sujeitas aos limites e restrições referidos no item 9.13.2. abaixo.

2.2. - A aplicação inicial de cada Quotista no Fundo deverá ser equivalente ao montante de, no mínimo, R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), sendo que aplicações posteriores deverão ter valor mínimo de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais). Sem prejuízo do disposto neste item, não existe valor mínimo para manutenção de investimentos no Fundo após a aplicação inicial de cada Quotista.

1



107246101-02-07

CAPÍTULO TRÊS – DO OBJETIVO DO FUNDO

3.1. - O objetivo do Fundo é proporcionar rendimento de longo prazo aos Quotistas, por meio do investimento dos recursos do Fundo na aquisição de carteiras de direitos de crédito vencidos e não adimplidos pelos respectivos devedores, originados de operações financeiras, comerciais, imobiliárias, de arrendamento mercantil e/ou industriais realizadas por instituições financeiras, sociedades de arrendamento mercantil e outras companhias atuantes no mercado brasileiro nos segmentos referidos acima, que sejam ou não objeto de cobrança ou execução judicial à época de aquisição pelo Fundo ("Direitos de Crédito").

3.1.1. - Não poderão compor o patrimônio do Fundo Direitos de Crédito cuja existência e/ou validade dependam de qualquer entrega ou prestação futura dos respectivos Cedentes (conforme abaixo definido).

3.1.2. - Somente poderão ceder Direitos de Crédito ao Fundo entidades privadas, que não sejam controladas ou detidas pelo poder público (cada, um "Cedente") que tenham celebrado contrato de cessão (cada, um "Contrato de Cessão") com o Fundo, e que estejam aptas a observar todos os termos e condições deste Regulamento.

3.1.2.1. - O Contrato de Cessão estabelecerá as regras e condições das operações de cessão que venham a ser celebradas com o Fundo, bem como exigirá que operações de cessão no âmbito de cada Contrato de Cessão sejam condicionadas à apresentação, ao Administrador, de opinião legal de assessores legais do Fundo ou do Cedente, atestando a validade da constituição e da cessão dos Direitos de Crédito e a exequibilidade das operações de cessão nos termos da legislação aplicável ("Opinião Legal").

3.1.3. - Tendo em vista que o Fundo buscará adquirir, de tempos em tempos, Direitos de Crédito originados por Cedentes distintos, e que cada carteira de Direitos de Crédito terá sido objeto de processos de origem e de políticas de concessão de crédito distintos, este Regulamento não traz descrição dos processos de origem e das políticas de concessão dos Direitos de Crédito que serão adquiridos pelo Fundo.

3.1.4. - Os Direitos de Crédito que serão adquiridos pelo Fundo terão processos de origem e de políticas de concessão de crédito variados e distintos, e, portanto, o Fundo adotará, por meio de Agente de Cobrança (conforme abaixo definido), para cada um dos Direitos de Crédito, diferentes procedimentos de cobrança extrajudicial e/ou judicial dos Direitos de Crédito. Dessa forma, este Regulamento não traz descrição genérica de processo de cobrança dos Direitos de Crédito, o qual será acordado caso a caso entre o Fundo e o Agente de Cobrança, de acordo

2



107246101-02-07

com a natureza específica e das condições de pagamento dos Direitos de Crédito que serão adquiridos pelo Fundo.

3.1.5. - Os documentos que formalizam a origem e a exeqüibilidade dos Direitos de Crédito consistirão basicamente em contratos celebrados entre os Cedentes e seus clientes devedores e/ou garantidores ("Devedores") e/ou instrumentos representativos de dívida nos quais figurem os Devedores, bem como todos os demais documentos suficientes à comprovação da existência, validade e cobrança dos Direitos de Crédito. Para todos os fins deste Regulamento, tais documentos serão designados como os "Documentos Comprobatórios de Crédito".

3.2. - Além dos Direitos de Crédito referidos acima, o Fundo também aplicará parcela de seus recursos em ativos financeiros e modalidades operacionais disponíveis no mercado, em estrita observância aos critérios de seleção, composição e diversificação admitidos no Capítulo Seis abaixo.

3.3. - As Quotas do Fundo não terão parâmetro de rentabilidade pré-determinado.

CAPÍTULO QUATRO – DAS OPERAÇÕES DE AQUISIÇÃO DE DIREITOS DE CRÉDITO ENTRE O FUNDO E OS CEDENTES

4.1. - Toda e qualquer operação de aquisição de Direitos de Crédito pelo Fundo deverá ser amparada, ao menos, mas não se limitando, pelos seguintes documentos:

- a. Ata da Assembléia Geral de Quotistas que deliberar sobre a aquisição de determinada carteira de Direitos de Crédito, devidamente assinada e registrada em cartório, a qual identificará e indicará os Direitos de Crédito que serão objeto de aquisição pelo Fundo e a precificação de tais Direitos de Crédito;
- b. Contrato de Cessão celebrado entre o Fundo e o Cedente dos Direitos de Crédito objeto de aquisição pelo Fundo, que determinará as regras e condições referentes à operação de aquisição de tais Direitos de Crédito pelo Fundo;
- c. Apresentação, pelo Gestor, ao Administrador, ao Custodiante, e à CVM, de Opinião Legal referente a cada Contrato de Cessão; e
- d. Contrato(s) de prestação de serviços de cobrança dos Direitos de Crédito objeto de aquisição pelo Fundo, por meio do(s) qual(is) será(ão) contratado(s) agente(s) de cobrança qualificado(s) para prestar serviços de cobrança extrajudicial e/ou judicial dos Direitos de Crédito objeto de aquisição pelo Fundo (o agente de cobrança responsável pela cobrança dos Direitos de Crédito, o "Agente de Cobrança"), observado que poderão ser contratados Agentes de Cobrança distintos para realizar a cobrança extrajudicial e/ou judicial dos Direitos de Crédito objeto de aquisição pelo Fundo. A definição e contratação do(s) Agente(s) de

3



107246101-02-07

Cobrança deverão ser objeto de aprovação pela mesma Assembléia Geral de Quotistas que deliberar sobre cada operação de aquisição de Direitos de Crédito pelo Fundo; e

- e. Contrato de prestação de serviços de custódia física de Documentos Comprobatórios de Crédito, por meio do qual será contratado agente de custódia qualificado para prestar serviços de custódia, armazenamento, conservação e guarda dos Documentos Comprobatórios de Crédito referentes aos Direitos de Crédito objeto de aquisição pelo Fundo (o agente de depósito responsável pela guarda dos Documentos Comprobatórios de Crédito, o "Agente de Depósito").

CAPÍTULO CINCO - DO CRITÉRIO DE ELEGIBILIDADE APLICÁVEL AOS DIREITOS DE CRÉDITO

5.1. - Somente poderão integrar a carteira de investimentos do Fundo ("Carteira") Direitos de Crédito cuja aquisição tenha sido objeto de aprovação pela Assembléia Geral de Quotistas, de acordo com o quorum de deliberação de que trata o Capítulo Onze abaixo ("Critério de Elegibilidade").

5.2. - O Custodiante será a instituição responsável por verificar e validar o atendimento dos Direitos de Crédito ao Critério de Elegibilidade nas operações de aquisição de Direitos de Crédito pelo Fundo.

CAPÍTULO SEIS – DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO, COMPOSIÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA DO FUNDO

6.1. - Sem prejuízo do disposto no item 6.1.1. abaixo, a partir de 90 (noventa) dias corridos contados da Primeira Data de Emissão (conforme abaixo definido), no mínimo 50% (cinquenta por cento) do patrimônio líquido do Fundo será representado por Direitos de Crédito.

6.1.1. – Caso o Fundo não disponha de ofertas de Direitos de Crédito suficientes para atingir a alocação mínima de investimentos em Direitos de Crédito referida no item 6.1. acima, o Administrador do Fundo poderá solicitar à CVM autorização para prorrogar o prazo de enquadramento do limite de que trata o item 6.1. acima por novo período de 90 (noventa) dias, mas sem necessidade de autorização da Assembléia Geral de Quotistas do Fundo.

6.1.2. - Durante o prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos contados da Primeira Data de Emissão, até 100% (cem por cento) dos recursos do Fundo poderão ser alocados nos Ativos Financeiros (conforme abaixo definido).

6.2. - A parcela do patrimônio líquido do Fundo que não seja alocada em Direitos de Crédito será necessariamente alocada em moeda corrente nacional e/ou nos seguintes

4



ativos financeiros e operações ("Ativos Financeiros"), de acordo com os critérios abaixo indicados:

- (i) títulos de emissão do Tesouro Nacional;
- (ii) títulos de emissão do Banco Central do Brasil;
- (iii) operações compromissadas com lastro em títulos públicos federais;
- (iv) quotas de emissão de fundos de investimento cujas carteiras de investimento sejam compostas exclusivamente por títulos públicos federais, administrados pelas Instituições Financeiras Autorizadas (conforme abaixo definido); e
- (v) certificados de depósito bancário emitidos pelas Instituições Financeiras Autorizadas.

6.2.1. - Para os fins de que trata este Regulamento, são consideradas Instituições Financeiras Autorizadas as seguintes instituições financeiras: (i) Banco Itaú S.A., (ii) UNIBANCO - União de Bancos Brasileiros S.A. - Unibanco, (iii) Banco Bradesco S.A., (iv) HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo, (v) Banco ABN Amro Real S.A. e (vi) Banco Citibank S.A. ("Instituições Financeiras Autorizadas").

6.3. - Observado o disposto no item 5.1. acima, o Gestor (conforme definido abaixo) envidará seus melhores esforços para adquirir Ativos Financeiros cujos vencimentos propiciem ao Fundo classificação de investimento de "longo prazo", para fins de tributação dos Quotistas.

6.4. - O Fundo não poderá realizar operações de *day trade*, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente de o Fundo possuir estoque ou posição anterior do mesmo Ativo Financeiro.

6.5. - Desde que respeitado o disposto no item 6.1. acima, até 100% (cem por cento) do patrimônio líquido do Fundo poderá ser representado por Ativos Financeiros de emissão e/ou obrigação de uma mesma instituição/de uma mesma entidade e/ou de Direitos de Crédito devidos por um mesmo Devedor.

6.6. - O Fundo poderá contratar operações com o Administrador, com empresas controladoras, controladas, coligadas e/ou subsidiárias do Administrador e/ou do Gestor ou ainda com carteiras e/ou fundos de investimento administrados e/ou geridos pelo Administrador e/ou pelo Gestor ou pelas pessoas a eles ligadas acima mencionadas. As operações descritas neste item serão objeto de registro segregado das demais operações da Carteira do Fundo, de modo a serem facilmente identificáveis.



107246101-02-07

6.6.1. – O Administrador e o Gestor mantêm mecanismos e sistemas de segregação das suas atividades relacionadas à administração de recursos de terceiros, nos termos da regulamentação em vigor. Em virtude da referida segregação de atividades, não há possibilidade de serem configurados eventuais conflitos de interesses na hipótese de contratação, pelo Fundo, das operações de que trata o item 6.6. acima.

6.7. - Os percentuais de composição, concentração e diversificação da Carteira do Fundo referidos neste Capítulo serão cumpridos diariamente, com base no patrimônio líquido do Fundo do dia útil imediatamente anterior ao cálculo dos percentuais de composição, concentração e diversificação da Carteira.

6.8. - Na hipótese de desenquadramento da Carteira do Fundo com relação aos percentuais de composição, concentração e diversificação previstos neste Capítulo por período superior a 15 (quinze) dias consecutivos ("Prazo para Reenquadramento da Carteira"), o Administrador deverá convocar, no 1º (primeiro) dia útil após o encerramento do Prazo para Reenquadramento da Carteira, Assembleia Geral de Quotistas para deliberar sobre (i) a aquisição de novos Direitos de Crédito para fins de reenquadramento da Carteira; e/ou (ii) realização de amortização extraordinária das Quotas do Fundo, observado o disposto no Capítulo Treze abaixo, no que couber; e/ou (iii) prorrogação do Prazo para Reenquadramento da Carteira em até 60 (sessenta) dias; e/ou, ainda, (iv) liquidação antecipada do Fundo, mediante resgate antecipado das Quotas.

6.9. - A custódia dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira serão de responsabilidade do Custodiante, sendo que, conforme o caso, serão registrados e/ou mantidos (i) em conta de depósito diretamente em nome do Fundo, ou (ii) em contas específicas abertas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - Selic, ou (iii) em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo Banco Central do Brasil ou (iv) em outras entidades autorizadas à prestação de serviços de custódia pelo Banco Central do Brasil e/ou pela CVM.

6.10. - O Fundo não contará com garantia do Administrador, do Gestor, do Custodiante, dos Cedentes, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos – FGC. Ainda, os investimentos da Carteira do Fundo estão sujeitos aos fatores de risco descritos no Capítulo Vinte deste Regulamento.

CAPÍTULO SETE – DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO E DOS ATIVOS FINANCEIROS INTEGRANTES DA CARTEIRA

7.1. - Entende-se por patrimônio líquido do Fundo a soma algébrica dos valores correspondentes aos Direitos de Crédito e aos Ativos Financeiros disponíveis na Carteira, menos as exigibilidades do Fundo.



107246101-02-07

7.2. - Para cálculo do valor da Carteira, (i) os Direitos de Crédito serão precificados de acordo com os critérios de avaliação e reavaliação determinados pela Assembléia Geral de Quotistas que deliberar sobre a aquisição, pelo Fundo, dos referidos Direitos de Crédito, e (ii) os Ativos Financeiros serão precificados de acordo com os critérios e procedimentos para registro e avaliação de títulos e valores mobiliários previstos na regulamentação em vigor (tais como o critério de marcação a mercado), observado o disposto no Contrato de Prestação de Serviços de Custódia Qualificada e Controladoria do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multicarteira - Não-Padronizado – Campos, celebrado entre o Administrador e o Custodiante (“Contrato de Custódia Qualificada”).

7.3. - Os rendimentos auferidos com os Direitos de Crédito serão reconhecidos em razão do recebimento de seu valor pelo Fundo, computando-se a valorização e eventuais amortizações em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.

7.4. - Os Quotistas poderão deliberar pela reavaliação dos Direitos de Crédito integrantes da Carteira do Fundo, bem como sobre a eventual constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, de acordo com os critérios definidos nos termos do item 7.2.(i) acima. O Custodiante constituirá provisão para créditos de liquidação duvidosa referente a Ativos Financeiros de acordo com os critérios estabelecidos no Contrato de Custódia Qualificada, nos termos da regulamentação aplicável.

CAPÍTULO OITO – DO PATRIMÔNIO INICIAL DO FUNDO E DE NOVAS EMISSÕES DE QUOTAS DO FUNDO

8.1. - O patrimônio inicial do Fundo (“Patrimônio Inicial”), após a primeira emissão de Quotas do Fundo (“Primeira Emissão”), será formado por Quotas com preço unitário de emissão, na Primeira Data de Emissão, correspondente a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) (“Preço de Emissão”), totalizando um Patrimônio Inicial de até R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), sendo que não existirá quantidade mínima de Quotas a serem distribuídas no âmbito da Primeira Emissão. As características da Primeira Emissão que não estejam expressamente identificadas neste Regulamento serão descritas em suplemento a este Regulamento referente à Primeira Emissão, no modelo constante do Anexo I deste Regulamento.

8.1.1. - As Quotas do Fundo serão emitidas, distribuídas, subscritas, integralizadas, amortizadas e resgatadas de acordo com o disposto nos Capítulos Nove a Treze abaixo, sendo que cada emissão de Quotas do Fundo será descrita em suplemento próprio, no modelo constante do Anexo I deste Regulamento (cada, um “Suplemento”).

7



107246101-02-07

8.2. - Eventuais emissões de Quotas do Fundo após a conclusão da Primeira Emissão ("Novas Quotas") deverão ser realizadas mediante aprovação da Assembléia Geral de Quotistas, observado o disposto no Capítulo Onze abaixo.

8.2.1. - Na hipótese de emissão de Novas Quotas do Fundo, os Quotistas já ingressos no Fundo não terão direito de preferência na aquisição de tais Novas Quotas.

8.2.2. - Cada distribuição pública de Novas Quotas emitidas pelo Fundo dependerá de prévio registro na CVM.

CAPÍTULO NOVE - DAS CARACTERÍSTICAS, DIREITOS, CONDIÇÕES DE EMISSÃO, SUBSCRIÇÃO E INTEGRALIZAÇÃO DAS QUOTAS

Características das Quotas

9.1. - As Quotas do Fundo correspondem a frações ideais de seu patrimônio e são divididas em uma única classe.

9.2. - Todas as Quotas do Fundo terão forma escritural e serão mantidas pelo Administrador em conta de depósito em nome dos Quotistas.

Direitos Patrimoniais

9.3. - Não haverá qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os Quotistas titulares de Quotas do Fundo, sendo que emissões/séries distintas de Quotas do Fundo poderão ter prazos distintos de resgate, conforme previsto nos respectivos Suplementos.

Direitos de Voto das Quotas

9.4. - As Quotas terão direito de voto, correspondendo cada Quota a um voto nas Assembléias Gerais de Quotistas do Fundo, nos termos do Capítulo Onze abaixo.

Distribuição e Subscrição das Quotas do Fundo

9.5. - As distribuições públicas de Quotas do Fundo serão objeto de registro nos termos da Instrução CVM n.º 356/01, da Instrução CVM n.º 444/06 e da Instrução CVM n.º 400/03. As Quotas deverão ser subscritas dentro do prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias corridos contados da data do registro da distribuição de cada emissão de Quotas perante a CVM e serão integralizadas em moeda corrente nacional, conforme solicitação que venha a ser apresentada pelo Administrador aos Quotistas nos termos do item 9.8. abaixo.



107246101-02-07

9.5.1. - Exceto se de outra forma autorizado pela CVM, as Quotas de cada emissão do Fundo que não sejam subscritas dentro do prazo máximo de colocação de 180 (cento e oitenta) dias corridos acima referido serão canceladas pelo Administrador, com o conseqüente aditamento do Suplemento da emissão respectiva, sem necessidade de aprovação de tal aditamento em Assembléia Geral de Quotistas do Fundo.

9.6. - No ato da primeira subscrição de Quotas do Fundo, o subscritor (i) assinará o boletim individual de subscrição, que será autenticado pelo Administrador e (ii) receberá exemplar deste Regulamento e do prospecto do Fundo ("Prospecto"), declarando, por meio da assinatura de termo de ciência de risco e adesão ao Regulamento ("Termo de Adesão"), estar ciente, entre outras informações: (a) das disposições contidas neste Regulamento e no Prospecto, especialmente aquelas referentes à política de investimento e à taxa de administração cobrada pelo Administrador, (b) dos riscos inerentes ao investimento no Fundo, conforme descritos neste Regulamento e no Prospecto, (c) da possibilidade de perdas decorrentes das características dos Direitos de Crédito que integram e/ou venham a integrar a Carteira do Fundo e (d) dos procedimentos descritos nos itens 9.13.2. e 17.4.1. abaixo. No caso de aquisição de Quotas do Fundo no mercado secundário, o novo investidor também receberá exemplar deste Regulamento e do Prospecto, bem como assinará Termo de Adesão.

9.7. - O anúncio de início de distribuição de cada emissão de Quotas do Fundo apresentará os termos e condições da distribuição de tais Quotas, bem como informará as condições e os prazos para subscrição e integralização das Quotas, observado o disposto neste Regulamento.

Integralização das Quotas do Fundo

9.8. - As Quotas do Fundo serão integralizadas em moeda corrente nacional, pelo Preço de Emissão atualizado desde a Primeira Data de Emissão até a data da integralização nos termos do item 9.12. abaixo ("Preço de Integralização"), conforme solicitação que venha a ser apresentada pelo Administrador nos termos descritos abaixo.

9.8.1. - Na medida em que sejam necessários aportes de recursos no Fundo para a aquisição de carteiras de Direitos de Crédito (conforme aprovada pela Assembléia Geral de Quotistas nos termos deste Regulamento), os Quotistas serão notificados pelo Administrador para realizar a integralização parcial ou total das Quotas que tenham sido por eles subscritas durante o prazo de colocação de tais Quotas ("Notificação para Integralização de Quotas"), de acordo com os termos e condições do respectivo "Instrumento Particular de Compromisso de Investimento para Subscrição e Integralização de Quotas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Não Padronizado - Campos" celebrado entre cada um dos Quotistas e o Fundo ("Compromissos de Investimento").



107246101-02-07

9.8.2. - Ao receberem a Notificação para Integralização de Quotas, os Quotistas serão obrigados a integralizar parte ou a totalidade das Quotas que tenham subscrito, conforme notificação do Administrador e de acordo com o disposto nos respectivos Compromissos de Investimento.

9.8.3. - O procedimento disposto nos itens 9.8.1. e 9.8.2. acima será repetido para cada Notificação para Integralização de Quotas, até que 100% (cem por cento) das Quotas representativas do Patrimônio Inicial subscritas pelos Quotistas tenham sido integralizadas.

9.8.4. - Para os fins de que trata este Regulamento, a Primeira Data de Emissão será a data em que ocorrer a primeira integralização de Quotas representativas do Patrimônio Inicial ("Primeira Data de Emissão").

9.9. - No momento da subscrição de Quotas do Fundo e assinatura dos respectivos Compromissos de Investimento, os Quotistas comprometer-se-ão a cumprir com o disposto no item 9.8. acima e nos respectivos Compromissos de Investimento, responsabilizando-se por quaisquer perdas e danos que venham a causar ao Fundo na hipótese de não cumprimento de suas obrigações nos termos deste item 9.8. e dos respectivos Compromissos de Investimento.

9.10. - Na hipótese de emissão de quaisquer Novas Quotas do Fundo, tais Novas Quotas serão integralizadas em observância aos procedimentos descritos no item 9.8. acima, pelo Preço de Integralização calculado de acordo com o disposto neste Regulamento.

9.11. - A integralização das Quotas do Fundo será efetuada por meio de crédito do respectivo valor em recursos disponíveis na conta corrente do Fundo a ser indicada pelo Administrador.

Critérios para Apuração do Valor das Quotas

9.12. - A partir do primeiro dia útil seguinte à Primeira Data de Emissão, cada Quota do Fundo terá seu valor unitário calculado diariamente e/ou nas hipóteses de pagamento de amortização e/ou resgate das Quotas do Fundo, conforme o caso.

9.12.1. - O valor de cada Quota do Fundo será equivalente ao resultado da divisão do valor do patrimônio líquido do Fundo na data do cálculo, pelo número total de Quotas emitidas e em circulação à época.

Negociação das Quotas do Fundo

9.13. - As Quotas serão admitidas à negociação na CETIP.

10



107246101-02-07

9.13.1. Na hipótese de negociação das Quotas em operações no mercado secundário, o agente intermediário da respectiva negociação será responsável por comprovar a qualificação do novo Quotista que estiver adquirindo tais Quotas, de forma a cumprir com o disposto no Capítulo Dois deste Regulamento, inclusive mediante a exigência de assinatura, pelo investidor adquirente de Quotas do Fundo no mercado secundário, de Termo de Adesão.

9.13.2. – Durante todo o prazo de duração do Fundo, inclusive mas não se limitando durante o período de 18 (dezoito) meses contados do encerramento da distribuição da Primeira Emissão, as Quotas do Fundo somente poderão ser detidas por até 20 (vinte) Quotistas, em observância ao disposto nos parágrafos quarto e quinto do artigo 40-A da Instrução da CVM n.º 356/01, conforme aditada.

Classificação de Risco das Quotas

9.14. - As Quotas do Fundo serão trimestralmente avaliadas por agência classificadora de risco especializada contratada pelo Fundo, a Austin Rating Serviços Financeiros Ltda. ("Agência Classificadora de Risco").

9.14.1. – Tendo em vista o disposto no item 17.4.1. abaixo, o relatório da Agência Classificadora de Risco analisará, inclusive, mas não se limitando, o impacto da ausência de verificação, pelo Custodiante, dos Documentos Comprobatórios.

9.14.2. - O rebaixamento da classificação de risco (*rating*) originalmente atribuída às Quotas do Fundo, após a realização da Primeira Emissão do Fundo e/ou durante o prazo de funcionamento do Fundo, não implicará a adoção, pelo Administrador, pelo Custodiante e/ou pelos Quotistas, de quaisquer medidas para liquidação do Fundo, além de notificação aos Quotistas, na forma do item 19.2. abaixo.

CAPÍTULO DEZ – DA DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS MEDIANTE AMORTIZAÇÃO E/OU RESGATE DE QUOTAS

10.1. - A distribuição de ganhos e rendimentos do Fundo aos Quotistas será feita exclusivamente mediante a amortização parcial ou total e/ou o resgate de suas Quotas, observado o disposto neste Regulamento.

10.2. - O Administrador promoverá amortizações parciais ou total e/ou o resgate das Quotas, a qualquer momento durante o prazo de duração do Fundo, mediante deliberação dos Quotistas do Fundo reunidos em Assembleia Geral (conforme descrito abaixo), na medida em que o valor de ganhos e rendimentos do Fundo, conforme

11



107246101-02-07

orientação a ser dada pelo Administrador aos Quotistas, seja suficiente para o pagamento do valor de exigibilidades e provisões do Fundo.

10.3. - Quaisquer distribuições a título de amortização de Quotas deverão abranger todas as Quotas do Fundo, em benefício de todos os Quotistas. Os pagamentos de resgate de Quotas do Fundo deverão abranger todas as Quotas de uma mesma emissão/série de Quotas do Fundo, em benefício de todos os Quotistas titulares de Quotas de tal emissão/série.

10.4. - Como regra geral, o pagamento de amortizações e/ou resgate das Quotas do Fundo será efetuado por meio de depósito em conta corrente de titularidade dos Quotistas, mediante qualquer mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil, pelo valor da Quota no dia do respectivo pagamento.

10.4.1. - Nas hipóteses de liquidação antecipada do Fundo, os titulares de Quotas do Fundo poderão receber Direitos de Crédito e/ou Ativos Financeiros no resgate de suas Quotas, conforme descrito no Capítulo Doze abaixo.

10.4.2. - Durante a vigência da Contribuição Provisória sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF, eventuais resgates e/ou amortizações de Quotas do Fundo a serem realizados mediante a entrega de Direitos de Crédito e/ou Ativos Financeiros serão operacionalizados mediante a realização de operações privadas de compra e venda envolvendo tais Direitos de Crédito e/ou Ativos Financeiros, por meio das quais o Fundo venderá Direitos de Crédito e/ou Ativos Financeiros aos Quotistas, observados os seguintes procedimentos: as operações de compra e venda de Direitos de Crédito e/ou Ativos Financeiros entre os Quotistas e o Fundo resultarão, necessariamente, na liquidação financeira da compra dos Direitos de Crédito e/ou Ativos Financeiros do Fundo pelo Quotista, mediante débito da conta corrente/investimento do Quotista, no montante correspondente ao valor dos Direitos de Crédito e/ou Ativos Financeiros; e na liquidação financeira do resgate ou amortização das Quotas mediante a realização de crédito, pelo Fundo, em moeda corrente nacional, na conta corrente/investimento do Quotista.

10.5. - Quando a data estipulada para pagamento de amortização ou resgate de Quotas coincidir com dia que seja feriado de âmbito nacional, tal pagamento será efetuado no primeiro dia útil subsequente, pelo valor da Quota no dia do pagamento.



107246101-02-07

CAPÍTULO ONZE - DA ASSEMBLÉIA GERAL DE QUOTISTAS

11.1. - É da competência da Assembléia Geral de Quotistas do Fundo:

- (i) examinar, anualmente, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pelo Administrador, em até 4 (quatro) meses contados do encerramento do exercício social do Fundo;
- (ii) alterar este Regulamento, além das hipóteses de alteração deste Regulamento mencionadas nos demais subitens deste item 11.1.;
- (iii) deliberar sobre a substituição do Administrador e/ou do Gestor;
- (iv) aprovar a emissão de Novas Quotas;
- (v) eleger e destituir eventual(is) representante(s) dos Quotistas, nomeado(s) conforme o disposto no item 11.3. abaixo;
- (vi) deliberar sobre a elevação da taxa de administração praticada pelo Administrador, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução;
- (vii) deliberar sobre a fusão, incorporação e cisão do Fundo;
- (viii) deliberar sobre a liquidação do Fundo;
- (ix) alterar os critérios para apuração do valor das Quotas;
- (x) deliberar sobre a amortização parcial ou total e/ou o resgate antecipado das Quotas, inclusive para fins de enquadramento do patrimônio do Fundo à alocação mínima em Direitos de Crédito, nos termos do Capítulo Treze abaixo;
- (xi) aprovar os procedimentos a serem adotados no resgate das Quotas do Fundo mediante a entrega de Direitos de Crédito e/ou Ativos Financeiros;
- (xii) alterar os quoruns de deliberação das Assembléias Gerais de Quotistas do Fundo, conforme previsto neste Capítulo;
- (xiii) deliberar sobre a aquisição de Direitos de Crédito pelo Fundo e sobre os critérios de precificação e reavaliação de tais Direitos de Crédito, bem como sobre a contratação do(s) Agente(s) de Cobrança para prestar serviços de cobrança extrajudicial e/ou judicial dos Direitos de Crédito objeto de aquisição pelo Fundo; e

13



107246101-02-07

(xiv) deliberar sobre a eventual constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa referente aos Direitos de Crédito integrantes da Carteira do Fundo.

11.2. - Os Quotistas titulares de Quotas terão direito a voto em todas as matérias indicadas no item 11.1. acima.

11.2.1. - As deliberações sobre as matérias indicadas no item 11.1. acima poderão ser aprovadas em Assembléia Geral de Quotistas, em primeira e segunda convocação, mediante a aprovação de Quotistas que representem a maioria das Quotas do Fundo emitidas e em circulação.

11.3. - A Assembléia Geral de Quotistas pode, a qualquer momento, nomear um ou mais representantes dos Quotistas para exercer as funções de fiscalização e de controle gerencial das aplicações do Fundo, em defesa dos direitos e dos interesses dos Quotistas, nos termos da regulamentação aplicável.

11.4. - Este Regulamento será alterado independentemente de deliberação da Assembléia Geral de Quotistas em casos de alterações nas normas legais e regulamentares vigentes, mediante ciência aos Quotistas da referida alteração, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos contados da data do protocolo da referida alteração perante a CVM.

11.5. - A convocação de Assembléia Geral de Quotistas será feita pelo Administrador, por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Quotista ou por meio de publicação no periódico indicado no item 19.2. abaixo, com 10 (dez) dias corridos de antecedência, no mínimo. A convocação indicará dia, hora e local em que será realizada a Assembléia Geral de Quotistas e os assuntos a serem tratados.

11.5.1. - Não se realizando a Assembléia Geral de Quotistas na data estipulada na convocação acima referida, será novamente providenciada convocação para a Assembléia Geral, com antecedência de 5 (cinco) dias corridos, mediante a expedição aos Quotistas de carta com aviso de recebimento ou por meio de publicação no periódico indicado no item 19.2. abaixo. Para efeito do disposto neste item, a segunda convocação da Assembléia Geral de Quotistas poderá ser providenciada juntamente com a primeira convocação.

11.5.2. - Independentemente das formalidades previstas neste Regulamento, será considerada formalmente regular a Assembléia Geral de Quotistas a que comparecerem todos os Quotistas.

11.6. - Salvo motivo de força maior, a Assembléia Geral de Quotistas será realizada na sede do Administrador. Quando a Assembléia Geral de Quotistas não for realizada na sede do Administrador, as comunicações enviadas aos Quotistas deverão indicar, com

14



107246101-02-07

clareza, o local da reunião, que, em hipótese alguma, poderá ser realizada fora da Cidade de São Paulo.

11.7. - Além da reunião anual de prestação de contas, a Assembléia Geral de Quotistas poderá reunir-se por convocação do Administrador, a seu exclusivo critério, ou mediante solicitação ao Administrador, de Quotistas titulares de Quotas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das Quotas emitidas, sendo que, nessas hipóteses, o Administrador será responsável por convocar a Assembléia Geral de Quotistas solicitada.

11.8. - As Assembléias Gerais de Quotistas serão instaladas com a presença de pelo menos um Quotista.

11.9. - Poderão votar nas Assembléias Gerais de Quotistas os procuradores dos Quotistas legalmente constituídos há menos de 1 (um) ano.

11.10. - Não terão direito a voto na Assembléia Geral de Quotistas o Administrador, o Gestor e/ou seus empregados.

11.11. - Quaisquer decisões tomadas em Assembléia Geral de Quotistas serão divulgadas aos Quotistas no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos de sua realização.

CAPÍTULO DOZE - DAS HIPÓTESES E PROCEDIMENTOS DE RESGATE DE QUOTAS MEDIANTE A ENTREGA DE DIREITOS DE CRÉDITO E/OU ATIVOS FINANCEIROS

12.1. - Observado o disposto no item 12.2. abaixo e nos Suplementos referentes a cada emissão de Quotas do Fundo, quando da liquidação antecipada do Fundo, caso o Fundo não detenha recursos em moeda corrente nacional suficientes para efetuar o pagamento do resgate integral das Quotas, as Quotas que ainda não tenham sido resgatadas poderão ser resgatadas mediante a entrega de Direitos de Crédito e de Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo.

12.1.1. - Qualquer entrega de Direitos de Crédito e Ativos Financeiros para fins de pagamento de resgate aos titulares de Quotas do Fundo nos termos deste Capítulo será realizada mediante a utilização de procedimento de rateio, considerando o número de Quotas detido por cada Quotista na ocasião e observados os procedimentos definidos neste Capítulo.

12.2. - A Assembléia Geral de Quotistas deverá deliberar sobre os procedimentos para entrega de Direitos de Crédito e Ativos Financeiros para fins de pagamento de resgate das Quotas do Fundo, observado o quorum de deliberação de que trata o Capítulo Onze acima.

15



107246101-02-C7

12.2.1. - Na hipótese da Assembléia Geral de Quotistas referida neste item não chegar a acordo comum referente aos procedimentos de entrega dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros para fins de pagamento de resgate das Quotas, os Direitos de Crédito e os Ativos Financeiros serão entregues em pagamento aos Quotistas, mediante a constituição de um condomínio, cuja fração ideal de cada Quotista será calculada de acordo com a proporção de Quotas detida por cada titular sobre o valor total das Quotas em circulação à época. Após a constituição do condomínio acima referido, o Administrador estará desobrigado em relação às responsabilidades estabelecidas neste Regulamento, ficando autorizado a liquidar o Fundo perante as autoridades competentes.

12.2.2. - O Administrador deverá notificar os Quotistas, (i) para que os mesmos elejam um administrador para o referido condomínio de Direitos de Crédito e Ativos Financeiros, na forma do Artigo 1.323 do Código Civil Brasileiro, (ii) informando a proporção de Direitos de Crédito e Ativos Financeiros a que cada Quotista fará jus, sem que isso represente qualquer responsabilidade do Administrador perante os Quotistas após a constituição do referido condomínio.

12.2.3. - Caso os titulares das Quotas não procedam à eleição do administrador do condomínio referido nos subitem acima, essa função será exercida pelo titular de Quotas que detenha, individualmente, o maior número de Quotas em circulação.

12.2.4. - O Custodiante e/ou empresa por ele contratada fará a custódia dos Direitos de Crédito e dos respectivos Documentos Comprobatórios de Crédito e Ativos Financeiros pelo prazo improrrogável de 30 (trinta) dias corridos (contados da notificação referida no subitem 12.2.2. acima), dentro do qual o administrador do condomínio, eleito pelos Quotistas, ou ao qual essa função tenha sido atribuída nos termos do subitem 12.2.3. acima, indicará ao Administrador e ao Custodiante, hora, local e a pessoa autorizada para que seja feita a entrega dos Direitos de Crédito, Documentos Comprobatórios de Crédito respectivos e Ativos Financeiros. Expirado este prazo, o Administrador poderá promover a consignação dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros, na forma do Artigo 334 do Código Civil Brasileiro.

CAPÍTULO TREZE - DA AMORTIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DE QUOTAS PARA REENQUADRAMENTO DA CARTEIRA DO FUNDO

13.1. - Sem prejuízo do disposto no item 6.8. acima e no Capítulo Dez acima, o Administrador poderá realizar, a qualquer tempo, mediante a aprovação dos Quotistas do Fundo reunidos em Assembléia Geral (observado o quorum previsto no Capítulo Onze acima), a amortização extraordinária das Quotas em circulação ("Amortização Extraordinária"), pelo valor atualizado das Quotas em circulação, exclusivamente para



107246101-02-07

fins de enquadramento do patrimônio do Fundo à alocação mínima em Direitos de Crédito estabelecida neste Regulamento.

13.2. - Na hipótese de realização de Amortização Extraordinária das Quotas nos termos deste Capítulo, todos os Quotistas serão informados, inclusive sobre o valor total envolvendo cada Amortização Extraordinária.

13.3. - Qualquer Amortização Extraordinária afetará todos os Quotistas titulares de Quotas, de forma proporcional e em igualdade de condições.

CAPÍTULO QUATORZE – DOS EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO DO FUNDO

14.1. - São considerados Eventos de Liquidação do Fundo ("Eventos de Liquidação") quaisquer das seguintes ocorrências:

- (i) renúncia do Custodiante, sem que uma nova instituição assuma suas funções no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias;
- (ii) renúncia do Agente de Cobrança, sem que uma nova instituição assuma suas funções no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias;
- (iii) renúncia do Agente de Depósito, sem que uma nova instituição assuma suas funções no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias;
- (iv) renúncia do Administrador de suas funções, sem que a Assembléia Geral de Quotistas do Fundo nomeie instituição habilitada para substituir o Administrador, nos termos estabelecidos neste Regulamento;
- (v) renúncia do Gestor, sem que uma nova instituição assuma suas funções no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias; e
- (vi) na hipótese da Assembléia Geral de Quotistas determinar a liquidação do Fundo, observado o quorum de deliberação de que trata o Capítulo Onze acima, mesmo sem qualquer justificativa ou razão.

14.2. - Na hipótese de ocorrência de qualquer Evento de Liquidação, o Administrador convocará Assembléia Geral de Quotistas imediatamente para deliberar sobre a eventual liquidação antecipada do Fundo.

14.2.1. - Na Assembléia Geral de Quotistas mencionada acima, que será instalada por ao menos um titular de Quotas, os Quotistas poderão optar, de acordo com o quorum de deliberação de que trata a Capítulo Onze acima, por não liquidar antecipadamente o Fundo.

17



107246101-02-07

14.2.2. - Na hipótese de ocorrência de quaisquer dos Eventos de Liquidação e a Assembléia Geral de Quotistas deliberar pela não liquidação antecipada do Fundo, será concedido aos Quotistas titulares de Quotas do Fundo, que não concordarem com a decisão, o resgate antecipado de suas Quotas em até 90 (noventa) dias corridos contados da data de realização da referida Assembléia Geral de Quotistas, pelo valor da Quota do dia do pagamento, calculado na forma deste Regulamento.

14.2.3. - Na hipótese (i) de não instalação da Assembléia Geral de Quotistas por falta de quorum, ou (ii) de aprovação pelos Quotistas da liquidação antecipada do Fundo, o Administrador deverá iniciar os procedimentos referentes à liquidação do Fundo, observado que as Quotas do Fundo serão resgatadas, dentro de até 90 (noventa) dias corridos contados da data de realização da referida Assembléia Geral de Quotistas ("Prazo para Resgate Antecipado"), pelo valor da Quota do dia do pagamento, calculado na forma deste Regulamento e mediante a observância do seguinte procedimento:

- (i) durante o Prazo para Resgate Antecipado, as Quotas serão resgatadas em moeda corrente nacional, na medida em que o Fundo tenha recursos em moeda corrente nacional em valor de, no mínimo, R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) disponíveis, após o pagamento de todas as despesas e encargos do Fundo;
- (ii) como regra geral, os recursos em moeda corrente nacional disponíveis no patrimônio do Fundo serão prioritariamente alocados para o pagamento de despesas e encargos do Fundo e, subsequentemente, para o pagamento do resgate das Quotas, de forma *pro rata* e mediante a observância de igualdade de condições entre todos os Quotistas titulares de Quotas; e
- (iii) se no último dia útil do Prazo para Resgate Antecipado a totalidade das Quotas não tiver sido resgatada mediante pagamento em moeda corrente nacional, os Quotistas receberão Direitos de Crédito e/ou Ativos Financeiros em pagamento pelo resgate de suas Quotas, entrega essa que será realizada de acordo com o disposto no Capítulo Doze acima.

CAPÍTULO QUINZE – DOS ENCARGOS DO FUNDO

15.1. - Constituem encargos do Fundo, além da taxa de administração cobrada pelo Administrador, as seguintes despesas:

18



107246101-02-07

- (i) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais, ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos ou obrigações do Fundo;
- (ii) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas neste Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- (iii) despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Quotistas;
- (iv) honorários e despesas com auditores encarregados do exame das demonstrações financeiras e contas do Fundo e da análise de sua situação e da atuação do Administrador;
- (v) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo, bem como despesas referentes à cobrança judicial e/ou extrajudicial dos Direitos de Crédito;
- (vi) honorários de advogados, custas e despesas correlatas realizadas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o Fundo venha a ser vencido;
- (vii) quaisquer despesas inerentes à constituição ou liquidação do Fundo ou à realização de Assembléia Geral de Quotistas;
- (viii) taxas de custódia de ativos integrantes da Carteira do Fundo;
- (ix) contribuição anual devida às bolsas de valores ou à entidade do mercado de balcão organizado em que o Fundo tenha as suas Quotas admitidas à negociação;
- (x) despesas com eventual profissional contratado para zelar pelos interesses dos Quotistas; e
- (xi) despesas com a contratação da Agência Classificadora de Risco.

15.2. - As despesas decorrentes de serviços de consultoria para seleção de Ativos Financeiros, aquelas decorrentes da delegação de poderes para a gestão da Carteira do Fundo, bem como quaisquer outras não previstas neste Regulamento, não serão consideradas como encargos do Fundo e correrão por conta do Administrador.



107246101-02-07

15.3. - O pagamento das despesas de que trata o item acima pode ser efetuado diretamente pelo Fundo à pessoa contratada, desde que os correspondentes valores sejam computados para efeito da taxa de administração cobrada pelo Administrador.

15.4. - O Fundo não cobrará taxa de ingresso ou taxa de saída dos Quotistas.

CAPÍTULO DEZESSEIS – DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

16.1. - O Fundo terá escrituração contábil própria, destacada da relativa ao Administrador.

16.2. - O exercício social do Fundo iniciar-se-á em 1º de fevereiro e encerrar-se-á em 31 de janeiro de cada ano.

16.3. - O Fundo está sujeito às normas de escrituração, elaboração, remessa e publicidade de demonstrações financeiras determinadas pela CVM.

16.4. - As demonstrações financeiras anuais do Fundo serão auditadas por auditor independente registrado na CVM.

CAPÍTULO DEZESSETE – DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS DO FUNDO

Da Administração e Gestão do Fundo

17.1. - O Fundo será administrado pela Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Wilson, n.º 231, 11º andar, inscrita no C.N.P.J./M.F. sob n.º 02.201.501/0001-61, sociedade devidamente autorizada a administrar fundos de investimento pela CVM por meio do Ato Declaratório n.º 4.620, de 19 de dezembro de 1997 ("Administrador").

17.1.1. - O Administrador contratou a Mellon Global Investments Brasil S/C Ltda., com sede no Estado do Rio de Janeiro, Cidade do Rio de Janeiro, na Avenida Almirante Barroso, n.º 52, Sala 3301, inscrita no C.N.P.J./M.F. sob n.º 05.236.848/0001-38, sociedade devidamente autorizada a administrar carteira de valores mobiliários pela CVM por meio do Ato Declaratório n.º 6977, expedido em 02 de outubro de 2002, para ser responsável pela gestão da Carteira do Fundo ("Gestor").

17.2. - Observadas a regulamentação em vigor e as limitações deste Regulamento, o Administrador tem poderes para praticar todos os atos necessários à administração do Fundo e o Gestor tem poderes para praticar todos os atos necessários à gestão da Carteira, bem como para exercer os direitos inerentes aos Direitos de Crédito e demais Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo.

20



107246101-02-07

17.3. - O Administrador, por meio de carta com aviso de recebimento endereçada aos Quotistas ou por meio de publicação no periódico indicado no item 19.2. abaixo, sempre com antecedência de 90 (noventa) dias corridos, pode renunciar à administração do Fundo, desde que convoque, no mesmo ato, Assembléia Geral de Quotistas para decidir sobre a sua substituição ou sobre a liquidação antecipada do Fundo, devendo ser observado o quorum de deliberação de que trata o Capítulo Onze acima.

17.3.1 - Na hipótese de renúncia do Administrador e nomeação de nova instituição administradora em Assembléia Geral de Quotistas, o Administrador continuará obrigado a prestar os serviços de administração do Fundo, por prazo a ser definido na referida Assembléia Geral de Quotistas, que não poderá ser superior a 30 (trinta) dias corridos.

17.3.2. - Caso a nova instituição nomeada nos termos descritos acima não substitua o Administrador dentro do prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da data em que se realizar a Assembléia Geral de Quotistas referida no item acima, o Administrador procederá à liquidação automática do Fundo até o 40º (quadragésimo) dia corrido contado da data de realização da Assembléia Geral de Quotistas que nomear a nova instituição.

17.3.3. - Na hipótese do Administrador renunciar às suas funções e a Assembléia Geral de Quotistas referida acima (i) não nomear instituição administradora habilitada para substituir o Administrador ou (ii) não tiver quorum suficiente, observado o disposto no Capítulo Onze acima, para deliberar sobre a substituição do Administrador ou a liquidação do Fundo, o Administrador procederá à liquidação automática do Fundo, no prazo máximo de 20 (vinte) dias.

Da Custódia e Controladoria do Fundo

17.4. - Para a prestação dos serviços de custódia e controle dos ativos integrantes da Carteira do Fundo, de forma a cumprir com o artigo 38 da Instrução CVM n.º 356/01, o Fundo contratou o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, na Vila Yara, inscrita no C.N.P.J./M.F. sob o n.º 60.746.948/0001-12 ("Custodiante").

17.4.1. - Sem prejuízo do disposto no Contrato de Custódia Qualificada, e tendo em vista a natureza dos Direitos de Crédito alvo do Fundo e a estratégia de investimento do Fundo, o Custodiante está isento de sua obrigação de realizar a verificação do lastro dos Direitos de Crédito, ou seja, dos Documentos Comprobatórios, sem prejuízo de sua faculdade de realizar auditorias no Agente de Depósito caso entenda necessário, para o melhor interesse dos Quotistas.



107246101-02-07

17.4.2. – Em decorrência do disposto no item acima, o Custodiante não poderá ser responsabilizado por qualquer perda que venha a ser imposta ao Fundo ou aos Quotistas por conta de qualquer irregularidade ou não completude dos Documentos Comprobatórios. Todo Quotista, ao ingressar no Fundo, deverá atestar por escrito estar ciente e concordar com o disposto neste item, por meio de assinatura de Termo de Adesão.

17.5. - Além dos serviços de custódia qualificada acima mencionados, o Banco Bradesco S.A. também prestará ao Fundo os serviços de escrituração de Quotas ("Agente Escriturador"), nos termos do Contrato de Escrituração de Quotas a ser celebrado entre o Administrador e o Agente Escriturador.

CAPÍTULO DEZOITO – DA REMUNERAÇÃO DO ADMINISTRADOR

18.1. - Pela prestação dos serviços de administração do Fundo, o Administrador receberá taxa de administração equivalente a 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) ao ano do valor do Patrimônio Líquido do Fundo.

18.1.1. - A taxa de administração será provisionada diariamente, por dia útil, e paga mensalmente, por período vencido, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao dos serviços prestados.

18.1.2. - O percentual referido no item 18.1. acima será calculado sobre o valor diário do patrimônio líquido do Fundo do dia anterior à realização do referido cálculo, à taxa de "1/252" (um sobre duzentos e cinquenta e dois avos) de forma linear, da porcentagem referida acima, e informada mensalmente ao Custodiante.

18.1.3. - O Administrador não receberá taxa de desempenho ou de performance.

CAPÍTULO DEZENOVE – DA DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES

19.1. - O Administrador divulgará, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato relevante relativo ao Fundo, de modo a garantir aos Quotistas acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influenciar as decisões dos Quotistas quanto à permanência no mesmo ou, no caso de potenciais investidores, quanto à aquisição de Quotas do Fundo.

19.2. - A divulgação de informações de que trata o item 19.1. acima será feita mediante publicação no jornal Diário Mercantil do Rio de Janeiro, utilizado para veicular as informações relativas ao Fundo, e serão disponibilizadas aos Quotistas nas sedes e agências do Administrador e das instituições intermediárias que venham a ser contratadas pelo Administrador para participar das distribuições de Quotas do Fundo, devendo todos os documentos e informações correspondentes ser remetidos à CVM na



107246101-02-07

mesma data de sua divulgação. Tal divulgação será feita sempre no mesmo periódico e qualquer alteração deverá ser precedida de aviso aos Quotistas.

19.3. - O Administrador colocará à disposição dos Quotistas, em sua sede e nas sedes das instituições intermediárias que venham a ser contratadas pelo Administrador para participar das distribuições de Quotas do Fundo, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos após o encerramento de cada mês, as seguintes informações, além de outras exigidas nos termos deste Regulamento e da regulamentação aplicável: (i) o número de Quotas de propriedade de cada Quotista e o respectivo valor; (ii) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês a que se referirem; e (iii) dados acerca do comportamento da Carteira, abrangendo discussão quanto ao desempenho obtido e o esperado.

19.4. - O Administrador deverá colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição de quaisquer interessados que as solicitarem em sua sede social, observados os seguintes prazos máximos: (i) 20 (vinte) dias corridos após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e (ii) 60 (sessenta) dias corridos após o encerramento do exercício social, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

CAPÍTULO VINTE – DOS FATORES DE RISCO

Riscos Associados ao Fundo e aos Direitos de Crédito

20.1. - Os fundos de investimento em direitos creditórios, tal como o Fundo, enfrentam baixa liquidez no mercado secundário brasileiro. Por conta dessa característica e do fato do Fundo ter sido constituído na forma de condomínio fechado, ou seja, sem admitir a possibilidade de resgate de suas Quotas a qualquer momento, os Quotistas podem ter dificuldade em vender suas Quotas no mercado secundário.

20.2. - O investimento do Fundo em Direitos de Crédito apresenta peculiaridades em relação às aplicações usuais da maioria dos fundos de investimento brasileiros, haja vista que não existe, no Brasil, mercado secundário com liquidez para tais Direitos de Crédito. Caso o Fundo precise vender os Direitos de Crédito, poderá não haver mercado comprador ou o preço de alienação de tais Direitos de Crédito poderá causar perda de patrimônio do Fundo.

20.3. - A propriedade das Quotas não confere aos Quotistas propriedade direta sobre os Direitos de Crédito. Os direitos dos Quotistas são exercidos sobre todos os ativos da Carteira de modo não individualizado, proporcionalmente ao número de Quotas possuídas.

20.4. - Este Regulamento estabelece algumas hipóteses em que a Assembléia Geral de Quotistas poderá optar pelo resgate antecipado das Quotas, quando o resgate das

23



107246101-02-07

Quotas poderá ser realizado mediante a entrega de Direitos de Crédito e/ou Ativos Financeiros. Nessas situações, os Quotistas poderão encontrar dificuldades (i) para vender os Direitos de Crédito e/ou Ativos Financeiros recebidos quando do pagamento de resgate de suas Quotas ou (ii) cobrar os valores devidos pelos devedores dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros.

20.5. - O Fundo tem por objetivo adquirir carteiras variadas de Direitos de Crédito, vencidos e não pagos, sendo que a valorização dos investimentos do Fundo e, consequentemente, dos Quotistas, está diretamente associada aos resultados dos esforços de cobrança dos Direitos de Crédito a serem realizados pelos Agentes de Cobrança contratados pelo Fundo. O Fundo, o Administrador, o Gestor, o Custodiante e os Agentes de Cobrança não assumem qualquer responsabilidade pelo pagamento ou pela recuperação dos Direitos de Crédito ou pela solvência dos Devedores dos Direitos de Crédito, bem como o Fundo, o Administrador, o Gestor e o Custodiante não assumem responsabilidade pelo cumprimento, pelos Agentes de Cobrança, de suas obrigações de cobrança dos Direitos de Crédito, de acordo com os termos e condições que venham a ser acordados com o Fundo. O Fundo sofrerá o impacto da não recuperação dos pagamentos referentes aos Direitos de Crédito e do eventual não cumprimento, pelos Agentes de Cobrança, de suas obrigações para com o Fundo. O Fundo somente procederá à amortização e/ou ao resgate das Quotas em moeda corrente nacional na medida em que os pagamentos dos Direitos de Crédito sejam recuperados por meio dos esforços de cobrança a serem realizados pelos Agentes de Cobrança.

20.6. - As aplicações realizadas no Fundo não contam com garantia do Administrador, do Gestor, do Custodiante, dos Cedentes ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC, podendo ocorrer perda total do capital investido pelos Quotistas.

Riscos Associados aos Ativos Financeiros

20.7. - Os Ativos Financeiros estão sujeitos às oscilações de preços e cotações de mercado, e a outros riscos, tais como riscos de crédito e de liquidez, de oscilação de mercados e de precificação de ativos, o que pode afetar negativamente o desempenho do Fundo e do investimento realizado pelos Quotistas. O Administrador e/ou o Gestor, em hipótese alguma, excetuadas as ocorrências resultantes de comprovado dolo ou má-fé, serão responsabilizados por qualquer depreciação dos bens da Carteira do Fundo, ou por eventuais prejuízos em caso de liquidação do Fundo ou resgate de Quotas. Para maiores detalhes a respeito desses fatores de risco, vide itens (a) a (d) abaixo.

- a. Os Ativos Financeiros estão sujeitos a oscilações nos seus preços em função da reação dos mercados frente a notícias econômicas e políticas, tanto no Brasil como no exterior, podendo ainda responder a notícias específicas a respeito dos respectivos emissores. As variações de preços dos Ativos Financeiros poderão ocorrer também em função de alterações nas expectativas dos participantes do

24



mercado, podendo inclusive ocorrer mudanças nos padrões de comportamento de preços dos Ativos Financeiros sem que haja mudanças significativas no contexto econômico e/ou político nacional e internacional.

- b. Os Ativos Financeiros estão também sujeitos à capacidade dos seus emissores em honrar os compromissos de pagamento de juros e principal referentes a tais Ativos Financeiros. Alterações nas condições financeiras dos emissores dos Ativos Financeiros e/ou na percepção que os investidores têm sobre tais condições, bem como alterações nas condições econômicas e políticas que possam comprometer a sua capacidade de pagamento, podem trazer impactos significativos nos preços e na liquidez dos Ativos Financeiros. Mudanças na percepção da qualidade dos créditos dos emissores, mesmo que não fundamentadas, poderão também trazer impactos nos preços e na liquidez dos Ativos Financeiros.
- c. O Fundo poderá ainda incorrer em risco de crédito na liquidação das operações realizadas por meio de corretoras e distribuidoras de valores mobiliários que venham a intermediar as operações de compra e venda de Ativos Financeiros em nome do Fundo. Na hipótese de falta de capacidade e/ou falta de disposição de pagamento de qualquer dos emissores de Ativos Financeiros ou das contrapartes nas operações integrantes da Carteira do Fundo, o Fundo poderá sofrer perdas, podendo inclusive incorrer em custos para conseguir recuperar os seus créditos.
- d. A precificação dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo deverá ser realizada de acordo com os critérios e procedimentos para registro e avaliação de títulos, valores mobiliários e demais operações estabelecidos na regulamentação em vigor. Referidos critérios de avaliação de ativos, tais como os de marcação a mercado ("mark-to-market") poderão ocasionar variações nos valores dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo, resultando em aumento ou redução no valor das Quotas do Fundo.

CAPÍTULO VINTE E UM – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1. - A comunicação entre o Administrador e os Quotistas será realizada por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Quotista ou por meio de publicação no periódico indicado no item 19.2. acima.

21.1.1. - Sem prejuízo ao disposto no item 21.1. acima, para fins do disposto neste Regulamento, considera-se o correio eletrônico como uma forma de correspondência válida nas comunicações entre o Administrador, o Custodiante, os Cedentes e os Quotistas.

21.2. - Fica eleito o Foro da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir e resolver todas as questões e dúvidas oriundas do presente Regulamento e que



0 1 5 0 8

107246101-02-07

envolvam o Fundo, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

0 1 5 0 8

26



107246101-02-07

ANEXO I - Modelo de Suplemento ao Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multicarteira - Não-Padronizado - Campos

Características da [•] Emissão de Quotas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multicarteira - Não-Padronizado – Campos	
Quantidade de Séries da [•] Emissão	[•]
Valor Total da [•] Emissão	[•]
Quantidade Total de Quotas Emitidas	[•]
Data de Pagamento de Amortização das Quotas	[•]
Data de Pagamento de Resgate das Quotas	[•]
Quantidade Total de Quotas do Fundo após a realização da [•] Emissão	[•]
Patrimônio Líquido Total do Fundo no ato do registro do Fundo ou antes da emissão anterior	[•]
Patrimônio Líquido Total do Fundo se subscritas e integralizadas 100% das Quotas da [•] Emissão	[•]
Preço de Emissão de cada Quota	[•]



107246101-02-07

**Suplemento ao Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios
Multicarteira – Não-Padronizado - Campos**

Características da Primeira Emissão de Quotas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multicarteira – Não-Padronizado – Campos	
Quantidade de Séries da Primeira Emissão	Série única
Valor Total da Primeira Emissão	R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais)
Quantidade Total de Quotas Emitidas	25 (vinte e cinco)
Data de Pagamento de Amortização das Quotas	O Administrador promoverá amortizações parciais ou total e/ou o resgate das Quotas, a qualquer momento durante o prazo de duração do Fundo, mediante deliberação dos Quotistas do Fundo reunidos em Assembléia Geral, na medida em que o valor de ganhos e rendimentos do Fundo, conforme orientação a ser dada pelo Administrador aos Quotistas, seja suficiente para o pagamento do valor de exigibilidades e provisões do Fundo
Data de Pagamento de Resgate das Quotas	Ao final do prazo de 10 (dez) anos contados da Primeira Data de Emissão
Quantidade Total de Quotas do Fundo após a realização da Primeira Emissão	25 (vinte e cinco)
Patrimônio Líquido Total do Fundo no ato do registro do Fundo ou antes da emissão anterior	R\$ 0,00 (zero)
Patrimônio Líquido Total do Fundo se subscritas e integralizadas 100% das Quotas da Primeira Emissão	R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais)
Preço de Emissão de cada Quota na data da Primeira Emissão	R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)



Anexo III

Deliberação de Alteração do Regulamento e Regulamento do Fundo em vigor

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

C.N.P.J./M.F. n.º 02.201.501/0001-61

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTICARTEIRA NÃO-PADRONIZADO – CAMPOS

C.N.P.J./M.F. n.º 08.607.660/0001-47

Pelo presente instrumento particular, a Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sociedade devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") a administrar fundos de investimento e gerir carteiras de valores mobiliários, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Wilson, n.º 231, 11º andar, inscrita no C.N.P.J./M.F. sob n.º 02.201.501/0001-61 ("Administrador"), na qualidade de instituição administradora do **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTICARTEIRA NÃO-PADRONIZADO – CAMPOS**, inscrito no C.N.P.J./M.F. sob n.º 08.607.660/0001-47 ("**FUNDO**"), em razão da inexistência de qualquer quotista do **FUNDO** nesta data, RESOLVE:

1. Alterar o regulamento do **FUNDO** para refletir (i) o atendimento às exigências apresentadas pela CVM por meio do Ofício CVM/SRE/GER-1/N.º 467/2007, bem como (ii) as demais alterações voluntárias realizadas pelo Administrador;
2. Aprovar a nova versão do regulamento do **FUNDO**, nos termos do documento anexo; e
3. Submeter à aprovação da CVM a presente deliberação de alteração do regulamento do **FUNDO**.

Rio de Janeiro, 10 de abril de 2007

6ºRTD-RJ - 1078152
Emol: 123.93; Distrib: 10.30/Lel 111/06 6.71
Mutua/ACOTERJ: 7.82 / FETJ: 26.86
Lei 4.564/05 5.71 / Tot Emol: 182.32
PARÂM Vias: 2 / Nome(s): 1 / Págs: 26
Proc. Estr: N / Averb: S / Dillo:



1078152 10-04-07

Luiz Jahn

MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

6ºRTD - RUA BUENOS AIRES, 56 - 4º ANDAR - CENTRO - RJ
TELEFONE: (21) 2233-7878 / www.mellon.com.br
REGISTRADO EM MICROFILME SOB O N.º E DATA DECLARADOS
A MARGEM, O QUE CEFNICO.
☐ Sonia Maria Andrade dos Santos - Oficial
☐ Paulo César Andrade dos Santos-1.º Substituto
CTPS n.º 26.122/024-RJ
☒ Marco André da A. S. Santos - 2.º Substituto
CTPS n.º 44476/018-RJ

AVERBADO ao registro n.º 1072461 do
livro protocolo feito neste 6.º Ofício de Registro
de Títulos e Documentos - RJ
Dou fé.

RJ, 10/04/07

Oficial *Luiz Jahn*



1078152 10-04-07

**REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS
CREDITÓRIOS MULTICARTEIRA NÃO-PADRONIZADO - CAMPOS**

C.N.P.J./M.F. 08.607.660/0001-47

**CAPÍTULO UM - DA DENOMINAÇÃO, FORMA,
PRAZO DE DURAÇÃO E COMPOSIÇÃO DO PATRIMÔNIO DO FUNDO**

1.1. - O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multicarteira Não-Padronizado – Campos ("Fundo"), constituído sob a forma de condomínio fechado, é regido pelo presente regulamento ("Regulamento") e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis.

1.2. - O patrimônio do Fundo é formado por uma única classe de quotas ("Quotas"), sendo que as características e os direitos, bem como as condições de emissão, subscrição, integralização, remuneração, amortização e resgate das Quotas estão descritas nas Cláusulas Nove a Treze deste Regulamento.

1.3. - O Fundo terá prazo de duração indeterminado, sendo que cada emissão de Quotas do Fundo terá prazo determinado de vencimento, ou seja, prazo determinado para resgate.

**CAPÍTULO DOIS - DO PÚBLICO ALVO DO FUNDO
E DO INVESTIMENTO INICIAL MÍNIMO NO FUNDO**

2.1. - O Fundo é destinado a investidores qualificados, conforme disposto na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 409/04, residentes e domiciliados no Brasil e/ou não residentes no Brasil, que busquem rentabilidade, no longo prazo, compatível com a política de investimento do Fundo, conforme prevista neste Regulamento, e que aceitem os riscos associados aos investimentos do Fundo (os investidores que venham a adquirir Quotas de emissão do Fundo referidos como "Quotistas").

2.1.1. O Fundo deverá observar o limite máximo de 20 (vinte) Quotistas. Dessa forma, as negociações de Quotas do Fundo estarão sujeitas aos limites e restrições referidos no item 9.13.2. abaixo.

2.2. - A aplicação inicial de cada Quotista no Fundo deverá ser equivalente ao montante de, no mínimo, R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), sendo que aplicações posteriores deverão ter valor mínimo de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais). Sem prejuízo do disposto neste item, não existe valor mínimo para manutenção de investimentos no Fundo após a aplicação inicial de cada Quotista.

1



CAPÍTULO TRÊS – DO OBJETIVO DO FUNDO

3.1. - O objetivo do Fundo é proporcionar rendimento de longo prazo aos Quotistas, por meio do investimento dos recursos do Fundo na aquisição de carteiras de direitos de crédito vencidos e não adimplidos pelos respectivos devedores, originados de operações financeiras, comerciais, imobiliárias, de arrendamento mercantil e/ou industriais realizadas por instituições financeiras, sociedades de arrendamento mercantil e outras companhias atuantes no mercado brasileiro nos segmentos referidos acima, que sejam ou não objeto de cobrança ou execução judicial à época de aquisição pelo Fundo ("Direitos de Crédito").

3.1.1. - Não poderão compor o patrimônio do Fundo Direitos de Crédito cuja existência e/ou validade dependam de qualquer entrega ou prestação futura dos respectivos Cedentes (conforme abaixo definido).

3.1.2. - Somente poderão ceder Direitos de Crédito ao Fundo entidades privadas, que não sejam controladas ou detidas pelo poder público (cada, um "Cedente") que tenham celebrado contrato de cessão (cada, um "Contrato de Cessão") com o Fundo, e que estejam aptas a observar todos os termos e condições deste Regulamento.

3.1.2.1. - O Contrato de Cessão estabelecerá as regras e condições das operações de cessão que venham a ser celebradas com o Fundo, bem como exigirá que operações de cessão no âmbito de cada Contrato de Cessão sejam condicionadas à apresentação, ao Administrador, de opinião legal de assessores legais do Fundo ou do Cedente, atestando a validade da constituição da cessão e a exeqüibilidade das operações de cessão nos termos da legislação aplicável ("Opinião Legal").

3.1.3. - Tendo em vista que o Fundo buscará adquirir, de tempos em tempos, Direitos de Crédito originados por Cedentes distintos, e que cada carteira de Direitos de Crédito terá sido objeto de processos de origem e de políticas de concessão de crédito distintos, este Regulamento não traz descrição dos processos de origem e das políticas de concessão dos Direitos de Crédito que serão adquiridos pelo Fundo.

3.1.4. - Os Direitos de Crédito que serão adquiridos pelo Fundo terão processos de origem e de políticas de concessão de crédito variados e distintos, e, portanto, o Fundo adotará, por meio de Agente de Cobrança (conforme abaixo definido), para cada um dos Direitos de Crédito, diferentes procedimentos de cobrança extrajudicial e/ou judicial dos Direitos de Crédito. Dessa forma, este Regulamento não traz descrição genérica de processo de cobrança dos Direitos de Crédito, o qual será acordado caso a caso entre o Fundo e o Agente de Cobrança, de acordo



com a natureza específica e das condições de pagamento dos Direitos de Crédito que serão adquiridos pelo Fundo.

3.1.5. - Os documentos que formalizam a origem e a exeqüibilidade dos Direitos de Crédito consistirão basicamente em contratos celebrados entre os Cedentes e seus clientes devedores e/ou garantidores ("Devedores") e/ou instrumentos representativos de dívida nos quais figurem os Devedores, bem como todos os demais documentos suficientes à comprovação da existência, validade e cobrança dos Direitos de Crédito. Para todos os fins deste Regulamento, tais documentos serão designados como os "Documentos Comprobatórios de Crédito".

3.2. - Além dos Direitos de Crédito referidos acima, o Fundo também aplicará parcela de seus recursos em ativos financeiros e modalidades operacionais disponíveis no mercado, em estrita observância aos critérios de seleção, composição e diversificação admitidos no Capítulo Seis abaixo.

3.3. - As Quotas do Fundo não terão parâmetro de rentabilidade pré-determinado.

CAPÍTULO QUATRO – DAS OPERAÇÕES DE AQUISIÇÃO DE DIREITOS DE CRÉDITO ENTRE O FUNDO E OS CEDENTES

4.1. - Toda e qualquer operação de aquisição de Direitos de Crédito pelo Fundo deverá ser amparada, ao menos, mas não se limitando, pelos seguintes documentos:

- a. Ata da Assembléia Geral de Quotistas que deliberar sobre a aquisição de determinada carteira de Direitos de Crédito, devidamente assinada e registrada em cartório, a qual identificará e indicará os Direitos de Crédito que serão objeto de aquisição pelo Fundo e a precificação de tais Direitos de Crédito;
- b. Contrato de Cessão celebrado entre o Fundo e o Cedente dos Direitos de Crédito objeto de aquisição pelo Fundo, que determinará as regras e condições referentes à operação de aquisição de tais Direitos de Crédito pelo Fundo;
- c. Apresentação, pelo Gestor, ao Administrador, ao Custodiante, e à CVM, de Opinião Legal referente a cada Contrato de Cessão; e
- d. Contrato(s) de prestação de serviços de cobrança dos Direitos de Crédito objeto de aquisição pelo Fundo, por meio do(s) qual(is) será(ão) contratado(s) agente(s) de cobrança qualificado(s) para prestar serviços de cobrança extrajudicial e/ou judicial dos Direitos de Crédito objeto de aquisição pelo Fundo (o agente de cobrança responsável pela cobrança dos Direitos de Crédito, o "Agente de Cobrança"), observado que poderão ser contratados Agentes de Cobrança distintos para realizar a cobrança extrajudicial e/ou judicial dos Direitos de Crédito objeto de aquisição pelo Fundo. A definição e contratação do(s) Agente(s) de



Cobrança deverão ser objeto de aprovação pela mesma Assembléia Geral de Quotistas que deliberar sobre cada operação de aquisição de Direitos de Crédito pelo Fundo; e

- e. Contrato de prestação de serviços de custódia física de Documentos Comprobatórios de Crédito, por meio do qual será contratado agente de custódia qualificado para prestar serviços de custódia, armazenamento, conservação e guarda dos Documentos Comprobatórios de Crédito referentes aos Direitos de Crédito objeto de aquisição pelo Fundo (o agente de depósito responsável pela guarda dos Documentos Comprobatórios de Crédito, o "Agente de Depósito").

CAPÍTULO CINCO - DO CRITÉRIO DE ELEGIBILIDADE APLICÁVEL AOS DIREITOS DE CRÉDITO

5.1. - Somente poderão integrar a carteira de investimentos do Fundo ("Carteira") Direitos de Crédito cuja aquisição tenha sido objeto de aprovação pela Assembléia Geral de Quotistas, de acordo com o quorum de deliberação de que trata o Capítulo Onze abaixo ("Critério de Elegibilidade").

5.2. - O Custodiante será a instituição responsável por verificar e validar o atendimento dos Direitos de Crédito ao Critério de Elegibilidade nas operações de aquisição de Direitos de Crédito pelo Fundo.

CAPÍTULO SEIS – DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO, COMPOSIÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA DO FUNDO

6.1. - Sem prejuízo do disposto no item 6.1.1. abaixo, a partir de 90 (noventa) dias corridos contados da Primeira Data de Emissão (conforme abaixo definido), no mínimo 50% (cinquenta por cento) do patrimônio líquido do Fundo será representado por Direitos de Crédito.

6.1.1. – Caso o Fundo não disponha de ofertas de Direitos de Crédito suficientes para atingir a alocação mínima de investimentos em Direitos de Crédito referida no item 6.1. acima, o Administrador do Fundo poderá solicitar à CVM autorização para prorrogar o prazo de enquadramento do limite de que trata o item 6.1. acima por novo período de 90 (noventa) dias, mas sem necessidade de autorização da Assembléia Geral de Quotistas do Fundo.

6.1.2. - Durante os prazos referidos nos itens 6.1. e, se for o caso, 6.1.1. acima, até 100% (cem por cento) dos recursos do Fundo poderão ser alocados nos Ativos Financeiros (conforme abaixo definido).

6.2. - A parcela do patrimônio líquido do Fundo que não seja alocada em Direitos de Crédito será necessariamente alocada em moeda corrente nacional e/ou nos seguintes



ativos financeiros e operações ("Ativos Financeiros"), de acordo com os critérios abaixo indicados:

- (i) títulos de emissão do Tesouro Nacional;
- (ii) títulos de emissão do Banco Central do Brasil;
- (iii) operações compromissadas com lastro em títulos públicos federais;
- (iv) quotas de emissão de fundos de investimento cujas carteiras de investimento sejam compostas exclusivamente por títulos públicos federais, administrados pelas Instituições Financeiras Autorizadas (conforme abaixo definido); e
- (v) certificados de depósito bancário emitidos pelas Instituições Financeiras Autorizadas.

6.2.1. - Para os fins de que trata este Regulamento, são consideradas Instituições Financeiras Autorizadas as seguintes instituições financeiras: (i) Banco Itaú S.A., (ii) UNIBANCO - União de Bancos Brasileiros S.A. - Unibanco, (iii) Banco Bradesco S.A., (iv) HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo, (v) Banco ABN Amro Real S.A. e (vi) Banco Citibank S.A. ("Instituições Financeiras Autorizadas").

6.3. - Observado o disposto no item 5.1. acima, o Gestor (conforme definido abaixo) envidará seus melhores esforços para adquirir Ativos Financeiros cujos vencimentos propiciem ao Fundo classificação de investimento de "longo prazo", para fins de tributação dos Quotistas.

6.4. - O Fundo não poderá realizar operações de *day trade*, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente de o Fundo possuir estoque ou posição anterior do mesmo Ativo Financeiro.

6.5. - Desde que respeitado o disposto no item 6.1. acima, até 100% (cem por cento) do patrimônio líquido do Fundo poderá ser representado por Ativos Financeiros de emissão e/ou obrigação de uma mesma instituição/de uma mesma entidade e/ou de Direitos de Crédito devidos por um mesmo Devedor.

6.6. - O Fundo poderá contratar operações com o Administrador, com empresas controladoras, controladas, coligadas e/ou subsidiárias do Administrador e/ou do Gestor ou ainda com carteiras e/ou fundos de investimento administrados e/ou geridos pelo Administrador e/ou pelo Gestor ou pelas pessoas a eles ligadas acima mencionadas, desde que observados os percentuais de concentração e diversificação previstos nos itens 6.1. e 6.5. acima. As operações descritas neste item serão objeto de registro



segregado das demais operações da Carteira do Fundo, de modo a serem facilmente identificáveis.

6.6.1. – O Administrador e o Gestor são sociedades distintas e, embora pertencentes a um mesmo grupo econômico, são independentes entre si, de forma que as atividades relacionadas à administração de recursos de terceiros do Gestor são totalmente segregadas das demais atividades do Administrador, nos termos da regulamentação em vigor. Em virtude da referida segregação de atividades, não há conflitos de interesses na hipótese de contratação, pelo Fundo, das operações de que trata o item 6.6. acima.

6.7. - Os percentuais de composição, concentração e diversificação da Carteira do Fundo referidos neste Capítulo serão cumpridos diariamente, com base no patrimônio líquido do Fundo do dia útil imediatamente anterior ao cálculo dos percentuais de composição, concentração e diversificação da Carteira.

6.8. - Na hipótese de desenquadramento da Carteira do Fundo com relação aos percentuais de composição, concentração e diversificação previstos neste Capítulo por período superior a 15 (quinze) dias consecutivos ("Prazo para Reenquadramento da Carteira"), o Administrador deverá convocar, no 1º (primeiro) dia útil após o encerramento do Prazo para Reenquadramento da Carteira, Assembléia Geral de Quotistas para deliberar sobre (i) a aquisição de novos Direitos de Crédito para fins de reenquadramento da Carteira; e/ou (ii) realização de amortização extraordinária das Quotas do Fundo, observado o disposto no Capítulo Treze abaixo, no que couber; e/ou (iii) prorrogação do Prazo para Reenquadramento da Carteira em até 60 (sessenta) dias; e/ou, ainda, (iv) liquidação antecipada do Fundo, mediante resgate antecipado das Quotas.

6.9. - A custódia dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira será de responsabilidade do Custodiante, sendo que, conforme o caso, os Direitos de Crédito e os Ativos Financeiros serão registrados e/ou mantidos (i) em conta de depósito diretamente em nome do Fundo, ou (ii) em contas específicas abertas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - Selic, ou (iii) em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo Banco Central do Brasil ou (iv) em outras entidades autorizadas à prestação de serviços de custódia pelo Banco Central do Brasil e/ou pela CVM.

6.10. - O Fundo não contará com garantia do Administrador, do Gestor, do Custodiante, dos Cedentes, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos – FGC. Ainda, os investimentos da Carteira do Fundo estão sujeitos aos fatores de risco descritos no Capítulo Vinte deste Regulamento.



1078152 10-04-07

CAPÍTULO SETE – DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO E DOS ATIVOS FINANCEIROS INTEGRANTES DA CARTEIRA

7.1. - Entende-se por patrimônio líquido do Fundo a soma algébrica dos valores correspondentes aos Direitos de Crédito e aos Ativos Financeiros disponíveis na Carteira, menos as exigibilidades do Fundo.

7.2. - Para cálculo do valor da Carteira, (i) os Direitos de Crédito serão precificados de acordo com os critérios de avaliação e reavaliação determinados pela Assembléia Geral de Quotistas que deliberar sobre a aquisição, pelo Fundo, dos referidos Direitos de Crédito, e (ii) os Ativos Financeiros serão precificados de acordo com os critérios e procedimentos para registro e avaliação de títulos e valores mobiliários previstos na regulamentação em vigor (tais como o critério de marcação a mercado), observado o disposto no Contrato de Prestação de Serviços de Custódia Qualificada e Controladoria do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multicarteira Não-Padronizado – Campos, celebrado entre o Administrador e o Custodiante ("Contrato de Custódia Qualificada").

7.3. - Os rendimentos auferidos com os Direitos de Crédito serão reconhecidos em razão do recebimento de seu valor pelo Fundo, computando-se a valorização e eventuais amortizações em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.

7.4. - Os Quotistas poderão deliberar pela reavaliação dos Direitos de Crédito integrantes da Carteira do Fundo, bem como sobre a eventual constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, de acordo com os critérios definidos nos termos do item 7.2.(i) acima. O Custodiante constituirá provisão para créditos de liquidação duvidosa referente a Ativos Financeiros de acordo com os critérios estabelecidos no Contrato de Custódia Qualificada, nos termos da regulamentação aplicável.

CAPÍTULO OITO – DO PATRIMÔNIO INICIAL DO FUNDO E DE NOVAS EMISSÕES DE QUOTAS DO FUNDO

8.1. - O patrimônio inicial do Fundo ("Patrimônio Inicial"), após a primeira emissão de Quotas do Fundo ("Primeira Emissão"), será formado por Quotas com preço unitário de emissão, na Primeira Data de Emissão, correspondente a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) ("Preço de Emissão"), totalizando um Patrimônio Inicial de até R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), sendo que não existirá quantidade mínima de Quotas a serem distribuídas no âmbito da Primeira Emissão. As características da Primeira Emissão que não estejam expressamente identificadas neste Regulamento serão descritas em suplemento a este Regulamento referente à Primeira Emissão, no modelo constante do Anexo I deste Regulamento.



8.1.1. - As Quotas do Fundo serão emitidas, distribuídas, subscritas, integralizadas, amortizadas e resgatadas de acordo com o disposto nos Capítulos Nove a Treze abaixo, sendo que cada emissão de Quotas do Fundo será descrita em suplemento próprio, no modelo constante do Anexo I deste Regulamento (cada, um "Suplemento").

8.2. - Eventuais emissões de Quotas do Fundo após a conclusão da Primeira Emissão ("Novas Quotas") deverão ser realizadas mediante aprovação da Assembléia Geral de Quotistas, observado o disposto no Capítulo Onze abaixo.

8.2.1. - Na hipótese de emissão de Novas Quotas do Fundo, os Quotistas já ingressos no Fundo não terão direito de preferência na aquisição de tais Novas Quotas.

8.2.2. - Cada distribuição pública de Novas Quotas emitidas pelo Fundo dependerá de prévio registro na CVM.

CAPÍTULO NOVE - DAS CARACTERÍSTICAS, DIREITOS, CONDIÇÕES DE EMISSÃO, SUBSCRIÇÃO E INTEGRALIZAÇÃO DAS QUOTAS

Características das Quotas

9.1. - As Quotas do Fundo correspondem a frações ideais de seu patrimônio e são divididas em uma única classe.

9.2. - Todas as Quotas do Fundo terão forma escritural e serão mantidas pelo Administrador em conta de depósito em nome dos Quotistas.

Direitos Patrimoniais

9.3. - Não haverá qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os Quotistas titulares de Quotas do Fundo, sendo que emissões/séries distintas de Quotas do Fundo poderão ter prazos distintos de resgate, conforme previsto nos respectivos Suplementos.

Direitos de Voto das Quotas

9.4. - As Quotas terão direito de voto, correspondendo cada Quota a um voto nas Assembléias Gerais de Quotistas do Fundo, nos termos do Capítulo Onze abaixo.

Distribuição e Subscrição das Quotas do Fundo

9.5. - As distribuições públicas de Quotas do Fundo serão objeto de registro nos termos da Instrução CVM n.º 356/01, da Instrução CVM n.º 444/06 e da Instrução CVM n.º



400/03. As Quotas deverão ser subscritas dentro do prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias corridos contados da data de publicação do anúncio de início da distribuição pública de tais Quotas e serão integralizadas em moeda corrente nacional, conforme solicitação que venha a ser apresentada pelo Administrador aos Quotistas nos termos do item 9.8. abaixo.

9.5.1. - Exceto se de outra forma autorizado pela CVM, as Quotas de cada emissão do Fundo que não sejam subscritas dentro do prazo máximo de colocação de 180 (cento e oitenta) dias corridos acima referido serão canceladas pelo Administrador, com o conseqüente aditamento do Suplemento da emissão respectiva, sem necessidade de aprovação de tal aditamento em Assembléia Geral de Quotistas do Fundo.

9.6. - No ato da primeira subscrição de Quotas do Fundo, o subscritor (i) assinará o boletim individual de subscrição, que será autenticado pelo Administrador e (ii) receberá exemplar deste Regulamento e do prospecto do Fundo ("Prospecto"), declarando, por meio da assinatura de termo de ciência de risco e adesão ao Regulamento ("Termo de Adesão"), estar ciente, entre outras informações: (a) das disposições contidas neste Regulamento e no Prospecto, especialmente aquelas referentes à política de investimento e à taxa de administração cobrada pelo Administrador, (b) dos riscos inerentes ao investimento no Fundo, conforme descritos neste Regulamento e no Prospecto, (c) da possibilidade de perdas decorrentes das características dos Direitos de Crédito que integram e/ou venham a integrar a Carteira do Fundo e (d) dos procedimentos descritos nos itens 9.13.2. e 17.4.1. abaixo. No caso de aquisição de Quotas do Fundo no mercado secundário, o novo investidor também receberá exemplar deste Regulamento e do Prospecto, bem como assinará Termo de Adesão.

9.7. - O anúncio de início de distribuição de cada emissão de Quotas do Fundo apresentará os termos e condições da distribuição de tais Quotas, bem como informará as condições e os prazos para subscrição e integralização das Quotas, observado o disposto neste Regulamento.

Integralização das Quotas do Fundo

9.8. - As Quotas do Fundo serão integralizadas em moeda corrente nacional, pelo Preço de Emissão atualizado desde a Primeira Data de Emissão até a data da integralização nos termos do item 9.12. abaixo ("Preço de Integralização"), conforme solicitação que venha a ser apresentada pelo Administrador nos termos descritos abaixo.

9.8.1. - Na medida em que sejam necessários aportes de recursos no Fundo para a aquisição de carteiras de Direitos de Crédito (conforme aprovada pela Assembléia Geral de Quotistas nos termos deste Regulamento), os Quotistas serão notificados pelo Administrador para realizar a integralização parcial ou total das Quotas que tenham sido por eles subscritas durante o prazo de colocação de



tais Quotas ("Notificação para Integralização de Quotas"), de acordo com os termos e condições do respectivo "Instrumento Particular de Compromisso de Investimento para Subscrição e Integralização de Quotas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Não Padronizado - Campos" celebrado entre cada um dos Quotistas e o Fundo ("Compromissos de Investimento").

9.8.2. - Ao receberem a Notificação para Integralização de Quotas, os Quotistas serão obrigados a integralizar parte ou a totalidade das Quotas que tenham subscrito, conforme notificação do Administrador e de acordo com o disposto nos respectivos Compromissos de Investimento.

9.8.3. - O procedimento disposto nos itens 9.8.1. e 9.8.2. acima será repetido para cada Notificação para Integralização de Quotas, até que 100% (cem por cento) das Quotas representativas do Patrimônio Inicial subscritas pelos Quotistas tenham sido integralizadas.

9.8.4. - Para os fins de que trata este Regulamento, a Primeira Data de Emissão será a data em que ocorrer a primeira integralização de Quotas representativas do Patrimônio Inicial ("Primeira Data de Emissão").

9.9. - No momento da subscrição de Quotas do Fundo e assinatura dos respectivos Compromissos de Investimento, os Quotistas comprometer-se-ão a cumprir com o disposto no item 9.8. acima e nos respectivos Compromissos de Investimento, responsabilizando-se por quaisquer perdas e danos que venham a causar ao Fundo na hipótese de não cumprimento de suas obrigações nos termos deste item 9.8. e dos respectivos Compromissos de Investimento.

9.10. - Na hipótese de emissão de quaisquer Novas Quotas do Fundo, tais Novas Quotas serão integralizadas em observância aos procedimentos descritos no item 9.8. acima, pelo Preço de Integralização calculado de acordo com o disposto neste Regulamento.

9.11. - A integralização das Quotas do Fundo será efetuada por meio de crédito do respectivo valor em recursos disponíveis na conta corrente do Fundo a ser indicada pelo Administrador.

Critérios para Apuração do Valor das Quotas

9.12. - A partir do primeiro dia útil seguinte à Primeira Data de Emissão, cada Quota do Fundo terá seu valor unitário calculado diariamente e/ou nas hipóteses de pagamento de amortização e/ou resgate das Quotas do Fundo, conforme o caso.

9.12.1. - O valor de cada Quota do Fundo será equivalente ao resultado da divisão do valor do patrimônio líquido do Fundo na data do cálculo, pelo número total de Quotas emitidas e em circulação à época.



Negociação das Quotas do Fundo

9.13. - As Quotas serão admitidas à negociação na CETIP.

9.13.1. Na hipótese de negociação das Quotas em operações no mercado secundário, o agente intermediário da respectiva negociação será responsável por comprovar a qualificação do novo Quotista que estiver adquirindo tais Quotas, de forma a cumprir com o disposto no Capítulo Dois deste Regulamento, inclusive mediante a exigência de assinatura, pelo investidor adquirente de Quotas do Fundo no mercado secundário, de Termo de Adesão.

9.13.2. - Durante todo o prazo de duração do Fundo, inclusive mas não se limitando durante o período de 18 (dezoito) meses contados do encerramento da distribuição da Primeira Emissão, as Quotas do Fundo somente poderão ser detidas por até 20 (vinte) Quotistas, em observância ao disposto nos parágrafos quarto e quinto do artigo 40-A da Instrução da CVM n.º 356/01, conforme aditada.

Classificação de Risco das Quotas

9.14. - As Quotas do Fundo serão trimestralmente avaliadas por agência classificadora de risco especializada contratada pelo Fundo, a Austin Rating Serviços Financeiros Ltda. ("Agência Classificadora de Risco").

9.14.1. - Tendo em vista o disposto no item 17.4.1. abaixo, o relatório da Agência Classificadora de Risco analisará, inclusive, mas não se limitando, o impacto da ausência de verificação, pelo Custodiante, dos Documentos Comprobatórios de Crédito.

9.14.2. - O rebaixamento da classificação de risco (*rating*) originalmente atribuída às Quotas do Fundo, após a realização da Primeira Emissão do Fundo e/ou durante o prazo de funcionamento do Fundo, não implicará a adoção, pelo Administrador, pelo Custodiante e/ou pelos Quotistas, de quaisquer medidas para liquidação do Fundo, além de notificação aos Quotistas, na forma do item 19.2. abaixo.

CAPÍTULO DEZ – DA DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS MEDIANTE AMORTIZAÇÃO E/OU RESGATE DE QUOTAS

10.1. - A distribuição de ganhos e rendimentos do Fundo aos Quotistas será feita exclusivamente mediante a amortização parcial ou total e/ou o resgate de suas Quotas, observado o disposto neste Regulamento.



10.2. - O Administrador promoverá amortizações parciais ou total e/ou o resgate das Quotas, a qualquer momento durante o prazo de duração do Fundo, mediante deliberação dos Quotistas do Fundo reunidos em Assembléia Geral (conforme descrito abaixo), na medida em que o valor de ganhos e rendimentos do Fundo, conforme orientação a ser dada pelo Administrador aos Quotistas, seja suficiente para o pagamento do valor de exigibilidades e provisões do Fundo.

10.2.1. - Sem prejuízo do disposto no item 10.2. acima, o resgate de Quotas do Fundo somente ocorrerá após a amortização do valor total das Quotas objeto do resgate e/ou ao término do prazo de duração do Fundo ou da respectiva emissão/série de Quotas, o que ocorrer primeiro.

10.3. - Quaisquer distribuições a título de amortização de Quotas deverão abranger todas as Quotas do Fundo, em benefício de todos os Quotistas. Os pagamentos de resgate de Quotas do Fundo deverão abranger todas as Quotas de uma mesma emissão/série de Quotas do Fundo, em benefício de todos os Quotistas titulares de Quotas de tal emissão/série.

10.4. - Como regra geral, o pagamento de amortizações e/ou resgate das Quotas do Fundo será efetuado por meio de depósito em conta corrente de titularidade dos Quotistas, mediante qualquer mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil, pelo valor da Quota no dia do respectivo pagamento.

10.4.1. - Nas hipóteses de liquidação antecipada do Fundo, os titulares de Quotas do Fundo poderão receber Direitos de Crédito e/ou Ativos Financeiros no resgate de suas Quotas, conforme descrito no Capítulo Doze abaixo.

10.4.2. - Durante a vigência da Contribuição Provisória sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF, eventuais resgates e/ou amortizações de Quotas do Fundo a serem realizados mediante a entrega de Direitos de Crédito e/ou Ativos Financeiros serão operacionalizados mediante a realização de operações privadas de compra e venda envolvendo tais Direitos de Crédito e/ou Ativos Financeiros, por meio das quais o Fundo venderá Direitos de Crédito e/ou Ativos Financeiros aos Quotistas, observados os seguintes procedimentos: as operações de compra e venda de Direitos de Crédito e/ou Ativos Financeiros entre os Quotistas e o Fundo resultarão, necessariamente, na liquidação financeira da compra dos Direitos de Crédito e/ou Ativos Financeiros do Fundo pelo Quotista, mediante débito da conta corrente/investimento do Quotista, no montante correspondente ao valor dos Direitos de Crédito e/ou Ativos Financeiros; e na liquidação financeira do resgate ou amortização das Quotas mediante a realização de crédito, pelo Fundo, em moeda corrente nacional, na conta corrente/investimento do Quotista.



10.5. - Quando a data estipulada para pagamento de amortização ou resgate de Quotas coincidir com dia que seja feriado de âmbito nacional, tal pagamento será efetuado no primeiro dia útil subsequente, pelo valor da Quota no dia do pagamento.

CAPÍTULO ONZE - DA ASSEMBLÉIA GERAL DE QUOTISTAS

11.1. - É da competência da Assembléia Geral de Quotistas do Fundo:

- (i) examinar, anualmente, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pelo Administrador, em até 4 (quatro) meses contados do encerramento do exercício social do Fundo;
- (ii) alterar este Regulamento, além das hipóteses de alteração deste Regulamento mencionadas nos demais subitens deste item 11.1.;
- (iii) deliberar sobre a substituição do Administrador e/ou do Gestor;
- (iv) aprovar a emissão de Novas Quotas;
- (v) eleger e destituir eventual(is) representante(s) dos Quotistas, nomeado(s) conforme o disposto no item 11.3. abaixo;
- (vi) deliberar sobre a elevação da taxa de administração praticada pelo Administrador, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução;
- (vii) deliberar sobre a fusão, incorporação e cisão do Fundo;
- (viii) deliberar sobre a liquidação do Fundo;
- (ix) alterar os critérios para apuração do valor das Quotas;
- (x) deliberar sobre a amortização parcial ou total e/ou o resgate antecipado das Quotas, inclusive para fins de enquadramento do patrimônio do Fundo à alocação mínima em Direitos de Crédito, nos termos do Capítulo Treze abaixo;
- (xi) aprovar os procedimentos a serem adotados no resgate das Quotas do Fundo mediante a entrega de Direitos de Crédito e/ou Ativos Financeiros;
- (xii) alterar os quoruns de deliberação das Assembléias Gerais de Quotistas do Fundo, conforme previsto neste Capítulo;
- (xiii) deliberar sobre a aquisição de Direitos de Crédito pelo Fundo e sobre os critérios de precificação e reavaliação de tais Direitos de Crédito, bem como



sobre a contratação do(s) Agente(s) de Cobrança para prestar serviços de cobrança extrajudicial e/ou judicial dos Direitos de Crédito objeto de aquisição pelo Fundo; e

- (xiv) deliberar sobre a eventual constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa referente aos Direitos de Crédito integrantes da Carteira do Fundo.

11.2. - Os Quotistas titulares de Quotas terão direito a voto em todas as matérias indicadas no item 11.1. acima.

11.2.1. - As deliberações sobre as matérias indicadas no item 11.1. acima poderão ser aprovadas em Assembléia Geral de Quotistas, em primeira e segunda convocação, mediante a aprovação de Quotistas que representem a maioria das Quotas do Fundo emitidas e em circulação.

11.3. - A Assembléia Geral de Quotistas pode, a qualquer momento, nomear um ou mais representantes dos Quotistas para exercer as funções de fiscalização e de controle gerencial das aplicações do Fundo, em defesa dos direitos e dos interesses dos Quotistas, nos termos da regulamentação aplicável.

11.4. - Este Regulamento será alterado independentemente de deliberação da Assembléia Geral de Quotistas em casos de alterações nas normas legais e regulamentares vigentes, mediante ciência aos Quotistas da referida alteração, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos contados da data do protocolo da referida alteração perante a CVM.

11.5. - A convocação de Assembléia Geral de Quotistas será feita pelo Administrador, por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Quotista ou por meio de publicação no periódico indicado no item 19.2. abaixo, com 10 (dez) dias corridos de antecedência, no mínimo. A convocação indicará dia, hora e local em que será realizada a Assembléia Geral de Quotistas e os assuntos a serem tratados.

11.5.1. - Não se realizando a Assembléia Geral de Quotistas na data estipulada na convocação acima referida, será novamente providenciada convocação para a Assembléia Geral, com antecedência de 5 (cinco) dias corridos, mediante a expedição aos Quotistas de carta com aviso de recebimento ou por meio de publicação no periódico indicado no item 19.2. abaixo. Para efeito do disposto neste item, a segunda convocação da Assembléia Geral de Quotistas poderá ser providenciada juntamente com a primeira convocação.

11.5.2. - Independentemente das formalidades previstas neste Regulamento, será considerada formalmente regular a Assembléia Geral de Quotistas a que comparecerem todos os Quotistas.



11.6. - Salvo motivo de força maior, a Assembléia Geral de Quotistas será realizada na sede do Administrador. Quando a Assembléia Geral de Quotistas não for realizada na sede do Administrador, as comunicações enviadas aos Quotistas deverão indicar, com clareza, o local da reunião, que, em hipótese alguma, poderá ser realizada fora da Cidade de São Paulo.

11.7. - Além da reunião anual de prestação de contas, a Assembléia Geral de Quotistas poderá reunir-se por convocação do Administrador, a seu exclusivo critério, ou mediante solicitação ao Administrador, de Quotistas titulares de Quotas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das Quotas emitidas, sendo que, nessas hipóteses, o Administrador será responsável por convocar a Assembléia Geral de Quotistas solicitada.

11.8. - As Assembléias Gerais de Quotistas serão instaladas com a presença de pelo menos um Quotista.

11.9. - Poderão votar nas Assembléias Gerais de Quotistas os procuradores dos Quotistas legalmente constituídos há menos de 1 (um) ano.

11.10. - Não terão direito a voto na Assembléia Geral de Quotistas o Administrador, o Gestor e/ou seus empregados.

11.11. - Quaisquer decisões tomadas em Assembléia Geral de Quotistas serão divulgadas aos Quotistas no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos de sua realização.

CAPÍTULO DOZE - DAS HIPÓTESES E PROCEDIMENTOS DE RESGATE DE QUOTAS MEDIANTE A ENTREGA DE DIREITOS DE CRÉDITO E/OU ATIVOS FINANCEIROS

12.1. - Observado o disposto no item 12.2. abaixo e nos Suplementos referentes a cada emissão de Quotas do Fundo, quando da liquidação antecipada do Fundo, caso o Fundo não detenha recursos em moeda corrente nacional suficientes para efetuar o pagamento do resgate integral das Quotas, as Quotas que ainda não tenham sido resgatadas poderão ser resgatadas mediante a entrega de Direitos de Crédito e de Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo.

12.1.1. - Qualquer entrega de Direitos de Crédito e Ativos Financeiros para fins de pagamento de resgate aos titulares de Quotas do Fundo nos termos deste Capítulo será realizada mediante a utilização de procedimento de rateio, considerando o número de Quotas detido por cada Quotista na ocasião e observados os procedimentos definidos neste Capítulo.

12.2. - A Assembléia Geral de Quotistas deverá deliberar sobre os procedimentos para entrega de Direitos de Crédito e Ativos Financeiros para fins de pagamento de resgate



das Quotas do Fundo, observado o quorum de deliberação de que trata o Capítulo Onze acima.

12.2.1. - Na hipótese da Assembléia Geral de Quotistas referida neste item não chegar a acordo comum referente aos procedimentos de entrega dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros para fins de pagamento de resgate das Quotas, os Direitos de Crédito e os Ativos Financeiros serão entregues em pagamento aos Quotistas mediante a constituição de um condomínio, cuja fração ideal de cada Quotista será calculada de acordo com a proporção de Quotas detida por cada titular sobre o valor total das Quotas em circulação à época. Após a constituição do condomínio acima referido, o Administrador estará desobrigado em relação às responsabilidades estabelecidas neste Regulamento, ficando autorizado a liquidar o Fundo perante as autoridades competentes.

12.2.2. - O Administrador deverá notificar os Quotistas, (i) para que os mesmos elejam um administrador para o referido condomínio de Direitos de Crédito e Ativos Financeiros, na forma do Artigo 1.323 do Código Civil Brasileiro, (ii) informando a proporção de Direitos de Crédito e Ativos Financeiros a que cada Quotista fará jus, sem que isso represente qualquer responsabilidade do Administrador perante os Quotistas após a constituição do referido condomínio.

12.2.3. - Caso os titulares das Quotas não procedam à eleição do administrador do condomínio referido nos subitens acima, essa função será exercida pelo titular de Quotas que detenha, individualmente, o maior número de Quotas em circulação.

12.2.4. - O Custodiante e/ou empresa por ele contratada fará a custódia dos Direitos de Crédito e dos respectivos Documentos Comprobatórios de Crédito e Ativos Financeiros pelo prazo improrrogável de 30 (trinta) dias corridos (contados da notificação referida no subitem 12.2.2. acima), dentro do qual o administrador do condomínio, eleito pelos Quotistas, ou ao qual essa função tenha sido atribuída nos termos do subitem 12.2.3. acima, indicará ao Administrador e ao Custodiante, hora, local e a pessoa autorizada para que seja feita a entrega dos Direitos de Crédito, Documentos Comprobatórios de Crédito respectivos e Ativos Financeiros. Expirado este prazo, o Administrador poderá promover a consignação dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros, na forma do Artigo 334 do Código Civil Brasileiro.

CAPÍTULO TREZE - DA AMORTIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DE QUOTAS PARA REENQUADRAMENTO DA CARTEIRA DO FUNDO

13.1. - Sem prejuízo do disposto no item 6.8. acima e no Capítulo Dez acima, o Administrador poderá realizar, a qualquer tempo, mediante a aprovação dos Quotistas do Fundo reunidos em Assembléia Geral (observado o quorum previsto no Capítulo Onze



acima), a amortização extraordinária das Quotas em circulação ("Amortização Extraordinária"), pelo valor atualizado das Quotas em circulação, exclusivamente para fins de enquadramento do patrimônio do Fundo à alocação mínima em Direitos de Crédito estabelecida neste Regulamento.

13.2. - Na hipótese de realização de Amortização Extraordinária das Quotas nos termos deste Capítulo, todos os Quotistas serão informados, inclusive sobre o valor total envolvendo cada Amortização Extraordinária.

13.3. - Qualquer Amortização Extraordinária afetará todos os Quotistas titulares de Quotas, de forma proporcional e em igualdade de condições.

CAPÍTULO QUATORZE – DOS EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO DO FUNDO

14.1. - São considerados Eventos de Liquidação do Fundo ("Eventos de Liquidação") quaisquer das seguintes ocorrências:

- (i) renúncia do Custodiante, sem que uma nova instituição assuma suas funções no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias;
- (ii) renúncia do Agente de Cobrança, sem que uma nova instituição assuma suas funções no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias;
- (iii) renúncia do Agente de Depósito, sem que uma nova instituição assuma suas funções no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias;
- (iv) renúncia do Administrador de suas funções, sem que a Assembléia Geral de Quotistas do Fundo nomeie instituição habilitada para substituir o Administrador, nos termos estabelecidos neste Regulamento;
- (v) renúncia do Gestor, sem que uma nova instituição assuma suas funções no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias; e
- (vi) na hipótese da Assembléia Geral de Quotistas determinar a liquidação do Fundo, observado o quorum de deliberação de que trata o Capítulo Onze acima, mesmo sem qualquer justificativa ou razão.

14.2. - Na hipótese de ocorrência de qualquer Evento de Liquidação, o Administrador convocará Assembléia Geral de Quotistas imediatamente para deliberar sobre a eventual liquidação antecipada do Fundo.

14.2.1. - Na Assembléia Geral de Quotistas mencionada acima, que será instalada por ao menos um titular de Quotas, os Quotistas poderão optar, de acordo com o



quorum de deliberação de que trata a Capítulo Onze acima, por não liquidar antecipadamente o Fundo.

14.2.2. - Na hipótese de ocorrência de quaisquer dos Eventos de Liquidação e a Assembléia Geral de Quotistas deliberar pela não liquidação antecipada do Fundo, será concedido aos Quotistas titulares de Quotas do Fundo, que não concordarem com a decisão, o resgate antecipado de suas Quotas em até 90 (noventa) dias corridos contados da data de realização da referida Assembléia Geral de Quotistas, pelo valor da Quota do dia do pagamento, calculado na forma deste Regulamento.

14.2.3. - Na hipótese (i) de não instalação da Assembléia Geral de Quotistas por falta de quorum, ou (ii) de aprovação pelos Quotistas da liquidação antecipada do Fundo, o Administrador deverá iniciar os procedimentos referentes à liquidação do Fundo, observado que as Quotas do Fundo serão resgatadas, dentro de até 90 (noventa) dias corridos contados da data de realização da referida Assembléia Geral de Quotistas ("Prazo para Resgate Antecipado"), pelo valor da Quota do dia do pagamento, calculado na forma deste Regulamento e mediante a observância do seguinte procedimento:

- (i) durante o Prazo para Resgate Antecipado, as Quotas serão resgatadas em moeda corrente nacional, na medida em que o Fundo tenha recursos em moeda corrente nacional em valor de, no mínimo, R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) disponíveis, após o pagamento de todas as despesas e encargos do Fundo;
- (ii) como regra geral, os recursos em moeda corrente nacional disponíveis no patrimônio do Fundo serão prioritariamente alocados para o pagamento de despesas e encargos do Fundo e, subsequentemente, para o pagamento do resgate das Quotas, de forma *pro rata* e mediante a observância de igualdade de condições entre todos os Quotistas titulares de Quotas; e
- (iii) se no último dia útil do Prazo para Resgate Antecipado a totalidade das Quotas não tiver sido resgatada mediante pagamento em moeda corrente nacional, os Quotistas receberão Direitos de Crédito e/ou Ativos Financeiros em pagamento pelo resgate de suas Quotas, entrega essa que será realizada de acordo com o disposto no Capítulo Doze acima.

CAPÍTULO QUINZE – DOS ENCARGOS DO FUNDO

15.1. - Constituem encargos do Fundo, além da taxa de administração cobrada pelo Administrador, as seguintes despesas:



- (i) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais, ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos ou obrigações do Fundo;
- (ii) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas neste Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- (iii) despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Quotistas;
- (iv) honorários e despesas com auditores encarregados do exame das demonstrações financeiras e contas do Fundo e da análise de sua situação e da atuação do Administrador;
- (v) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo, bem como despesas referentes à cobrança judicial e/ou extrajudicial dos Direitos de Crédito;
- (vi) honorários de advogados, custas e despesas correlatas realizadas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o Fundo venha a ser vencido;
- (vii) quaisquer despesas inerentes à constituição ou liquidação do Fundo ou à realização de Assembléia Geral de Quotistas;
- (viii) taxas de custódia de ativos integrantes da Carteira do Fundo;
- (ix) contribuição anual devida às bolsas de valores ou à entidade do mercado de balcão organizado em que o Fundo tenha as suas Quotas admitidas à negociação;
- (x) despesas com eventual profissional contratado para zelar pelos interesses dos Quotistas; e
- (xi) despesas com a contratação da Agência Classificadora de Risco.

15.2. - As despesas decorrentes de serviços de consultoria para seleção de Ativos Financeiros, aquelas decorrentes da delegação de poderes para a gestão da Carteira do Fundo, bem como quaisquer outras não previstas neste Regulamento, não serão consideradas como encargos do Fundo e correrão por conta do Administrador.



15.3. - O pagamento das despesas de que trata o item acima pode ser efetuado diretamente pelo Fundo à pessoa contratada, desde que os correspondentes valores sejam computados para efeito da taxa de administração cobrada pelo Administrador.

15.4. - O Fundo não cobrará taxa de ingresso ou taxa de saída dos Quotistas.

CAPÍTULO DEZESSEIS – DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

16.1. - O Fundo terá escrituração contábil própria, destacada da relativa ao Administrador.

16.2. - O exercício social do Fundo iniciar-se-á em 1º de fevereiro e encerrar-se-á em 31 de janeiro de cada ano.

16.3. - O Fundo está sujeito às normas de escrituração, elaboração, remessa e publicidade de demonstrações financeiras determinadas pela CVM.

16.4. - As demonstrações financeiras anuais do Fundo serão auditadas por auditor independente registrado na CVM.

CAPÍTULO DEZESETE – DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS DO FUNDO

Da Administração e Gestão do Fundo

17.1. - O Fundo será administrado pela Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Wilson, n.º 231, 11º andar, inscrita no C.N.P.J./M.F. sob n.º 02.201.501/0001-61, sociedade devidamente autorizada a administrar fundos de investimento pela CVM ("Administrador").

17.1.1. - O Administrador contratou a Mellon Global Investments S/C Ltda., com sede no Estado do Rio de Janeiro, Cidade do Rio de Janeiro, na Avenida Almirante Barroso, n.º 52, Sala 3301, inscrita no C.N.P.J./M.F. sob n.º 05.236.848/0001-38, sociedade devidamente autorizada a administrar carteira de valores mobiliários pela CVM para ser responsável pela gestão da Carteira do Fundo ("Gestor").

17.2. - Observadas a regulamentação em vigor e as limitações deste Regulamento, o Administrador tem poderes para praticar todos os atos necessários à administração do Fundo e o Gestor tem poderes para praticar todos os atos necessários à gestão da Carteira, bem como para exercer os direitos inerentes aos Direitos de Crédito e demais Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo.

17.3. - O Administrador, por meio de carta com aviso de recebimento endereçada aos Quotistas ou por meio de publicação no periódico indicado no item 19.2. abaixo, sempre



com antecedência de 90 (noventa) dias corridos, pode renunciar à administração do Fundo, desde que convoque, no mesmo ato, Assembléia Geral de Quotistas para decidir sobre a sua substituição ou sobre a liquidação antecipada do Fundo, devendo ser observado o quorum de deliberação de que trata o Capítulo Onze acima.

17.3.1 - Na hipótese de renúncia do Administrador e nomeação de nova instituição administradora em Assembléia Geral de Quotistas, o Administrador continuará obrigado a prestar os serviços de administração do Fundo, por prazo a ser definido na referida Assembléia Geral de Quotistas, que não poderá ser superior a 30 (trinta) dias corridos.

17.3.2. - Caso a nova instituição nomeada nos termos descritos acima não substitua o Administrador dentro do prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da data em que se realizar a Assembléia Geral de Quotistas referida no item acima, o Administrador procederá à liquidação automática do Fundo até o 40º (quadragésimo) dia corrido contado da data de realização da Assembléia Geral de Quotistas que nomear a nova instituição.

17.3.3. - Na hipótese do Administrador renunciar às suas funções e a Assembléia Geral de Quotistas referida acima (i) não nomear instituição administradora habilitada para substituir o Administrador ou (ii) não tiver quorum suficiente, observado o disposto no Capítulo Onze acima, para deliberar sobre a substituição do Administrador ou a liquidação do Fundo, o Administrador procederá à liquidação automática do Fundo, no prazo máximo de 20 (vinte) dias.

Da Custódia e Controladoria do Fundo

17.4. - Para a prestação dos serviços de custódia e controle dos ativos integrantes da Carteira do Fundo, de forma a cumprir com o artigo 38 da Instrução CVM n.º 356/01, o Fundo contratou o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, na Vila Yara, inscrita no C.N.P.J./M.F. sob o n.º 60.746.948/0001-12 ("Custodiante").

17.4.1. - Sem prejuízo do disposto no Contrato de Custódia Qualificada, e tendo em vista a natureza dos Direitos de Crédito alvo do Fundo e a estratégia de investimento do Fundo, o Custodiante está isento de sua obrigação de realizar a verificação do lastro dos Direitos de Crédito, ou seja, dos Documentos Comprobatórios de Crédito, sem prejuízo de sua faculdade de realizar auditorias no Agente de Depósito caso entenda necessário, para o melhor interesse dos Quotistas.

17.4.2. - Em decorrência do disposto no item acima, o Custodiante não poderá ser responsabilizado por qualquer perda que venha a ser imposta ao Fundo ou aos Quotistas por conta de qualquer irregularidade ou não completude dos



Documentos Comprobatórios de Crédito. Todo Quotista, ao ingressar no Fundo, deverá atestar por escrito estar ciente e concordar com o disposto neste item, por meio de assinatura de Termo de Adesão.

17.5. - Além dos serviços de custódia qualificada acima mencionados, o Banco Bradesco S.A. também prestará ao Fundo os serviços de escrituração de Quotas ("Agente Escriturador"), nos termos do Contrato de Escrituração de Quotas a ser celebrado entre o Administrador e o Agente Escriturador.

CAPÍTULO DEZOITO – DA REMUNERAÇÃO DO ADMINISTRADOR

18.1. - Pela prestação dos serviços de administração do Fundo, o Administrador receberá taxa de administração equivalente a 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) ao ano do valor do Patrimônio Líquido do Fundo.

18.1.1. - A taxa de administração será provisionada diariamente, por dia útil, e paga mensalmente, por período vencido, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao dos serviços prestados.

18.1.2. - O percentual referido no item 18.1. acima será calculado sobre o valor diário do patrimônio líquido do Fundo do dia anterior à realização do referido cálculo, à taxa de "1/252" (um sobre duzentos e cinquenta e dois avos) de forma linear, da porcentagem referida acima, e informada mensalmente ao Custodiante.

18.1.3. - O Administrador não receberá taxa de desempenho ou de performance.

CAPÍTULO DEZENOVE – DA DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES

19.1. - O Administrador divulgará, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato relevante relativo ao Fundo, de modo a garantir aos Quotistas acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influenciar as decisões dos Quotistas quanto à permanência no mesmo ou, no caso de potenciais investidores, quanto à aquisição de Quotas do Fundo.

19.2. - A divulgação de informações de que trata o item 19.1. acima será feita mediante publicação no jornal Diário Mercantil do Rio de Janeiro, utilizado para veicular as informações relativas ao Fundo, e serão disponibilizadas aos Quotistas nas sedes e agências do Administrador e das instituições intermediárias que venham a ser contratadas pelo Administrador para participar das distribuições de Quotas do Fundo, devendo todos os documentos e informações correspondentes ser remetidos à CVM na mesma data de sua divulgação. Tal divulgação será feita sempre no mesmo periódico e qualquer alteração deverá ser precedida de aviso aos Quotistas.



19.3. - O Administrador colocará à disposição dos Quotistas, em sua sede e nas sedes das instituições intermediárias que venham a ser contratadas pelo Administrador para participar das distribuições de Quotas do Fundo, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos após o encerramento de cada mês, as seguintes informações, além de outras exigidas nos termos deste Regulamento e da regulamentação aplicável: (i) o número de Quotas de propriedade de cada Quotista e o respectivo valor; (ii) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês a que se referirem; e (iii) dados acerca do comportamento da Carteira, abrangendo discussão quanto ao desempenho obtido e o esperado.

19.4. - O Administrador deverá colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição de quaisquer interessados que as solicitarem em sua sede social, observados os seguintes prazos máximos: (i) 20 (vinte) dias corridos após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e (ii) 60 (sessenta) dias corridos após o encerramento do exercício social, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

CAPÍTULO VINTE – DOS FATORES DE RISCO

Riscos Associados ao Fundo e aos Direitos de Crédito

20.1. - Os fundos de investimento em direitos creditórios, tal como o Fundo, enfrentam baixa liquidez no mercado secundário brasileiro. Por conta dessa característica e do fato do Fundo ter sido constituído na forma de condomínio fechado, ou seja, sem admitir a possibilidade de resgate de suas Quotas a qualquer momento, os Quotistas podem ter dificuldade em vender suas Quotas no mercado secundário.

20.2. - O investimento do Fundo em Direitos de Crédito apresenta peculiaridades em relação às aplicações usuais da maioria dos fundos de investimento brasileiros, haja vista que não existe, no Brasil, mercado secundário com liquidez para tais Direitos de Crédito. Caso o Fundo precise vender os Direitos de Crédito, poderá não haver mercado comprador ou o preço de alienação de tais Direitos de Crédito poderá causar perda de patrimônio do Fundo.

20.3. - A propriedade das Quotas não confere aos Quotistas propriedade direta sobre os Direitos de Crédito. Os direitos dos Quotistas são exercidos sobre todos os ativos da Carteira de modo não individualizado, proporcionalmente ao número de Quotas possuídas.

20.4. - Este Regulamento estabelece algumas hipóteses em que a Assembléia Geral de Quotistas poderá optar pelo resgate antecipado das Quotas, quando o resgate das Quotas poderá ser realizado mediante a entrega de Direitos de Crédito e/ou Ativos Financeiros. Nessas situações, os Quotistas poderão encontrar dificuldades (i) para vender os Direitos de Crédito e/ou Ativos Financeiros recebidos quando do pagamento



de resgate de suas Quotas ou (ii) cobrar os valores devidos pelos devedores dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros.

20.5. - O Fundo tem por objetivo adquirir carteiras variadas de Direitos de Crédito, vencidos e não pagos, sendo que a valorização dos investimentos do Fundo e, consequentemente, dos Quotistas, está diretamente associada aos resultados dos esforços de cobrança dos Direitos de Crédito a serem realizados pelos Agentes de Cobrança contratados pelo Fundo. O Fundo, o Administrador, o Gestor, o Custodiante e os Agentes de Cobrança não assumem qualquer responsabilidade pelo pagamento ou pela recuperação dos Direitos de Crédito ou pela solvência dos Devedores dos Direitos de Crédito, bem como o Fundo, o Administrador, o Gestor e o Custodiante não assumem responsabilidade pelo cumprimento, pelos Agentes de Cobrança, de suas obrigações de cobrança dos Direitos de Crédito, de acordo com os termos e condições que venham a ser acordados com o Fundo. O Fundo sofrerá o impacto da não recuperação dos pagamentos referentes aos Direitos de Crédito e do eventual não cumprimento, pelos Agentes de Cobrança, de suas obrigações para com o Fundo, o que poderá resultar em perda total do capital investido pelos Quotistas no Fundo ou até na ocorrência de patrimônio líquido negativo, quando os Quotistas terão que aportar recursos adicionais no Fundo. Adicionalmente, o Fundo somente procederá à amortização e/ou ao resgate das Quotas em moeda corrente nacional na medida em que os pagamentos dos Direitos de Crédito sejam recuperados por meio dos esforços de cobrança a serem realizados pelos Agentes de Cobrança.

20.6. – Tendo em vista que o Fundo buscará adquirir, de tempos em tempos, Direitos de Crédito originados por Cedentes distintos e que cada carteira de Direitos de Crédito terá sido objeto de processos de origem e de políticas de concessão de crédito distintos, os investimento do Fundo em Direitos de Crédito estarão sujeitos a uma série de fatores de risco peculiares a cada operação de cessão de Direitos de Crédito ao Fundo, os quais poderão impactar negativamente nos resultados do Fundo, inclusive riscos relacionados:

- a. aos critérios adotados pelos Cedentes para concessão de Direitos de Crédito;
- b. aos negócios e a situação patrimonial e financeira dos Devedores;
- c. à possibilidade de os Direitos de Crédito virem a ser alcançados por obrigações dos Devedores ou de terceiros, inclusive em decorrência de pedidos de recuperação judicial ou de falência, ou planos de recuperação extrajudicial, ou em outro procedimento de natureza similar;
- d. a eventuais restrições de natureza legal ou regulatória que possam afetar adversamente a validade da constituição e da cessão dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, bem como o comportamento do conjunto dos Direitos de Crédito cedidos e os fluxos de caixa a serem gerados; e



- e. a eventos específicos com relação à operação de cessão de Direitos de Crédito ao Fundo que possam dar ensejo ao inadimplemento ou determinar a antecipação, liquidação ou amortização dos pagamentos.

20.7. – Nos termos deste Regulamento, o Custodiante está isento de sua obrigação de realizar a verificação do lastro dos Direitos de Crédito, ou seja, dos Documentos Comprobatórios de Crédito. A ausência de verificação do lastro dos Direitos de Crédito pelo Custodiante poderá resultar na aquisição, pelo Fundo, de Direitos de Crédito que não sejam amparados por Documentos Comprobatórios de Crédito de forma completa e suficiente, o que poderá dificultar ou até mesmo inviabilizar a recuperação de parte ou da totalidade dos pagamentos referentes aos respectivos Direitos de Crédito por meio de esforços de cobrança a serem realizados pelos Agentes de Cobrança. Nessas hipóteses, o Fundo, o Administrador, o Gestor e o Custodiante não serão responsabilizados por qualquer perda que venha a ser imposta ao Fundo ou aos Quotistas.

20.8. - As aplicações realizadas no Fundo não contam com garantia do Administrador, do Gestor, do Custodiante, dos Cedentes ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC, podendo ocorrer perda total do capital investido pelos Quotistas.

Riscos Associados aos Ativos Financeiros

20.9. - Os Ativos Financeiros estão sujeitos às oscilações de preços e cotações de mercado, e a outros riscos, tais como riscos de crédito e de liquidez, de oscilação de mercados e de precificação de ativos, o que pode afetar negativamente o desempenho do Fundo e do investimento realizado pelos Quotistas. O Administrador e/ou o Gestor, em hipótese alguma, excetuadas as ocorrências resultantes de comprovado dolo ou má-fé, serão responsabilizados por qualquer depreciação dos bens da Carteira do Fundo, ou por eventuais prejuízos em caso de liquidação do Fundo ou resgate de Quotas. Para maiores detalhes a respeito desses fatores de risco, vide itens (a) a (d) abaixo.

- a. Os Ativos Financeiros estão sujeitos a oscilações nos seus preços em função da reação dos mercados frente a notícias econômicas e políticas, tanto no Brasil como no exterior, podendo ainda responder a notícias específicas a respeito dos respectivos emissores. As variações de preços dos Ativos Financeiros poderão ocorrer também em função de alterações nas expectativas dos participantes do mercado, podendo inclusive ocorrer mudanças nos padrões de comportamento de preços dos Ativos Financeiros sem que haja mudanças significativas no contexto econômico e/ou político nacional e internacional.
- b. Os Ativos Financeiros estão também sujeitos à capacidade dos seus emissores em honrar os compromissos de pagamento de juros e principal referentes a tais Ativos Financeiros. Alterações nas condições financeiras dos emissores dos Ativos



Financeiros e/ou na percepção que os investidores têm sobre tais condições, bem como alterações nas condições econômicas e políticas que possam comprometer a sua capacidade de pagamento, podem trazer impactos significativos nos preços e na liquidez dos Ativos Financeiros. Mudanças na percepção da qualidade dos créditos dos emissores, mesmo que não fundamentadas, poderão também trazer impactos nos preços e na liquidez dos Ativos Financeiros.

- c. O Fundo poderá ainda incorrer em risco de crédito na liquidação das operações realizadas por meio de corretoras e distribuidoras de valores mobiliários que venham a intermediar as operações de compra e venda de Ativos Financeiros em nome do Fundo. Na hipótese de falta de capacidade e/ou falta de disposição de pagamento de qualquer dos emissores de Ativos Financeiros ou das contrapartes nas operações integrantes da Carteira do Fundo, o Fundo poderá sofrer perdas, podendo inclusive incorrer em custos para conseguir recuperar os seus créditos.
- d. A precificação dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo deverá ser realizada de acordo com os critérios e procedimentos para registro e avaliação de títulos, valores mobiliários e demais operações estabelecidos na regulamentação em vigor. Referidos critérios de avaliação de ativos, tais como os de marcação a mercado ("mark-to-market") poderão ocasionar variações nos valores dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo, resultando em aumento ou redução no valor das Quotas do Fundo.

CAPÍTULO VINTE E UM – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1. - A comunicação entre o Administrador e os Quotistas será realizada por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Quotista ou por meio de publicação no periódico indicado no item 19.2. acima.

21.1.1. – Sem prejuízo ao disposto no item 21.1. acima, para fins do disposto neste Regulamento, considera-se o correio eletrônico como uma forma de correspondência válida nas comunicações entre o Administrador, o Custodiante, os Cedentes e os Quotistas.

21.2. – Fica eleito o Foro da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir e resolver todas as questões e dúvidas oriundas do presente Regulamento e que envolvam o Fundo, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



1078152 10-04-07

ANEXO I - Modelo de Suplemento ao Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multicarteira Não-Padronizado - Campos

Características da [•] Emissão de Quotas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multicarteira Não-Padronizado – Campos	
Quantidade de Séries da [•] Emissão	[•]
Valor Total da [•] Emissão	[•]
Quantidade Total de Quotas Emitidas	[•]
Data de Pagamento de Amortização das Quotas	[•]
Data de Pagamento de Resgate das Quotas	[•]
Quantidade Total de Quotas do Fundo após a realização da [•] Emissão	[•]
Patrimônio Líquido Total do Fundo no ato do registro do Fundo ou antes da emissão anterior	[•]
Patrimônio Líquido Total do Fundo se subscritas e integralizadas 100% das Quotas da [•] Emissão	[•]
Preço de Emissão de cada Quota	[•]



Anexo IV

Relatório da Agência Classificadora de Risco das Quotas

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC FIDC MULTICARTEIRA NÃO PADRONIZADO CAMPOS

Rating

BB

As cotas do FIDC encontram-se lastreadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência em nível médio, podendo afetar a margem de cobertura para o pagamento do principal acrescido do rendimento proposto. O fundo apresenta uma relação apenas razoável entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é moderado.

Sobre o Rating

Perspectiva: Estável

Observação: -

Histórico:

Nov/06: Atribuição: BB (estável)

O FUNDO E OS FUNDAMENTOS DA CLASSIFICAÇÃO

O Comitê de Classificação de Risco da Austin Rating, em reunião no dia 30 de novembro de 2006, atribuiu o *Rating* preliminar **BB** à 1ª Emissão de Cotas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multicarteira Não Padronizado Campos (FIDC NP Campos).

O *rating* atribuído está fundamentado na qualidade dos direitos creditórios que irão lastrear o FIDC, formado por créditos vencidos e não adimplidos pelos respectivos devedores, na ausência de limites de concentração entre os cedentes e sacados dos direitos creditórios que irão compô-lo (poderão estar concentrados em um único devedor), na inexistência de proteção por meio de cotas subordinadas (o FIDC possuirá apenas uma classe de cotas, não havendo distinção entre seniores e subordinadas), na indefinição das taxas praticadas para os direitos creditórios cedidos ao fundo, não sendo possível afirmar que haverá uma proteção adicional por *spread* de excedente, e, na ausência de auditoria para os recebíveis que integrarão o PL do fundo.

Em contrapartida, não poderão compor o patrimônio do FIDC, créditos cuja validade dependa de qualquer entrega ou prestação futura dos respectivos cedentes. Ainda que se trate de direitos de créditos performados (mercadoria entregue e/ou serviço prestado), portanto juridicamente mais exeqüíveis, faz parte da estratégia do fundo e de seu regulamento permitir a aplicação em direitos creditórios de diversas modalidades, setores, incluindo aquisição de créditos problemáticos em diferentes estágios de atraso. O fundo adquirirá créditos originados por diferentes entidades cedentes, os quais foram sujeitos a políticas de concessão distintas e, dessa forma, os processos de cobrança serão diferenciados.

Tais características conferem incertezas quanto à capacidade de realização desses recebíveis e, portanto, de desempenho do fundo, tornando menos previsível sua rentabilidade à medida que esta possuirá alta correlação ao êxito do esforço de cobrança desses créditos, sendo difícil mensurar ou prever um grau de recuperação para diferentes perfis de créditos, ainda que sua precificação esteja considerando tal probabilidade.

Como pontos favoráveis, a nota também levou em consideração a experiência e a qualificação do Administrador e do Gestor do Fundo, o que se traduz em bons controles de risco e qualidade de gestão. Da mesma forma, entendemos como positiva a segregação de funções entre os participantes do fundo com a presença do Banco Bradesco para a prestação dos serviços de custódia e controle dos ativos integrantes da carteira do FIDC.

Em que pese, o fundo, o administrador, o gestor e o custodiante não assumem responsabilidade pelo cumprimento, por parte dos prestadores de serviços de cobrança, de suas obrigações de cobrança dos direitos creditórios, de acordo com os termos e condições que venham a ser acordados com o Fundo. Destaca-se ainda, que a operação não terá coobrigação dos cedentes, ou seja, os mesmos não assumem qualquer responsabilidade pelo pagamento ou pela recuperação dos recebíveis, bem como pela solvência dos devedores dos direitos creditórios. Os cedentes somente terão responsabilidade pela origem e formalização dos direitos creditórios.

Analistas:

Rodrigo Indiani
Tel.: 55 11 3377 0704
rodrigo.indiani@austin.com.br

Luis Miguel Santacreu
Tel.: 55 11 3377 0703
luis.santacreu@austin.com.br

Austin Rating Serviços Financeiros
Rua Leopoldo Couto Magalhães,
110 – conj. 73
São Paulo – SP
CEP 04542-000
Tel.: 55 11 3377 0707
Fax: 55 11 3377 0739
www.austin.com.br



Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC FIDC MULTICARTEIRA NÃO PADRONIZADO CAMPOS

Ainda que haja oscilações de rentabilidade no curto prazo, o objetivo do Fundo é proporcionar rendimento de longo prazo, por meio do investimento dos recursos na aquisição de carteiras de direitos de crédito vencidos e não adimplidos pelos respectivos devedores, originados de operações financeiras, comerciais, imobiliárias, de arrendamento mercantil e/ou industriais realizadas por instituições financeiras, sociedades de arrendamento mercantil e outras companhias atuantes no mercado brasileiro nos segmentos referidos acima, que sejam ou não objeto de cobrança ou execução judicial à época de aquisição pelo Fundo.

Fatores Positivos

- Experiência e qualificação do Administrador e do Gestor do FIDC, tendo em vista suas boas práticas de gestão, elevada capacitação técnica, sistema de monitoramento de risco eficaz e desempenho histórico consistente nos fundos por ela administrados;
- Os direitos de crédito adquiridos pelo FIDC, ainda que vencidos, deverão ser "performados", não sendo permitido aquisição daqueles que dependam de qualquer entrega ou prestação futura dos respectivos cedentes;
- Segregação das atividades de administração e custódia.

Fatores em Observação

- O fundo, por sua estratégia de operação e política de investimento, tem por objetivo a aplicação em direitos de crédito vencidos em diferentes estágios de atraso e de diversos setores e modalidades, o que, de certa forma, diminui a previsibilidade quanto ao volume que será recuperado;
- Os Cedentes não assumem qualquer responsabilidade pelo pagamento ou pela solvência dos Devedores dos Direitos de Crédito;
- O FIDC não possui histórico de rentabilidade;
- O patrimônio do fundo é formado por uma única classe de cotas não havendo distinção entre seniores e subordinadas, denotando, portanto, a ausência de colateralização de proteção adicional aos cotistas;
- O FIDC apresenta baixa liquidez no mercado secundário brasileiro;
- Ausência de limites de concentração entre os cedentes e sacados do FIDC. Os direitos creditórios que compõem o PL do fundo poderão estar concentrados num único sacado (devedor);
- Ausência de *spread* excedente entre a taxa de cessão dos créditos adquiridos pelo FIDC e o rendimento pago aos cotistas;

O FUNDO

O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multicarteira Não Padronizado Campos é um fundo constituído sob a forma de condomínio fechado, com prazo de duração indeterminado. Destina-se a investidores qualificados e a aplicação inicial de cada Quotista no Fundo deverá ser equivalente ao montante de, no mínimo, R\$ 1 milhão, sendo que aplicações posteriores deverão ter valor mínimo de R\$ 25 mil. Não existe valor mínimo para manutenção de investimentos no Fundo após a aplicação inicial.

As cotas do fundo correspondem a frações ideais de seu patrimônio e são divididas em uma única classe. O fundo não emitirá cotas da classe subordinada.

Durante todo o prazo de duração do Fundo, inclusive mas não se limitando durante o período de 18 meses contados do encerramento da distribuição da primeira emissão, as quotas do Fundo somente poderão ser detidas por até 20 Quotistas.



Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC FIDC MULTICARTEIRA NÃO PADRONIZADO CAMPOS

A operação baseia-se na aquisição pelo Fundo de Direitos Creditórios vencidos e/ou a vencer originados de operações financeiras, de arrendamento mercantil, comerciais, imobiliárias, industriais ou de prestação de serviços, realizadas por instituições financeiras, sociedades de arrendamento mercantil e outras companhias atuantes no mercado brasileiro nos segmentos mencionados anteriormente.

O Contrato de Cessão estabelecerá as regras e condições das operações de cessão de direitos creditórios. Os direitos de crédito adquiridos pelo fundo serão originados por diferentes Cedentes. Em função disso, terão processos de origem e políticas de concessão distintos, e, portanto, o Fundo adotará, por meio de Agente de Cobrança, para cada um dos Direitos de Crédito, diferentes procedimentos de cobrança extrajudicial e/ou judicial dos direitos de crédito. Dessa forma, o regulamento não descreve um processo de cobrança padronizado dos direitos de crédito, o qual será acordado caso a caso entre o Fundo e o agente de cobrança, de acordo com a natureza específica e das condições de pagamento dos direitos de crédito que serão adquiridos pelo Fundo.

A partir de 90 dias corridos contados da primeira data de emissão, no mínimo 50% do patrimônio líquido do Fundo será representado por Direitos de Crédito. Caso o Fundo não disponha de ofertas de Direitos de Crédito suficientes para atingir a alocação mínima de investimentos em Direitos de Crédito, o Administrador do Fundo poderá solicitar à CVM, autorização para prorrogar o prazo de enquadramento do limite de 50%, por novo período de 90 dias, mas sem necessidade de autorização da Assembléia Geral de Cotistas do Fundo.

Desde que respeitado o disposto acima, até 100% (cem por cento) do patrimônio líquido do Fundo poderá ser representado por Ativos Financeiros de emissão e/ou obrigação de uma mesma instituição/de uma mesma entidade e/ou de Direitos de Crédito devidos por um mesmo Devedor.

O fundo não poderá realizar operações de *day-trade*, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente do fundo possuir estoque ou posição anterior no mesmo ativo financeiro.

O Fundo poderá contratar operações com o Administrador, com empresas controladoras, controladas, coligadas e/ou subsidiárias do Administrador ou ainda com carteiras e/ou fundos de investimento administrados e/ou geridos pelo Administrador ou pelas pessoas a ele ligadas acima mencionadas. As operações descritas neste item serão objeto de registro segregado das demais operações da Carteira do Fundo, de modo a serem facilmente identificáveis.

A parcela do patrimônio líquido do Fundo que não seja alocada em Direitos de Crédito será necessariamente alocada em moeda corrente nacional e/ou nos seguintes ativos financeiros:

- (i) títulos de emissão do Tesouro Nacional;
- (ii) títulos de emissão do Banco Central do Brasil;
- (iii) operações compromissadas com lastro em títulos públicos federais;
- (iv) quotas de emissão de fundos de investimento cujas carteiras de investimento sejam compostas exclusivamente por títulos públicos federais, administrados pelas Instituições Financeiras Autorizadas (conforme abaixo definido);
- (v) certificados de depósito bancário emitidos pelas Instituições Financeiras Autorizadas;

São consideradas Instituições Financeiras Autorizadas o Banco Itaú S.A., UNIBANCO - União de Bancos Brasileiros S.A. - Unibanco, Banco Bradesco S.A., HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo, Banco ABN Amro Real S.A. e Banco Citibank S.A.

Os percentuais de composição, concentração e diversificação da Carteira do Fundo referidos neste Capítulo serão cumpridos diariamente, com base no patrimônio líquido do Fundo do dia útil imediatamente anterior ao cálculo dos percentuais de composição, concentração e diversificação da Carteira.



Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC FIDC MULTICARTEIRA NÃO PADRONIZADO CAMPOS

Classificação da Austin Rating

Investimento Prudente

- AAA** As cotas do FIDC encontram-se suportadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência próxima a zero, a qual garante excepcional margem de cobertura para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. Adicionalmente, o fundo apresenta uma elevadíssima relação entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é quase nulo.
- AA** As cotas do FIDC encontram-se suportadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência baixíssima, a qual garante ótima margem de cobertura para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. Adicionalmente, o fundo apresenta uma relação muito elevada entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é irrisório.
- A** As cotas do FIDC encontram-se suportadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência muito baixa, a qual garante margem de cobertura muito boa para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. Adicionalmente, o fundo apresenta uma relação elevada entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é muito baixo.
- BBB** As cotas do FIDC encontram-se suportadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência baixa, a qual garante boa margem de cobertura para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. Adicionalmente, o fundo apresenta uma relação adequada entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é baixo.

Investimento Especulativo

- BB** As cotas do FIDC encontram-se lastreadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência em nível médio, podendo afetar a margem de cobertura para o pagamento do principal acrescido do rendimento proposto. O fundo apresenta uma relação apenas razoável entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é moderado.
- B** As cotas do FIDC encontram-se lastreadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência em nível acima da média do segmento, a qual pode afetar fortemente a margem de cobertura para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. O fundo apresenta uma relação menos do que razoável entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é médio.
- CCC** As cotas do FIDC encontram-se lastreadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência elevada, a qual afetou a margem de cobertura para o pagamento do principal acrescido do rendimento proposto. O fundo apresenta uma baixa relação entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira, condicionando a desvalorização de suas cotas. O risco é alto.
- CC** As cotas do FIDC encontram-se lastreadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência muito elevada, a qual afetou fortemente a margem de cobertura para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. O fundo apresenta uma relação muito baixa entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira, condicionando forte desvalorização de suas cotas. O risco é muito alto.
- C** A elevadíssima inadimplência da carteira levou o FIDC à situação de *default*. Não mais existe qualquer tipo de proteção adicional. O risco é altíssimo.

Sinais de (+) mais e (-) menos são utilizados para identificar uma melhor ou pior posição dentro de uma mesma escala de rating.

Rating é uma classificação de risco, por nota ou símbolo. Esta expressa a capacidade do emitente de título de dívida negociável ou inegociável em honrar seus compromissos de juros e amortização do principal até o vencimento final. O *rating* pode ser do emitente, refletindo sua capacidade em honrar qualquer compromisso de uma maneira geral, ou de uma emissão específica, onde é considerada apenas a capacidade do emitente em honrar aquela obrigação financeira determinada.

As informações obtidas pela Austin Rating foram consideradas como adequadas e confiáveis. As opiniões e simulações realizadas neste relatório constituem-se no julgamento da Austin Rating acerca do emitente, não se configurando, no entanto, em recomendação de investimento para todos os efeitos.

Para conhecer nossas escalas de *rating* e metodologias, acesse: www.austin.com.br

® Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida ou transmitida de qualquer modo ou por outro meio, eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia, gravação ou qualquer outro tipo de sistema de armazenamento e transmissão de informação, sem prévia autorização, por escrito, da Austin Rating Serviços Financeiros Ltda.

Anexo V

Declaração do Administrador nos termos do artigo 56 da Instrução CVM nº 400/03

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



Mellon Serviços Financeiros

DECLARAÇÃO

MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Wilson, n.º 231, 11º andar, inscrita no C.N.P.J./M.F. sob n.º 02.201.501/0001-61, na qualidade de instituição administradora e gestora do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multicarteira Não-Padronizado - Campos ("Fundo"), responsável pela distribuição pública da primeira emissão de quotas do Fundo ("Oferta" e "Quotas", respectivamente), vem, nos termos do artigo 56 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, declarar que (i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro da Oferta e fornecidas ao mercado durante o período de realização da Oferta; (ii) o prospecto da Oferta contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das características das Quotas, do Fundo, suas atividades, situação econômico-financeira e riscos inerentes às suas atividades, bem como quaisquer outras informações relevantes, tendo sido elaborado de acordo com as normas pertinentes; e (iii) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que as informações prestadas por ocasião do registro e durante o período de realização da Oferta sejam verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta. Ademais, as informações eventuais ou periódicas e que venham a integrar o prospecto da Oferta, serão suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta.

Rio de Janeiro, 10 de abril de 2007

CARLA LOPES
PROCURADORA

JOSÉ CARLOS LOPES XAVIER
DIRETOR - PRESIDENTE

**MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS
E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)